



INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM (PPGLin)
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

ALISSON FERNANDO ABREU DE SOUSA

***ETHÉ* DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO EM DISCURSOS DE POSSE
PRESIDENCIAL NO BRASIL**

ACARAPE/CEARÁ

2021

ALISSON FERNANDO ABREU DE SOUSA

ETHÉ DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO EM DISCURSOS DE POSSE
PRESIDENCIAL NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de pesquisa: Linguagem: práticas textuais-discursivas.

Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre

ACARAPE/CEARÁ

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Sousa, Alisson Fernando Abreu de.

S696e

Ethé de credibilidade e de identificação em discursos de posse presidencial no Brasil / Alisson Fernando Abreu de Sousa. - Redenção, 2021.

150f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre.

1. Presidentes - Discursos, ensaios e conferências - Brasil. 2. Análise do discurso - Aspectos políticos - Brasil. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 401.41


ALISSON FERNANDO ABREU DE SOUSA

ETHÉ DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO EM DISCURSOS DE POSSE
PRESIDENCIAL NO BRASIL

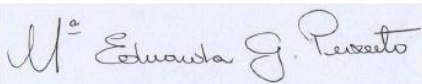
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Aprovado em: 06/08/2021.

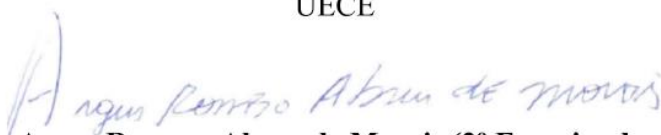
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre (Orientador)

UNILAB


Profa. Dra. Maria Eduarda Gonçalves Peixoto (1ª Examinadora externa)

UECE


Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes (2º Examinador externo)

Promel/UFSJ


Profa. Dra. Otávia Marques de Farias (Examinadora interna)

UNILAB

Profa. Dra. Maria Leidiane Tavares (Suplente interna)

UNILAB

Aqui está um dos menores paradoxos da comunicação humana: sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz, e, ao mesmo tempo, o interpretamos como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é.

Patrick Charaudeau, 2015: 116.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Uno e Trino, Criador do céu e da terra, que, em seu infinito amor e bondade para comigo, dá-me forças diariamente para seguir minha vocação. Sou grato ao Senhor por minha mãe (Marta), minha irmã (Fernanda), meus avós (Teresinha e Seu Moza), minha companheira (Hilda), por ser uma família tenra e amorosa, que sempre me ensinou a viver nos caminhos da integridade, da bondade e da simplicidade.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre, por contribuir na construção da minha identidade de professor, de pesquisador, de linguista e de analista do discurso, sempre de modo atencioso e paciente. Sou grato pela honra de poder dividir os pensamentos que aqui se materializam com o Kennedy.

À Profa. Dra. Otávia Marques de Farias, por ter participado de todas as minhas bancas – TCC, qualificações no mestrado, defesa da dissertação –, sempre com disposição, leitura e exames atentos de todas as minhas pesquisas.

À Profa. Dra. Léia Cruz de Menezes, cuja paixão pela Linguística e pela docência tive a oportunidade de testemunhar sendo seu aluno na graduação em Letras. Agradeço por ser uma pessoa que sempre me incentivou a buscar algo a mais, por contribuir em minha decisão de seguir a carreira acadêmica, e em minha formação de pesquisador.

A UNILAB, por ter me acolhido quando me encontrava perdido num mar de angústias.

Aos professores que compõem o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGLin), pelas reflexões linguísticas proporcionadas nas aulas do mestrado.

À minha turma de mestrado composta por mim, Jainy Kelly, Munirah Lopes, Jeremias Demba, Kelly Schmiguel e Tatiana Martins, por todas as risadas, pelo apoio nos momentos difíceis da caminhada, e pelas partilhas pessoais e profissionais.

A Funcap, pela bolsa de fomento e de incentivo à minha pesquisa no âmbito do mestrado.

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é analisar a construção dos *ethé* de credibilidade e de identificação em discursos políticos de posse presidencial, considerando (i) as circunstâncias históricas e sociopolíticas que caracterizam os períodos políticos da República brasileira; (ii) os posicionamentos dos presidentes no espectro político-ideológico (esquerda, centro, direita); e (iii) as situações de continuidade de governo e de ruptura partidária ou democrática. A teoria de base tem como referências os(as) autores(as) que entendem o *ethos* articulado às cenas de enunciação, porque projetado no ato de enunciação, tais como Amossy (2013a; 2013b; 2018), Maingueneau (2008; 2013b; 2015; 2018; 2020) e Charaudeau (2015). Como metodologia, as categorias de *ethé* de credibilidade e de identificação (cf. CHARAUDEAU, 2015) são analisadas a partir das perspectivas descritiva, qualitativa e explicativa. O *corpus* dessa dissertação foi selecionado com base nos seguintes critérios: (i) discursos de posse representativos para cada período político; (ii) discursos proferidos por presidentes filiados a partidos políticos considerados de esquerda, de centro e de direita, no espectro; (iii) discurso produzido em situação de continuidade de governo *x* discurso produzido em situação de ruptura. A pesquisa revelou que os presidentes inseridos em períodos políticos democráticos construíram imagens de si de defensores dos valores e dos interesses do bem coletivo; e aqueles que governaram em períodos autoritários (ruptura democrática) projetaram imagens de “salvadores” da ordem nacional, justificando-se as ações basilares de um projeto político “revolucionário”. Quanto ao espectro político-ideológico, foi possível verificar que o presidente posicionado à esquerda projetou de si as imagens de humanidade e de solidariedade; já os políticos da direita construíram *ethé* voltados para o favorecimento das forças armadas, para a limitação dos gastos com serviços de seguridade social, e para o atendimento aos apelos fortemente assentados na religiosidade, na moral e na integridade da família tradicionalista; por sua vez, o presidente do centro não faz referências a ideias que refletem o seu posicionamento no espectro, o que possibilitou a construção de um discurso aparentemente neutro e superficial. Em relação aos discursos de posse produzidos em situação de continuidade de governo, constatou-se que os oradores projetaram *ethé* de credibilidade, ora pela ênfase na experiência adquirida e nas ações realizadas no mandato anterior, ora para justificar a manutenção de um sistema no governo, para renovar a ordem social. Observou-se também, nos discursos proferidos em situação de ruptura partidária, a constituição de *ethé* pelos quais os presidentes buscaram tanto identificar-se com a instância cidadã, principalmente a partir de valores políticos, democráticos, morais e éticos; bem como atenuar os possíveis receios quanto à ruptura com governos predecessores, por meio da garantia de ações voltadas para resolver os problemas enfrentados pelo país.

Palavras-chave: Discursos de posse presidencial; Espectros político-ideológicos; *Ethos*; Política brasileira.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the construction of credibility and identification *ethé* in political speeches by presidential inauguration, considering (i) the historical and sociopolitical circumstances that characterize the political periods of the Brazilian Republic; (ii) the positions of presidents in the political-ideological spectrum (left, center, right); and (iii) the situations of continuity of government and the partisan or democratic rupture. The basic theory is based on authors who understand the *ethos* articulated to scenes of enunciation, because it is projected in the act of enunciation, such as Amossy (2013a; 2013b; 2018), Maingueneau (2008; 2013b; 2015); 2018; 2020) and Charaudeau (2015). As a methodology, the *ethé* categories of credibility and identification (cf. CHARAUDEAU, 2015) are analyzed from the perspectives descriptive, qualitative and explanatory approaches. The corpus of this dissertation was selected based on the following criteria: (i) representative inaugural speeches for each political period; (ii) speeches given by presidents affiliated to political parties considered left, center and right, in the spectrum; (iii) discourse produced in a situation of continuity of government vs. discourse produced in a situation of rupture. The research revealed that presidents inserted in democratic political periods constructed images of themselves as defenders of the values and interests of the collective good; and those who ruled in authoritarian periods (democratic rupture) projected images of “saviors” of the national order, justifying the basic actions of the “revolutionary” political project. As for the political-ideological spectrum, it was possible to verify that the president positioned on the left projected images of humanity and solidarity within himself; on the other hand, politicians on the right built *ethé* aimed at favoring the armed forces, limiting spending on social security services, and meeting appeals strongly based on religiosity, morals and integrity of the traditionalist family; in turn, the president of the center does not refer to ideas that reflect his position on the political spectrum, which enabled the construction an apparently neutral and superficial discourse. Regarding the inaugural speeches produced in a situation of continuity of government, it was found that the speakers projected *ethé* of credibility, either by emphasizing the experience acquired and the actions carried out in the previous term, sometimes to justify the maintenance of a system in the government, to renew the social order. It was also observed, in the speeches given in situation of party rupture, the constitution of *ethé* by which the presidents sought so much to identify with the citizen instance, mainly based on political, democratic, moral and ethical values; as well as alleviating possible fears regarding the break with predecessor governments, through the guarantee of actions aimed at solving the problems faced by the country.

Keywords: Presidential Inauguration Speeches; Political-ideological specters; Ethos; Brazilian politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Escala do espectro político-ideológico	p. 33
Figura 02 – <i>Ethos</i> efetivo	p. 44
Figura 03 – <i>Ethé</i> de credibilidade	p. 60
Figura 04 – <i>Ethé</i> de identificação	p. 68
Quadro 01 – Presidentes por partido político.....	p. 72
Quadro 02 – Escala político-ideológica dos partidos segundo seus programas partidários	p. 75
Quadro 03 – Divisão dos presidentes por período, ano e espectro político-ideológico.....	p. 76
Quadro 04 – Síntese dos <i>ethé</i> construídos no discurso de Hermes da Fonseca	p. 86
Quadro 05 – Síntese dos <i>ethé</i> construídos no discurso de Getúlio Vargas	p. 91
Quadro 06 – Síntese dos <i>ethé</i> construídos no discurso de Juscelino Kubitscheck.....	p. 95
Quadro 07 – Síntese dos <i>ethé</i> construídos no discurso de Garrastazu Médici.....	p. 99
Quadro 08 – Síntese dos <i>ethé</i> construídos no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva.....	p. 105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 12
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL NA REPÚBLICA BRASILEIRA	p. 23
1.1 Breve mapeamento longitudinal dos períodos políticos no Brasil: da Primeira República à Nova República	p. 24
1.2 O espectro político-ideológico no contexto da República brasileira	p. 31
CAPÍTULO II - O <i>ETHOS</i> NO DISCURSO POLÍTICO	p. 38
2.1 O conceito de <i>ethos</i>	p. 38
2.2 O <i>ethos</i> como constitutivo das cenas de enunciação	p. 46
2.2.1 A cena englobante	p. 48
2.2.2 A cena genérica	p. 51
2.2.3 A cenografia	p. 52
2.3 Uma proposta classificatória de <i>ethos</i> para o discurso de posse presidencial	p. 54
2.3.1 <i>Ethé</i> de credibilidade	p. 58
2.3.1.1 <i>Ethos de sério</i>	p. 59
2.3.1.2 <i>Ethos de virtude</i>	p. 59
2.3.1.3 <i>Ethos de competência</i>	p. 60
2.3.2 <i>Ethé</i> de identificação	p. 61
2.3.2.1 <i>Ethos de potência</i>	p. 61
2.3.2.2 <i>Ethos de caráter</i>	p. 62
2.3.2.3 <i>Ethos de inteligência</i>	p. 63
2.3.2.4 <i>Ethos de humanidade</i>	p. 64
2.3.2.5 <i>Ethos de chefe</i>	p. 65
2.3.2.6 <i>Ethos de solidariedade</i>	p. 67
CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DO <i>ETHOS</i> EM DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL	p. 70
3.1 Critérios de constituição do <i>corpus</i>	p. 70
3.1.1 Dos discursos de posse representativos para cada período	p. 70
3.1.2 Dos discursos proferidos por presidentes filiados a partidos considerados de esquerda, de centro, e de direita, no espectro.....	p. 71
3.1.3 Do discurso produzido em situação de continuidade de governo x discurso produzido em situação de ruptura	p. 77
3.2 Caracterização da pesquisa.....	p. 78
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS <i>ETHÉ</i> DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO EM DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL	p. 79
4.1 Construção do <i>ethos</i> no discurso de Hermes da Fonseca (1910)	p. 79

4.2 Construção do <i>ethos</i> no discurso de Getúlio Vargas (1930)	p. 86
4.3 Construção do <i>ethos</i> no discurso de Juscelino Kubitschek (1956)	p. 91
4.4 Construção do <i>ethos</i> no discurso de Emílio Garrastazu Médici (1969)	p. 95
4.5 Construção do <i>ethos</i> no discurso de Luís Inácio Lula da Silva (2007)	p. 100
4.6 Análise comparativa dos discursos de posse presidencial	p. 106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 108
REFERÊNCIAS	p. 111
APÊNDICE	p. 116
ANEXOS	p. 122

INTRODUÇÃO

O *ethos* é considerado um objeto de estudo produtivo porque se presta à investigação em várias áreas e campos, nas ciências sociais e humanas, assim como em disciplinas preocupadas com uma formulação de uma teoria geral da linguagem e do discurso, dadas as formas de os sujeitos viverem e se comportarem em sociedade, predispostos a estabelecer interações nos mais distintos lugares e situações. Em graus diferentes de intencionalidade, tais sujeitos demonstram, entre outras inquietações, uma preocupação em mostrar-se a si próprios e a outrem para fins específicos. Por exemplo, no nível da oralidade, transmitir imagens de capacitado(a), de instruído(a) e de competente, em uma entrevista de emprego, são aspectos essenciais para se alcançar o fim último de obter o cargo pretendido, seja pelo indício visual, como a vestimenta adequada ou o comportamento que impressione o(a) entrevistador(a); seja pelo recurso verbal, como falar respeitando a norma padrão da língua ou responder as perguntas de maneira objetiva. Já no nível da escrita, como a redação de vestibular, imagens de solidário e de caráter podem ser identificadas se um(a) aluno(a) produz um texto cujo conteúdo critique as desigualdades sociais de uma sociedade e indique ações concretas passíveis de implementação. Enfim, podemos dizer que construir imagens de si ao(s) outro(s) é uma característica que já faz parte das naturezas humana e social, presente desde a escolha de uma roupa à maneira de comportar-se ou de falar em contextos de comunicação monitorados ou não.

No que diz respeito especificamente aos estudos relacionados ao *ethos* no discurso político, que é o caso dessa dissertação, podemos destacar a Análise do Discurso (AD) como uma teoria basilar, já que fornece um quadro teórico-metodológico em que convergem elementos linguísticos, políticos, socioideológicos. Para dar conta do objeto de estudo dessa pesquisa, filiamo-nos a AD por ser uma teoria que torna possível estabelecer interfaces entre a linguística, a história, a ciência política e a sociologia. A nossa teoria de base reporta-se a Ruth Amossy, a Patrick Charaudeau e a Dominique Maingueneau, principalmente. Esses autores, de maneira direta, retornam à ideia de *ethos* em Aristóteles, porque é na retórica aristotélica que se tem uma das primeiras menções sobre a imagem do orador que, no discurso, deve mostrar-se honesto, digno de fé, benevolente, prudente, e que possui caráter, para pleitear a simpatia dos ouvintes. Por isso, Aristóteles (2005) concebe o *ethos* como uma das mais importantes provas retóricas usadas na persuasão.

Os(as) teóricos(as) do discurso contemporâneos(as) aproximam-se de Aristóteles porque conservam a ideia de que o *ethos* é a imagem de si que um locutor constrói no discurso.

Há, no entanto, avanços e diferenças em relação à *Retórica*, no que diz respeito ao escopo teórico e às contribuições metodológicas, principalmente na vertente francesa da AD, que não cessa de dedicar um tratamento linguístico e discursivo de tal fenômeno retórico-discursivo em sua essência.

Sob uma perspectiva enunciativa, Maingueneau (2002) assevera que o *ethos* é construído a partir de uma integração de fatores, como a situação comunicativa na qual os oradores se inserem, isto é, as cenografias, as condições sócio-históricas de produção do discurso, as influências sobre o outro no processo interativo, e a materialidade linguístico-enunciativa do discurso. Para Amossy (2013b), o *ethos* discursivo funda-se também em dados preexistentes que circundam o locutor, a partir da ideia coletiva e estereotipada que o público faz do locutor antes que ele tome a palavra, tais como a sua categoria social, profissional e institucional, a sua vida pública e familiar, e a sua posição política e ideológica. No âmbito da semiolinguística discursiva, Charaudeau (2015) define o *ethos* de modo abrangente, pois diz respeito à imagem de que se transveste o interlocutor a partir do que diz, e refere-se tanto a indivíduos quanto a grupos.

Como já dito, os postulados desses autores constituem a base teórica de nosso trabalho de dissertação, assim como o são de muitas outras pesquisas, fundamentalmente aquelas que possuem a temática geral “*ethos* no discurso político”. A partir de buscas por pesquisas científicas nos periódicos CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com as palavras-chaves “*ethos* discursivo”, “discurso político” e “discurso de posse presidencial”, encontramos vários estudos (no Brasil e no exterior) que aplicam e que levam em conta os postulados teórico-metodológicos da AD a despeito do *ethos*, dentre os quais destacamos Daher (2003), Mafra (2009), Santos (2010), Ferrante (2011), Vitale & Maizels (2011), Silva (2012), Gomes (2014), Pita (2016), Tomas & Gouvêa (2017), Sousa & Nobre (2019) e Pérez (2020).

A pesquisa de Daher (2003) objetiva compreender como se opera discursivamente a construção de imagens de presidentes brasileiros, baseada nos estudos da análise do discurso de vertente enunciativa, em um *corpus* que contempla os discursos presidenciais relativos ao Dia do Trabalhador (1º de maio), entre o período de 1938 e 1994. A autora estabelece, como procedimento metodológico para análise, o levantamento e a observação das marcas linguísticas de pessoa pelas quais o enunciador se inscreve no próprio enunciado, incluindo-se o uso tanto da pessoa restrita, quanto da ampliada, em diferentes funções sintáticas (como sujeito e como complemento), marcas morfológicas das formas verbais (desinências número-pessoais), e pronomes possessivos. Embora o “[...] elemento de aproximação, comum a todos os

pronunciamentos, recai sobre as imagens de *governo e atuante*” (DAHER, 2003, p. 66), a investigadora percebeu que as imagens dos oradores variam à medida que se muda o período político, as cenografias, as crenças, as situações de enunciação em que o orador se circunscreve, a interação, as ações. Por exemplo, nas conjunturas políticas democráticas, períodos em que há uma ideia geral de governabilidade do e para o povo, os oradores projetaram imagens de amigo, de emotivo, de ouvidor, de conselheiro. A partir de 1964, em que se dá o início do Regime Militar marcado por uma governabilidade autoritária, aquelas imagens desaparecem, sendo predominantes, nesse período, os *ethé* de leal e de sincero. Tal interferência dos períodos políticos é tão marcante que a pesquisa mostra ainda que os *ethé* de amigo, de ouvidor, são retomados e predominantes em discursos da era pós-ditadura.

Mafra (2009), por seu turno, analisa as diferenças e as semelhanças dos *ethé* discursivos nos pronunciamentos presidenciais de posse de José Eduardo dos Santos, presidente de Angola em 1994, e de Fernando Collor de Melo, presidente do Brasil em 1990. Para tal realização, a autora considera como parâmetros o contexto histórico e situacional, os procedimentos linguístico-enunciativos (observação de aspectos morfológicos e lexicais), e as representações sociais acerca da legitimidade, da função pública, da credibilidade e da identificação dos oradores. A pesquisa apontou várias semelhanças e diferenças entre os *ethé* de ambos os oradores. Os dois projetam a imagem de soberania, de sério, de honestidade, de caráter, de guia-pastor, de inteligente, e de humanidade. Porém, a diferença reside no fato de que os enunciadores, ao apoiarem-se em imaginários diferentes (contextos de Angola e do Brasil) para explicitarem legitimidade, utilizam referentes diferentes para construir os *ethé* de honestidade, de guia-pastor, e de inteligente.

Santos (2010), por sua vez, analisa o *ethos* retórico do Senado Federal com o objetivo de verificar o modo como os senadores constroem *ethé* imanentes e da instituição da qual fazem parte para persuadir um auditório. Por isso, o pesquisador considera alguns dos pressupostos da retórica aristotélica, bem como as técnicas argumentativas, a organização textual e retórica dos discursos, as manifestações verbais por eles veiculadas e a situação retórica dos oradores. O estudo evidenciou que a consonância entre os valores compartilhados por auditório e oradores, a argumentação, a preocupação em salvaguardar a imagem da instituição federal a qual pertencem, os gêneros retóricos (deliberativo, judiciário, epidítico), por meio de um escopo lexical ligado à ética, à honradez, ao respeito pela coisa pública, foram critérios importantes para identificação do *ethos* do Senado e para a persuasão do auditório. Vê-se que a estratégia de mostrar imagens de ético, honrado, transparente, por parte dos senadores envolvidos, é válida porque alguns destes foram acusados de corrupção por seus pares, na

época. Assim, através de argumentos quase-lógicos (pela regra de justiça, pela incompatibilidade, pela contradição, pelo recurso ao sacrifício, pela definição), os senadores projetaram um *ethos* retórico e imanente ao apresentarem uma compatibilidade entre às suas teses e prática social.

Ferrante (2011), por seu lado, analisa a construção do *ethos*, enquanto estratégia argumentativa, nos discursos de posse do prefeito de São Caetano do Sul, proferidos respectivamente em 1º de janeiro de 2005 e 1º de janeiro de 2009. Para tal empreendimento, a autora leva em consideração os constituintes retóricos-argumentativos (*inventio, dispositivo, elocutio*), presentes na constituição dos discursos, assim como a adequação das imagens mostradas pelo prefeito aos tipos de *ethé* de credibilidade e de identificação (cf. CHARAUDEAU, 2015), pelas características que o orador demonstra ter e que são reveladas por suas declarações, pelas características físicas, pelo tom de voz do enunciador ao proferir seus discursos. O trabalho evidenciou que, no primeiro discurso de posse, o prefeito desvela figuras dos *ethé* de identificação porque, sendo seu primeiro mandato, pretende legitimar sua função social e obter aprovação social. No segundo discurso, do segundo mandato, a imagem de identificação do orador está mais consolidada, por isso o prefeito constrói imagens de credibilidade para imbuir a confiança do público.

Silva (2012), outrossim, faz um estudo da argumentação retórica e da construção do *ethos* em pronunciamentos presidenciais de posse e de balanço governamental, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, e nos dois de Luiz Inácio Lula da Silva. Com ênfase na estrutura lógica do raciocínio retórico, na verificação do estilo, na composição do discurso, na definição de auditório, nas premissas argumentativas, nas habilidades retóricas dos ex-presidentes, nas ideologias partidárias, em recursos linguísticos-discursivos, tais como a dêixis enunciativa, o modo de enunciação, o estatuto do enunciador e do enunciatário, o vocabulário, os temas, as modalizações, além das condições de produção do discurso, Silva (2012) aponta semelhanças e diferenças entre os *ethé* dos oradores e as estratégias linguísticas utilizadas para tal construto. De um lado, FHC projetou *ethé* de competência, de seriedade, de virtude, de humildade, de inteligência, de solidariedade, fundamentalmente, por meio de índices linguístico-discursivos que fazem recorrência constante à memória discursiva, de argumentos pautados na racionalidade, e de retomada de situações passadas que o legitimaram enquanto agente político eficaz, comprometido e capaz. Por outro lado, Lula mostrou *ethé* de competência, de virtude, de humildade, de inteligência, de solidariedade, de caráter, de humanidade, de chefe carismático, pela alta carga de subjetividade, pelo apelo à memória discursiva, por uma argumentação pautada na comparação com o governo que o precedeu, pela

ênfase na competência e solidez de seu governo em comparação à administração anterior que credenciaram à manutenção de seu partido no poder. A nomenclatura de *ethé* que a autora indica ora coincide com a tipologia posta por Charaudeau (2015), ora é efeito de sua própria interpretação das ocorrências discursivas.

Já o trabalho de Gomes (2014) propõe-se a examinar como se constrói o *ethos* efetivo de líder no último pronunciamento oficial da presidenta Dilma Rousseff, em 2013, e na propaganda tática publicada na revista *Veja*, intitulada “Na TV, Dilma volta a adotar discurso de candidata”. Os critérios selecionados baseiam-se na análise linguístico-discursiva dos textos a partir dos princípios e conceitos da semiolinguística de Charaudeau e da AD postulada por Amossy e por Maingueneau. O estudo chegou às seguintes constatações: há uma apropriação de características profetizantes do discurso propagandista, pelo discurso político, para assegurar o *ethos* efetivo de líder atribuído a Dilma; não há características do discurso político no pronunciamento da presidenta Dilma em relação à análise da propaganda tática analisada; e no âmbito do discurso político, as palavras “líder” e “liderança” são destacadas quando se toma consciência do que é próprio desse discurso, mas perdem lugar por outras palavras relacionadas à demagogia.

Calcada em um quadro eminentemente textual, Pita (2016) faz um estudo comparativo do *ethos* textual em pronunciamentos de final de ano dos presidentes do Brasil e de Portugal, de 2008 a 2014. Os *ethé* percebidos na investigação são o resultado da análise textual e da interpretação da investigadora, que se detém exclusivamente em aspectos linguísticos relevantes para identificação do responsável enunciativo e do seu posicionamento presentes nos textos, embora a autora reconheça a influência de fatores externos ao discurso, como o panorama sócio-econômico-histórico em que os oradores se inserem, e o papel de aspectos não-verbais e paraverbais no processo de construção das imagens de si. Nos critérios, estão incluídos índices de pessoas, tempos verbais, correferências e anáforas, escolhas lexicais, figuras de estilo e esquemas argumentativos, segmentos textuais, responsabilidade enunciativa, e estratégias argumentativas.

A análise comparativo-contrastiva dos *corpora* indica regularidades de marcas linguísticas, comum às duas variantes, durante a construção das imagens dos oradores. Na construção dos *ethé* de líder nos pronunciamentos de final de ano português e brasileiro, por exemplo, evidenciou-se que há semelhanças e padrões de marcas presentes na materialidade linguístico-argumentativa, tais como a instituição de um sujeito subentendido (“eu” e “nós” institucional), o uso da 1.^a pessoa do singular ou do plural no presente e no pretérito perfeito do indicativo, e expressões que indicam a função exercida (“pela minha parte e pela do governo”;

“em nome do governo”; “desde que tomei posse”; “meu governo”; “a Presidência da República”; “como presidente”; “até o final do nosso governo”). Há ainda diferenças quanto aos aspectos linguísticos nas mensagens portuguesa e brasileira para projeção da imagem de líder. Nos pronunciamentos dos oradores portugueses, verificou-se os usos dos verbos “garantir”, “cumprir”, “dirigir-se”. Nos pronunciamentos dos oradores brasileiros, todavia, averiguou-se os usos dos verbos “cobrar”, “apresentar”, “anunciar”, e o recurso à perífrase de obrigatoriedade e de possibilidade.

O estudo de Tomas & Gouvêa (2017), ademais, investiga a predominância do *ethos* popular do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela análise de seus discursos não oficiais, a partir de traços de credibilidade e de identificação relacionados ao *ethos* do líder político, da cenografia, das modalidades argumentativas do discurso, e do processo cognitivo de construção da metáfora. Nesse sentido, o estudo corroborou com a tese geral de que Lula é bastante popular nas classes menos favorecidas. Isso é verificado por uma conjunção de fatores e estratégias presentes nos discursos do orador, como o fato de projetar um *ethos* de chefe identificado com o povo pobre, dada a sua origem pobre, bem como ao usar metáforas futebolística e familiar para facilitar a compreensão de situações complexas da sociedade, ao adequar seu discurso às cenografias, a depender do público (Lula projetava-se como metalúrgico quando falava a grupos de operários, por exemplo). As autoras constataram ainda que as modalidades patética, demonstrativa e pedagógica foram empregadas quando o político desejava destacar, respectivamente, os *ethé* de humanidade, de chefe, e de humildade.

A pesquisa de Sousa & Nobre (2019), por conseguinte, analisa os *ethé* de credibilidade e de identificação e as estratégias enunciativas de discurso de justificação no discurso de defesa de Dilma Rousseff, proferido em 29 de agosto de 2016, por ocasião do julgamento de seu *impeachment*. Os *ethé* foram verificados pelos autores com base na interpretação de trechos do discurso em que há relação com as características verbais e não-verbais dos *ethé* presentes no modelo de Charaudeau (2015). Os resultados da análise apontam que Dilma Rousseff projeta, predominantemente, imagens de “séria”, de “virtude”, de “competência”, de “caráter” e de “humanidade”. Quanto às estratégias de discurso de justificação, viu-se que a oradora utilizou-se da negação, da razão superior, e da não-intencionalidade, tendo em vista seu julgamento de *impeachment* e sua defesa consistente de torná-lo nulo e inconstitucional.

Por fim, no âmbito internacional, destacamos ainda os trabalhos de Vitale & Maizels (2011), que analisa o discurso presidencial no contexto argentino, e de Pérez (2020), no contexto francês.

O trabalho de Vitale & Maizels (2011) estuda a construção do *ethos* híbrido não convergente no discurso eleitoral produzido em 2007, pela então candidata à presidência da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, a partir da relação entre o *ethos* pedagógico-experta e o *ethos* de feminilidade. As autoras consideram também as condições sociais e históricas de produção do discurso e o uso do léxico. O trabalho conclui que a configuração de uma cenografia de professor é inerente ao *ethos* pedagógico-experta, pois a candidata condiciona seu dizer em um lugar de uma professora que ensina seus alunos (auditório). O *ethos* da feminilidade, por outro lado, tende a posicionar a oradora em um local mais baixo e menos poderoso, vitimizado e menos legitimado. Por isso, é assimétrica (não convergente) a relação entre esses *ethé*, visto que, com a imagem de especialista e possuidora de conhecimentos, Kirchner ocupa um lugar superior e mais poderoso.

Já Pérez (2020) examina como o presidente da França, Emmanuel Macron, configura uma imagem favorável de si próprio como chefe de Estado em um discurso televisivo pronunciado em 10 de dezembro de 2018, destinado a apaziguar o clima social diante da crise dos *gilets jaunes*, ocorrida ao longo do ano de 2018, e apresentar uma série de medidas do governo para melhorar as condições de vida dos mais desfavorecidos. Para atingir tal objetivo, Pérez (2020) se vale do conceito de *ethos* aristotélico, dos princípios acerca do *ethos* e sua relação com a persuasão retomados pela Análise do Discurso, das cenas de enunciação postuladas por Amossy e Maingueneau, da tipologia de *ethé* elaborada por Charaudeau, e de conceitos da teoria da polifonia enunciativa a partir dos trabalhos de Ducrot, Anscombres e Donaire. Como resultados, a pesquisa mostra que Macron constrói uma imagem múltipla e composta de si, ao mostrar-se, fundamentalmente, como figura paterna e como líder dotado dos meios necessários para liderar o país. Por isso, os *ethé* projetados pelo presidente são de credibilidade (“sério”, “solidariedade”, “humanidade”), de identificação (“chefe” e “caráter”), de determinação, de espírito de solidariedade, de vontade de ouvir e entender, de capacidade de comandar, de capacidade de prever problemas.

As imagens que os políticos constroem de si em suas práticas discursivas são os principais interesses de nosso trabalho de dissertação. Particularmente, propomo-nos a analisar a construção do *ethos* em discursos políticos de posse presidencial, principalmente quando os oradores buscam mostrar-se como dignos de crédito ou identificar-se com o público, e o fazem por meio de recursos discursivos e linguísticos para tal intento. Nesse sentido, analisamos os chamados *ethé* de credibilidade e de identificação¹ nos discursos de posse considerando as

¹ Essas duas categorias de *ethos* foram propostas por Charaudeau (2015), no livro *Discurso político*.

circunstâncias históricas, sociais e políticas, que caracterizam os períodos políticos da República brasileira², as quais os presidentes estão inseridos, e os posicionamentos de cada presidente no espectro político-ideológico³. Além disso, levamos em conta, na análise dos discursos, algumas características verbais⁴ desses *ethé*.

Como se notou, todos esses estudos trataram da projeção de *ethé* em discursos políticos, utilizando, cada qual à sua maneira, parâmetros analíticos diversificados, mas adequados aos seus objetivos gerais e em conformidade com os princípios fundamentais das suas teorias de base. Por isso, endossamos a importância teórica e metodológica de cada pesquisa aqui resenhada. Cada uma possibilitou-nos ter uma visualização teórico-metodológica geral do que tem sido produzido, cientificamente, em termos de *ethos*. Sob essa perspectiva, os objetivos de nossa dissertação são os principais pontos de distinção em relação aos estudos citados anteriormente, bem como são critérios que definem os procedimentos metodológicos desta pesquisa e delimitam a análise do *corpus*.

Os nossos objetivos específicos são:

- i) Verificar a constituição dos *ethé* de credibilidade e de identificação em decorrência dos períodos políticos da República brasileira.
- ii) Evidenciar a influência das posições e preferências político-ideológicos dos oradores na projeção dos *ethé* de credibilidade e de identificação.
- iii) Averiguar de que modo os *ethé* de credibilidade e de identificação são construídos em situações de continuidade de governo e de ruptura partidária ou democrática.

Assim, dentre os trabalhos que resenhamos anteriormente, somente o estudo de Daher (2003) fez um mapeamento longitudinal de alguns períodos políticos da República

² Primeira República (1889-1930), Estado Getulista (1930-1945), Período Democrático (1945-1964), Regime Militar (1964-1985), Nova República (a partir de 1985). De acordo com Fausto (2006), a política brasileira, historicamente, é circunscrita por vários fatores que a caracterizam. A distinção de cada período é estabelecida, nesse sentido, não por um requisito puramente cronológico, mas a partir do que podemos interpretar de atos e circunstâncias de ordem política e social que demarcam, significativamente, cada regime político. Traçamos um breve percurso desses períodos políticos no Brasil, na primeira seção do Capítulo I desta dissertação.

³ Referimo-nos, fundamentalmente, às posições na díade esquerda e direita. Na segunda seção do capítulo I, abordamos as principais ideias que caracterizam e distinguem essa díade.

⁴ Na terceira seção do Capítulo II, apresentamos as características verbais dos *ethé* de credibilidade e de identificação.

brasileira para compreender como se opera discursivamente a construção de imagens dos presidentes brasileiros. Assim como a autora, faremos esse mapeamento longitudinal, mas diferentemente de seu trabalho e dos outros aqui citados, nosso intuito é verificar de que forma as circunstâncias sociais, históricas e políticas de cada período político da República brasileira, são determinantes na construção dos *ethé* de credibilidade e de identificação.

Aferimos também que somente a pesquisa de Silva (2012) leva em conta a ideologia partidária como categoria relevante na projeção do *ethos*. Nosso estudo, todavia, distingue-se do de Silva (2012) e dos outros selecionados porque intentamos averiguar como os presidentes, em cada período político da República brasileira, projetam imagens específicas de identificação e de credibilidade considerando-se as suas posições no eixo esquerda-direita; buscamos entender de que modo tais ideias partidárias estão circunscritas em seus discursos e como interferem na construção do *ethos*.

Nota-se ainda que as pesquisas de Ferrante (2011) e de Silva (2012) analisam o *ethos* em discursos de posse produzidos apenas em situação de continuidade de governo. Nossa pesquisa diferencia-se destas porque propõe averiguar como são constituídos os *ethé* de credibilidade e de identificação não somente em situação de continuidade de governo, mas também de ruptura partidária ou democrática.

É importante observar, por fim, que a maioria dos trabalhos leva em conta a materialidade linguística do discurso como um parâmetro de análise. A pesquisa de Pita (2014), como vimos, indica regularidades de marcas linguísticas, comum às variedades portuguesa e brasileira, durante a construção dos *ethé* exclusivamente textuais dos oradores. Essa dissertação, por seu lado, diferencia-se das pesquisas supracitadas pelo fato de considerar as características verbais que veiculam a construção dos *ethé* de credibilidade e de identificação (eminentemente evidenciados por suas características não-verbais) especificamente em discursos de posse de presidentes situados no contexto político da República brasileira.

Por fim, justificamos nossa pesquisa por duas razões, uma de ordem teórica e outra de teor social. Em relação à primeira razão, justifica-se por estar inserida em um nicho científico que busca verificar e interpretar o objeto de estudo sob um ponto de vista longitudinal; pela temática, por indicar novos e relevantes trabalhos científicos; pela delimitação de critérios analíticos válidos para identificar os *ethé* discursivos; pela aplicação (não rígida) de um modelo teórico já consolidado na análise do discurso em um *corpus* específico. Assim, entendemos que nosso trabalho pode contribuir com os estudos e reflexões posteriores acerca do *ethos* em discursos políticos. No que se refere ao seu valor social, essa dissertação, ao propor uma análise de discursos políticos, estabelece diálogos importantes com a ciência e a filosofia políticas, e

com a história, quando tenta promover questionamentos sobre os fundamentos do pensamento político, sobre as finalidades e os efeitos das ações políticas, e quando busca reconstruir os acontecimentos e o percurso histórico da política republicana brasileira como uma forma de explicar e entender algumas ideias que constituem o fazer político na contemporaneidade.

Essa dissertação tem a seguinte organização estrutural: no capítulo I, intitulado *Condições de produção dos discursos de posse presidencial na República brasileira*, versamos sobre os aspectos sociopolíticos dos períodos políticos que, historicamente, caracterizam o Brasil republicano, quais sejam, a Primeira República (1889-1930), o Estado Getulista (1930-1945), o Período Democrático (1945-1964), o Regime Militar (1964-1985), a Nova República (a partir de 1985), para explicarmos a sua influência na construção do *ethos*. Outrossim, nesse capítulo, propomo-nos a listar as principais ideias que caracterizam e distinguem os espectros político-ideológicos no contexto brasileiro (esquerda, centro, direita), para averiguarmos a sua interferência na construção dos *ethé*.

No capítulo II, denominado *Ethos no discurso político*, nosso foco incide sobre a noção de *ethos*, concebido inicialmente por Aristóteles (2005) como a imagem de caráter que o orador constrói de si no discurso para persuadir seu auditório. Tal conceito passa por um importante refinamento teórico na AD, por entender que a construção de imagens de si no discurso não é dependente somente da materialidade do discurso, mas envolve as cenas de enunciação, pelas quais há a incorporação de um fiador situado historicamente. A imagem do fiador é mostrada, assim, no ato de enunciação, que abrange dados discursivos e pré-discursivos. Ainda nesse capítulo, descrevemos as características dos *ethé* de credibilidade e de identificação, bem como preconizamos algumas características verbais possíveis para designação de tais *ethé*.

No capítulo III, intitulado *Aspectos metodológicos para análise do discurso de posse presidencial*, explanamos os parâmetros metodológicos gerais que caracterizam o tipo de pesquisa, a abordagem empregada e os métodos utilizados. Além disso, delimitamos os discursos que constituem o *corpus* dessa dissertação a partir dos seguintes critérios: (i) discursos de posse representativos para cada período político; (ii) discursos proferidos por presidentes filiados a partidos políticos considerados de esquerda, de centro e de direita, no espectro; (iii) discurso produzido em situação de continuidade de governo \times discurso produzido em situação de ruptura.

No capítulo IV, cujo título é *Análise dos ethé de credibilidade e de identificação em discursos de posse presidencial*, dedicamos atenção à análise do *corpus*, considerando os recursos discursivos, tais como as circunstâncias históricas, sociais e políticas, que caracterizam

os períodos políticos da República brasileira, os posicionamentos de cada presidente no espectro político-ideológico, e os recursos linguísticos, a saber, as características verbais dos *ethé* de credibilidade e de identificação.

Nas considerações finais, sintetizamos algumas considerações em relação às projeções dos *ethé* de credibilidade e de identificação, nos discursos de posse presidencial; bem como apresentamos as lacunas teóricas e metodológicas que não foram preenchidas nesta dissertação.

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL NO BRASIL

Neste capítulo, versamos sobre os períodos políticos do Brasil republicano que, além de caracterizarem a República brasileira em sua gênese política, influenciam diretamente em algumas ideias do fazer político na contemporaneidade. Recorreremos, para tanto, à pesquisa historiográfica elaborada por Fausto (2006) e a arquivos públicos disponíveis nos *sites* da presidência da República e do Senado Federal que, didática e cronologicamente, descrevem os regimes políticos dos mandatos dos presidentes da República, os quais serviram para elaborarmos um mapeamento longitudinal da política brasileira a partir da chamada Primeira República⁵.

Associada a esta construção do sistema político da República nacional, está a formação e a atuação dos partidos brasileiros, no que tange às suas preferências ideológicas. A isso, a literatura política denomina de “espectro político”, entendido, nessa dissertação, como uma classificação das preferências e posicionamentos político-ideológicos entre a esquerda, o centro e a direita. Por isso, na segunda seção deste capítulo, propomo-nos a listar as principais ideias que caracterizam e distinguem os espectros no contexto brasileiro, para averiguarmos a sua influência na construção dos *ethé*.

É importante pontuar que não nos propomos elaborar um tratado histórico aprofundado de todos os períodos políticos da República brasileira nem de todas as características dos espectros político-ideológicos, mas, ao fazermos uma interface com a história, com a ciência e filosofia políticas, temos condições de contextualizar os aspectos sociopolíticos que envolvem as situações e circunstâncias de enunciação dos discursos de posse presidencial, os atores políticos e suas preferências políticas, os destinatários e as ideias políticas que os circundam, aspectos esses que, conforme Courtine (2006), têm a linguagem como tecido. É nesse sentido que, ao estabelecermos uma interface com a história, compactuamos com a ideia de que a multidisciplinaridade necessária à AD situa o discurso no campo de uma complementaridade (cf. COURTINE, 2014). Por isso, na análise, não nos

⁵ Embora a delimitação historiográfica seja baseada pela ordem cronológica de acontecimentos e de decisões políticas, isso não implica que os regimes sejam totalmente distintos entre si, visto que a transição de cada período não é imediata, mas gradual. Há características comuns presentes em quase todas as fases da política brasileira no republicanismo. Os ideários do colonialismo e do império, formas *sui generis* de governo e de manutenção do poder, por exemplo, influem (talvez de modo pontual) em outros tipos de regime, inclusive até nos da pós-modernidade. Não desconsideramos que as ideias de regimes políticos são conservadas em outros regimes. Apontamos essas ligações quando necessário neste capítulo e também na análise do *corpus*.

furtamos de recorrer a esse fundo histórico-político para explicarmos a sua influência na construção do *ethos*.

1.1 Breve mapeamento longitudinal dos períodos políticos no Brasil: da Primeira República à Nova República

A forma republicana de governo no Brasil⁶ está, historicamente, circunscrita por acontecimentos diversos; por golpes ou revoluções; por crises econômicas; por relações de força e de submissão; por tomadas de decisões, ora equivocadas, ora fundamentadas e acertadas; por diversos atores políticos, ora comprometidos e preocupados com o bem estar coletivo, ora corruptos e individualistas; por mentiras e verdades; por longevidades partidárias; por imediatismos ideológicos; por posicionamentos diversos; por avanços; por retrocessos. Esses e muitos outros componentes integram, caracterizam e, porque não dizer, consolidam o que se compreende hoje por “sistema político brasileiro”, que a história trata de descrever, que a ciência política trata de entender, e que, nessa dissertação, consideramos como condições de produção dos discursos de posse presidencial.

É comum encontrarmos, em livros especializados sobre História do Brasil, uma divisão cronológica dos períodos que constituem o Brasil republicano na seguinte forma: Primeira República (1889-1930), Estado Getulista (1930-1945), Período Democrático (1945-1964), Regime Militar (1964-1985), Nova República (a partir de 1985). Percebemos que a caracterização histórica desses períodos se pauta em critérios relacionados às estruturas política e econômica, principalmente. Por isso, entendemos que a distinção de cada período é estabelecida não por um requisito puramente cronológico, mas a partir do que podemos interpretar de atos e circunstâncias de ordem política, econômica e social, que demarcam significativamente cada regime político.

É inevitável que a descrição e a compreensão dos períodos do Brasil republicano não passem pelas formas de governo dos muitos atores políticos que os constituíram, tanto no

⁶ Longe de esgotar as bases históricas do republicanismo antigo ou moderno, sua implantação e teorização em épocas e lugares diferentes e diversos, queremos entender essa forma específica de governo (suas transições, seus efeitos, seus fins) instaurada e proclamada no Brasil em idos de 1889, forma essa que resiste na contemporaneidade. Para fins de definição, entendemos por República a forma de governo na qual “[...] o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas [...], é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas). Contudo, o significado do termo República [...] muda profundamente com o tempo [...] conforme o contexto conceptual em que se insere” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 107). Não faremos cotejo com outras classificações de governo por uma questão de delimitação teórica e de limitação espacial dessa dissertação. Para um entendimento geral das tipologias e classificações das formas de governo em diferentes lugares e épocas, recomendamos a leitura de Bobbio (1980; 1987).

âmbito federal quanto no estadual. Aqui, não nos interessa descrever toda a cena política de todos esses períodos. Não nos abstermos, todavia, de contextualizar os discursos de posse, na análise do *corpus*, com outras informações relacionadas especificamente aos mandatos dos presidentes selecionados. Como delimitação metodológica, também optamos por uma caracterização geral⁷ de tais períodos com base principalmente i) na sua estrutura política, e ii) nas políticas econômicas implantadas.

Assim, de acordo com Fausto (2006), a Primeira República (ou República Velha)⁸ é dividida em duas fases denominadas, respectivamente, República dos Marechais (1889-1894) e República Oligárquica (1894-1930). A primeira fase se iniciou com um governo provisório e termina sendo chefiado apenas por marechais. Nesse período, a formulação e promulgação da primeira Constituição republicana (1891) foi o principal tema político, pois previa, entre outros, o federalismo, concedendo autonomia política e econômica aos Estados; o sufrágio direto e universal (porém, não obrigatório e não secreto) somente para homens alfabetizados; o Estado laico; o direito à liberdade, à segurança e à propriedade, para brasileiros e estrangeiros. A principal medida econômica adotada foi o chamado “encilhamento”, caracterizado pela especulação financeira e pelo incentivo à emissão de moedas por alguns bancos com os objetivos de aumentar a sua oferta, de facilitar a criação de empresas de fachada para expandir o crédito, e para gerar uma ideia de que o novo regime fomenta a criação de negócios.

Já a República Oligárquica caracterizou-se pelo revezamento de cafeicultores oligarcas mineiros e paulistas na presidência. A estrutura política dessa fase assentou-se em acordos entre o governo federal, o estadual e o local, que funcionou da seguinte forma: a “política do café-com-leite” estabeleceu o revezamento entre Minas Gerais (maior força política) e São Paulo (grande força econômica) na presidência da República, com o apoio das bancadas estaduais em todos os seus projetos, a chamada “política dos governadores”; em troca,

⁷ Ao procedermos assim, não é nosso intuito colocar tudo aquilo que engloba os períodos em espaços temporais homogêneos, como se a caracterização feita aqui fosse reducionista do ponto de vista da história. Não é essa a ideia. Objetivamos, com essa opção de método, ter uma visão horizontal da conjuntura política brasileira dos últimos 113 anos, daquilo que consideramos essencial de cada período político, ainda que careça de aprofundamento. E o que consideramos ‘essencial’ são fatos que marcaram a cena política e que os historiadores descrevem de modo mais detalhado. Por exemplo, consideramos a instauração dos Atos Institucionais no Regime Militar, entre outros, como um fato a ser destacado nesse período porque gerou bastante discussão e polêmica na época, e porque é examinado com afinco pelas fontes que aqui recorremos. Nesse sentido, tal caracterização histórico-política é relevante para a análise dos *ethé*, na medida em que, direta ou indiretamente, os aspectos sociopolíticos que envolvem as situações e as circunstâncias de enunciação dos discursos de posse presidencial, bem como os atores políticos e suas preferências políticas, os destinatários, as ideias políticas que os circundam, influenciam na construção das imagens que os presidentes mostram de si próprios no discurso.

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre a formação social brasileira e de seu sistema político durante a Primeira República, indicamos a leitura de Fausto (1972).

o governo federal garantia a autonomia política e econômica dos governos estaduais, ao não intervir nem destituir os governadores; na base desse quadro político está o “coronelismo”, definido pela ação política de latifundiários ou coronéis que possuíam o controle político e econômico de uma determinada região, e que, nos “currais eleitorais”, submetiam as pessoas ao “voto de cabresto”, isto é, à obrigação de votar em candidatos a governadores indicados pelo coronel. A política econômica, por sua vez, voltou-se quase exclusivamente para a produção e exportação do café⁹ nas regiões Sul e Sudeste. Em menor escala, outras medidas econômicas foram focadas na industrialização¹⁰, e na renegociação da dívida externa¹¹ (FAUSTO, 2006).

Essa fase foi caracterizada também pela criação de movimentos sociais rurais e urbanos contrários às políticas do governo federal, entre os quais se destacaram as revoltas de populações camponesas esquecidas pelas elites e pelo governo (“Guerra de Canudos” e “Guerra do Contestado”, ambas comandadas por líderes messiânicos), e as revoltas ocasionadas pelo descaso do governo com a população mais pobre e marginalizada dos grandes centros urbanos (“Revolta da Vacina”, “Revolta da Chibata”, “Greve Geral de 1917”, lideradas por anarcosindicalistas). Mas foram os conflitos e as rupturas¹² entre as elites mineira e paulista que mudaram o cenário político-econômico da então República Velha. Citem-se as eleições de 1929, em que mineiros e paulistas apoiaram candidatos diferentes, rompendo com a antiga aliança. Foi no ápice desse conflito que ocorreu a Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas (apoiado por Minas Gerais), derrotado nas urnas, impediu a posse de Júlio Prestes (apoiado por São Paulo), recém-eleito, e assumiu a chefia do governo ao longo de 15 anos sucessivos (FAUSTO, 2006).

⁹ Embora os estados tivessem autonomia econômica, havia intervenção financeira do governo federal. Um exemplo dessa intervenção é o “Convênio de Taubaté”, organizado pelo governo federal, que comprou todo o café que não estava sendo vendido ou exportado (fazendo empréstimos para isso), para garantir o lucro dos cafeicultores e salvar a cafeicultura de crises (FAUSTO, 2006).

¹⁰ No Brasil, em decorrência da dificuldade de importação de produtos estrangeiros (principalmente dos países que estavam em conflitos na I Guerra Mundial), ocorreu o chamado “surto industrial”, em que se começou a produzir no próprio país. Essa industrialização mais sistemática promoveu transformações econômicas e desenvolvimento urbano, o fortalecimento de grupos sociais ligados aos polos industriais (classe média, burguesia, proletariado) (FAUSTO, 2006).

¹¹ O Brasil contraiu uma dívida com países estrangeiros no período imperial, que perpetua até hoje. Uma das diligências tomadas na Primeira República para essa renegociação com bancos ingleses foi o *funding loan*, que consistia em fundir todas as dívidas em uma única, para pagá-la em parcelas (FAUSTO, 2006).

¹² São, principalmente, movimentos das elites mineiras e paulistas que ora faziam oposição entre si e à estrutura política do “café-com-leite”, por questões financeiras, ora se apoiavam mutuamente, principalmente quando candidatos de partidos liberais disputavam eleições presidenciais (FAUSTO, 2006).

O Estado Getulista¹³, por seu lado, é dividido em três governos: provisório (1930-1934), constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). O primeiro governo foi marcado, politicamente, pela exigência da oposição (elite paulista), para a criação de uma nova Constituição, a qual respeitasse os princípios republicanos e democráticos. A promulgação da nova Constituição ocorreu apenas em 1934, que, entre outros títulos, tratava da ordem econômica e social, da família, educação e cultura, da segurança nacional, do direito ao voto secreto e ao voto feminino, da criação do deputado classista, um representante escolhido pelos sindicatos, pelas classes, e não pelo voto direto (FAUSTO, 2006).

O segundo momento do governo de Vargas caracterizou-se pela polarização política entre a Aliança Integralista Brasileira (AIB), grupo de viés fascista que defendia o totalitarismo europeu adaptado ao Brasil, de um lado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), constituída por grupos liberais, democratas, socialistas, comunistas, que assumiu a frente antifascista, do outro lado; pelos levantes comunistas também nos quartéis contra o mandato de Vargas, como a “Intentona Comunista”, de 1935, encabeçada por Júlio Prestes, que havia aderido ao comunismo; e pelo estado de sítio às vésperas das eleições de 1937, para combater o suposto plano comunista para tomar o governo federal (Plano Cohen). Vargas utilizou como pretexto a ideia de combate ao comunismo para instalar o Estado Novo no Brasil. Em relação à política econômica dos dois primeiros governos, foram implementadas medidas de centralização da política de exportação agrária, principalmente do café (intervencionismo estatal na economia), bem como houve a substituição da importação de produtos manufaturados do exterior pela produção industrial interna (FAUSTO, 2006).

No Estado Novo, o presidente consolidou uma maior centralização do poder político e econômico para o governo federal, ao criar o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a Polícia Especial (PE), para, respectivamente, controlar e censurar as mídias e propagandas, e investigar, aprisionar, torturar, os opositores ao governo federal. Ademais, a promulgação da Constituição de 1937 previa o fechamento do Congresso Nacional, do Poder Legislativo, das Câmaras de Vereadores, de Assembleias Legislativas estaduais, e dos partidos políticos; a Constituição decretava ainda que os Poderes Executivo e Judiciário deveriam ser controlados pelo presidente (FAUSTO, 2006).

A proposta econômica do Estado Novo baseou-se, fundamentalmente, na política externa pragmática, isto é, uma política de neutralidade, que consistia em negociar e estabelecer

¹³ Para uma caracterização mais detalhada das motivações para a tomada de poder por Getúlio Vargas, e para melhor entendimento do sistema político do Estado Novo, ver Fausto (1972).

relações com países estrangeiros, principalmente com alemães, ingleses e americanos. Mas, com o advento da II Guerra Mundial, em 1945, o Brasil encerrou esse tipo de postura ao escolher o lado dos Aliados na guerra, fazendo empréstimos com os EUA, enviando tropas da FEB para lutar contra o totalitarismo vigente na Europa. Diante de tal postura ideologicamente contraditória¹⁴, as elites conservadoras mineiras, incomodadas com o nacionalismo e o populismo de Vargas, reagiram ao envio de tropas brasileiras para a guerra, criando um manifesto que, entre outros temas, reivindicava o processo de redemocratização da República. Assim, em 1945, os partidos políticos e os conservadores deram o golpe no governo Vargas, encerrando o Estado Novo e iniciando o Período Democrático (FAUSTO, 2006).

O Período Democrático¹⁵ foi marcado, politicamente, pelas disputas entre os intervencionistas e os liberais, cujas ideias sobre política e economia eram divergentes. O primeiro grupo, também nomeados de nacionalistas ou progressistas, pleiteavam o intervencionismo estatal para gerar desenvolvimento econômico de maneira autônoma e sustentável, por meio de investimentos para crescimento da indústria e do campo. O segundo grupo, chamado de entreguistas ou conservadores, pautavam suas ideias na forma de desenvolvimento econômico dependente de investimentos e de tecnologias estrangeiras para acelerar o crescimento do país. Os intervencionistas apoiavam as reformas de base e o voto de analfabetos, e os liberais eram contrários a esse tipo de política. Ainda nesse período, a Constituição de 1946 foi decretada, que, entre outras leis, estabelecia as atribuições da União, Estado e municípios, dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), da cidadania (direitos e deveres, maior participação nas decisões políticas), da ordem social e econômica, da família (FAUSTO, 2006).

Economicamente, esse período baseou-se na elaboração de planos para resolver os problemas da economia e fomentar o crescimento do Brasil. Destacaram-se o “Plano SALTE”, no governo Dutra (1945-1955), o “Plano Trienal”, no governo Jango (1961-1964) e o “Plano de Metas” (cujo lema era “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”), no governo JK (1956-1961). Este último plano obteve relativo êxito, haja vista o visível crescimento do PIB nacional, da indústria multinacional, do transporte, mas ocasionou uma crise política e econômica que perdurou muitos anos, pois JK fez empréstimos elevados para realizar tais metas. Todos os presidentes posteriores, de maneira mais incisiva, fizeram planos econômicos

¹⁴ A contradição apontada pela oposição foi a de que Vargas era ditador no Brasil, mas enviou as forças armadas para derrocar ditaduras europeias.

¹⁵ Para aprofundamento da situação do Brasil em relação ao ideal democrático, recomendamos a leitura de Saldanha (2001).

para diminuir essa crise e a alta inflação, que foi regularizada apenas no governo Lula (FAUSTO, 2006).

Diante de um cenário insustentável ocasionado pela crise política e econômica, segundo Fausto (2006), os militares ligados a grupos conservadores, em março de 1964, depuseram o presidente Jânio Quadros e assumiram o poder, instaurando o Regime Militar¹⁶, justificando tais ações em nome dos princípios de manutenção da ordem social, do respeito à hierarquia e do combate ao comunismo.

A estrutura política, nesse período, é baseada na constituição de diversos Atos Institucionais, que concedem, entre outras medidas, poderes excepcionais aos presidentes militares (AI-1); extingue o pluripartidarismo para implantação do bipartidarismo (AI-2); estabelece eleições indiretas para governadores (AI-3); fecha o Congresso Nacional (AI-4); instala os aparelhos repressores do Estado (DOI-CODI, DOCS, OB), por meio de perseguições, torturas, censura, a opositores da ditadura militar (AI-5). Por isso, nesse período, embora fosse proibido pelo governo, há um crescimento da oposição civil, marcado por uma série de manifestações e protestos de estudantes vinculado à UNE, de operários (Greves em Osasco e Contagem), e de civis (Passeata dos 100 mil), e pela atuação do Partido de Frente Ampla, cujos membros, opositores políticos entre si, uniram-se para lutar pela redemocratização do Brasil (FAUSTO, 2006).

A política econômica dos militares consistia, eminentemente, em estabilizar a economia do país e fomentar o seu desenvolvimento. Para diminuir a inflação, atrair investimentos externos, reformar o sistema financeiro nacional, entre outras medidas, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O “Milagre econômico” foi também uma manobra econômica para reduzir a alta inflação, pagar a dívida externa, fomentar o crescimento do PIB nacional, atrair multinacionais e investimentos na infraestrutura, e concentrar rendas nas mãos de grandes empresários (FAUSTO, 2006).

As instabilidades econômicas, as lutas pela abertura política e por eleições diretas foram os principais fatores para a transição do militarismo para a democracia, na primeira metade da década de 1980. Por isso, o período posterior ao Regime Militar foi denominado de Nova República¹⁷, início de uma nova democracia nacional que perpetua até os dias de hoje¹⁸.

¹⁶ Para uma discussão mais profícua acerca desse período, ver Araújo et al (2013).

¹⁷ Para uma visão mais específica sobre a estrutura sociopolítica desse período, ler Giambiagi et al (2011).

¹⁸ Optamos por descrever a Nova República somente até o segundo mandato de Lula (ano de 2010), porque sua eleição representou a ascensão da esquerda à presidência pela primeira vez na história do sistema político brasileiro; além disso, esse recorte é feito em razão de nosso objetivo específico de analisar os *ethé* em um discurso

Assim, esse período, que (re)forma a nova democracia da República brasileira, pode ser dividido em Redemocratização (1984-1990), Democracia Neoliberal (1990-2002), e Democracia Pós-neoliberal (a partir de 2002).

A Redemocratização tem a estrutura política baseada na retomada da democracia. É nesse sentido que a Constituição Federal de 1988 (vigente atualmente) foi elaborada e promulgada. De caráter progressista, a nova CF retomou uma série de temas antigos e polêmicos que sempre foram debatidos na sociedade, e tem como novidade o voto optativo para jovens entre 16 a 18 anos e o racismo como crime inafiançável. Atinente à economia desse período, os governos buscaram controlar a inflação com uma série de planos, como, por exemplo, o “Plano Cruzado”, que consistiu no congelamento de preços de produtos, passando a ser vendidos de acordo com uma tabela de preços e de salários, reajustados de acordo com os valores da inflação (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

A Democracia Neoliberal, por sua vez, teve como principal ação política e econômica a tentativa de controlar as altas inflações, principalmente por meio de privatização de empresas nacionais para reduzir gastos estatais com educação, saúde e previdência, bem como pela implementação de vários planos econômicos. Tem-se o “Plano Brasil Novo”, no governo Collor (1990-1992), que privatizou empresas públicas e rentáveis, e confiscou o dinheiro da população guardado em bancos. O “Plano Real”, no governo Itamar Franco (1992-1994), foi implantado aos poucos como uma forma de diminuir a inflação, valorizando a moeda brasileira (paridade real-dólar), o que facilitou a importação de produtos estrangeiros, e tornou inviável a exportação. A continuação do Plano Real, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi insuficiente para manutenção da valorização do real em relação ao dólar, visto que dependia de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que tomou as empresas públicas nacionais como garantia de pagamento (período de intensificação das privatizações). Esse período representou um aumento da concentração de rendas para a classe alta, um baixo crescimento econômico e um elevado índice de desemprego no Brasil (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Já na Democracia Pós-neoliberal iniciada no primeiro governo de Lula, de acordo com Sader (2013), prevaleceu o modelo neoliberal, mas sob uma articulação policlassista, isto é, pelo estabelecimento de relações (embora instáveis) entre proletariado e burguesia. As medidas políticas e econômicas desse período foram tomadas para estabilizar a moeda (o real)

de posse pronunciado em situação de continuidade de governo, embora se tenha, nesse período político, outros presidentes que foram reeleitos. No Capítulo III, onde apresentamos os critérios de seleção do *corpus*, argumentamos acerca dessa escolha de modo mais aprofundado.

e as inflações; para acabar com as privatizações; para promover cada vez mais a intervenção do Estado na economia; para estabelecer relações políticas unilaterais com outros países, para além dos EUA; para transferir a concentração de renda para a camada mais pobre; para aumentar a exportação; para fortalecer a economia interna; enfim, para retirar o Brasil de um cenário de crise e colocá-lo em um patamar de país subdesenvolvido¹⁹. No campo social, a intervenção do Estado resultou no combate à fome, no aumento de salários, na diminuição de impostos sobre produtos, na criação de programas sociais e educacionais.

Assim, entendemos todo esse cenário político que acabamos de listar como “as condições (históricas) da produção dos discursos, como as circunstâncias da produção [...] de uma mensagem por um sujeito falante” (COURTINE, 2014, p. 50). Por defendermos que as condições socio-históricas são constitutivas das significações dos discursos, os *ethé* de credibilidade e de identificação são submetidos a uma análise em que convergem os componentes linguísticos e socioideológicos dos discursos, bem como os aspectos histórico e social que os subjazem.

Dessa forma, pensamos que os políticos inseridos em conjunturas políticas democráticas são mais propícios a construir imagens de si de defensores dos valores e dos interesses do bem coletivo. Isso porque tais períodos implicam uma governabilidade em que se busca ressaltar a soberania dos cidadãos, que elegeram seus representantes com base em suas próprias convicções políticas. Por outro lado, os políticos que governaram em períodos autoritários (de ruptura democrática) têm maior incidência em projetar imagens de “salvadores” da ordem nacional, em razão de atuarem sob circunstâncias políticas em que se procura justificar e legitimar as ações que estão na base de um projeto político “revolucionário”, sendo este o principal e inevitável caminho encontrado para resolução dos problemas e crises.

1.2 O espectro político-ideológico no contexto da República brasileira

A política da República nacional, conforme acabamos de descrever, é também atravessada pela atuação de diversos partidos políticos de acordo com suas preferências ideológicas. A isso, a literatura política denomina de espectro político, entendido, nessa dissertação, como uma classificação das preferências e posicionamentos político-ideológicos entre a esquerda, o centro e a direita.

¹⁹ Para um aprofundamento acerca desse período, recomendamos a leitura de Sader (2013).

Na literatura política, há quem negue a existência de uma diferenciação de preferências políticas, seja porque o capitalismo superou o socialismo, seja pelas mudanças recorrentes de partidos da direita e da esquerda para o centro, seja pela clivagem materialismo/pós-materialismo, enfim, seja porque essa distinção pode ser considerada um meio de “aprisionar em duas abstrações conceituais a rica e cambiante [...] concretude da história” (BOBBIO, 1995, p. 9).

É importante destacar que lançamos mão de abordar os espectros político-ideológicos na medida em que temos o intuito de averiguar de que modo as posições políticas influenciam na construção do *ethos* em discursos de posse presidencial. Não desconsideramos que, para compreendermos essas preferências e visões políticas, são diversos os conteúdos das definições de esquerda, de centro e de direita, que “[...] além de terem variado imensamente ao longo da história, também variam conforme a perspectiva teórica, o contexto cultural e as concepções normativas dos analistas” (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 150).

Historicamente, as noções originais de esquerda e de direita nasceram na Europa²⁰, sob determinadas circunstâncias sociopolíticas e que, ao longo dos anos, estiveram sujeitas a mudanças e transformações no mundo inteiro. No contexto político brasileiro, por exemplo, embora se possa dizer que os partidos políticos e seus membros assumam uma posição no espectro, não se pode afirmar que tal preferência condiz, rigorosamente, com a prática política. Mesmo com essas ressalvas, optamos por fazer um levantamento das principais características do eixo esquerda-centro-direita a partir de pesquisas que se dedicam a classificar os partidos políticos em suas posições nesses espectros.

Cabe ressaltar que consideramos as ideologias da díade esquerda-direita como basilares no espectro político-ideológico, visto que “[...] as diversas posições se distribuem de um extremo ao outro sem que, no entanto, o critério de divisão entre os diversos setores de representantes deixe de ser o de direita e esquerda” (BOBBIO, 1995, p. 37).

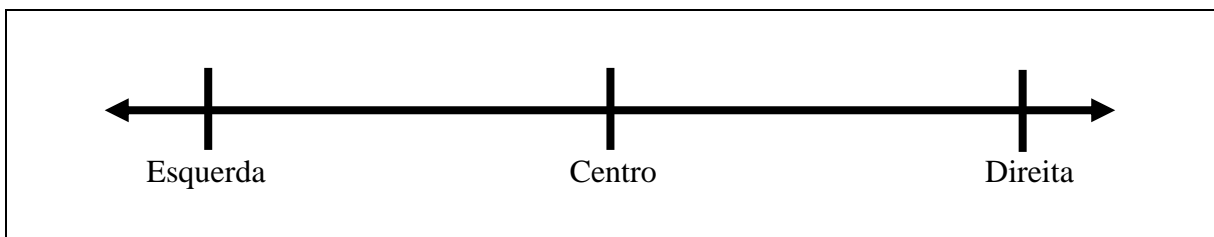
Tal como Bobbio (1995), entendemos que qualquer outra visão política que venha a surgir, resultará, necessariamente, da exclusão, inclusão ou síntese, dessa dicotomia. Mas, assim como o autor, não podemos afirmar que essas posições são unívocas, rígidas, estáveis, tanto na teoria como na prática política, pois as estratégias políticas e discursivas tendem a adaptar-se em decorrência dos objetivos almejados. Isso significa que pode haver uma

²⁰ Optamos por não discorrer, detalhadamente, todo o processo histórico e conceitual do uso metafórico dos termos esquerda e direita, adotados na linguagem política para designar as preferências políticas antagônicas no auge da Revolução francesa, no final do século XVIII, e que são utilizados atualmente. Para uma compreensão geral dessa base histórica, recomendamos a leitura de Mattos (2016).

convergência parcial de interesses entre partidários da direita e da esquerda, ensejada por um propósito político específico, em uma dada época, ainda que sejam antagônicas as ideias dessa época.

Por isso, mesmo com certa imprecisão, procuramos conceber o espectro político-ideológico relacionado às posições, visões e preferências do ideário que engloba a esquerda, o centro, e a direita, conforme está ilustrado na Figura 01, a seguir.

Figura 01 – Escala do espectro político-ideológico



Fonte: elaboração nossa.

Nessa dissertação, entendemos que, a depender da posição que o político ocupe nessa escala, direta ou indiretamente, ele é influenciado a pensar e a agir discursivamente conforme as ideias que defende, tendo em vista porque ele participa de certas práticas reguladas pelo e no que Althusser (1974) denomina de aparelhos ideológicos²¹. Isso significa que a ideologia subjaz ao ato, à prática de qualquer indivíduo inserido no campo político.

A priori, o posicionamento de um político é determinado pelo fato de pertencer a um partido, haja vista que existe relativa coerência entre o autoposicionamento manifestado pelos partidários e a maneira como suas legendas se posicionam ideologicamente no espectro político-ideológico; mas também não desconsideramos que é na prática discursiva que estas posições se atualizam, seja reforçando, seja reformulando os interesses, valores e pautas de cada espectro. Dessa forma, buscamos discorrer sobre os elementos e os valores gerais que caracterizam as posições de esquerda, de centro e de direita, no contexto político da República brasileira.

É importante pontuar que esquerda e direita não devem ser percebidas somente como distinções ideológicas, principalmente porque também indicam

²¹ Para Althusser (1974), o papel do Estado é manter as condições de exploração, bem como o sistema de conhecimento e de crença da classe dominante, seja por meios repressivos (Aparelhos Repressivos do Estado – ARE), seja pela ideologia propriamente dita (Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE). A ideologia, para o filósofo, é material, e só existe no seio de um aparelho ideológico.

[...] programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade (BOBBIO, 1995, p. 33).

Sob esse prisma, Bobbio (1995, p. 103) apresenta a igualdade e a liberdade como elementos principais e constantes que melhor salientam a distinção entre os dois alinhamentos opostos, segundo o qual “[...] a esquerda é igualitária e a direita inigualitária”. Isso significa dizer que os movimentos, os adeptos e aqueles que ocupam uma posição mais à esquerda do espectro reconhecem, por exemplo, que as desigualdades são o produto de costumes, leis, imposições do mais forte sobre o mais fraco, e são socialmente modificáveis. Já os movimentos, os adeptos e aqueles que ocupam uma posição mais à direita do espectro consideram que as desigualdades são naturais, por isso aceitam e conservam o que não pode ser modificado, o habitual, a tradição, o passado.

O autor defende que o igualitário parte da indignação das desigualdades sociais, tende a atenuar as diferenças ou mesmo fazê-las desaparecer, pois são elimináveis, modificáveis, bem como aceita limitar a liberdade individual em nome da igualdade social. O inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais, inelimináveis, úteis, vantajosas, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade, por isso tende a acentuá-las²². A direita defende também a liberdade individual como forma de progresso social, político e econômico, que só pode ocorrer pela intervenção social e econômica mínima do Estado.

Já o centro, de acordo com Bobbio (1995, p. 35), está situado em “uma linha contínua sobre a qual entre a esquerda [...] e a direita [...] se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos”. Em outras palavras, o centro é uma “terceira via moderada” dentro dessa visão diádica da política, cujas ideias ora tentam incluí-la (esquerda e direita), ora excluí-la (*nem* esquerda, *nem* direita), ora superá-la (*síntese* da esquerda e da direita), ora mover-se ao seu redor. A partir da articulação entre as ideias do centro com as da esquerda e as da direita é que se pode falar em posições de centro-esquerda e de centro-direita²³, o que implica a formação de agrupamentos, coalizões, partidos de centro, atitudes e políticas centristas.

²² Embora o filósofo exponha sua posição no espectro de modo indireto, ele procura deixar claro que essa constatação não é sustentada em critérios parciais e emotivos, prescindindo a qualquer juízo de valor, tendo em vista que seus estudos são baseados em critérios analíticos.

²³ No entanto, não temos como precisar ou medir para qual lado dos extremos pendem as ideias de centro. Por isso, recomendamos a leitura da obra organizada por Cid (2020), que traz uma visão geral das relações que podem ser estabelecidas entre o centro, a esquerda e a direita.

Em relação aos fatores que dividem a esquerda e a direita no Brasil, Singer (2002) mostra que não é a igualdade em si, porém o modo de atingi-la (com ou sem a intervenção do Estado) que as separa. Assim, para o autor, a direita associa-se à ideia de reforço da autoridade do Estado para promover as mudanças igualitárias, de cima para baixo, sem risco de instabilidade social, sem prejuízos à ordem. A esquerda, por seu lado, vincula-se à contestação da autoridade do Estado (entendido como repressor dos movimentos sociais) que, por meio de mobilizações, visa promover transformações na direção da igualdade de modo participativo, de baixo para cima, ainda que isso represente uma desestabilização da ordem.

Longe de esgotar os temas políticos e econômicos que caracterizam os posicionamentos políticos no Brasil, Tarouco & Madeira (2013) relacionam outras categorias específicas da esquerda e da direita no Brasil com base na análise de conteúdo dos documentos programáticos dos principais partidos políticos brasileiros. Para eles, as características que determinam os posicionamentos políticos à esquerda são: a regulação do mercado, o planejamento econômico, a economia controlada pelo governo, a expansão de serviços sociais, e a valorização da classe trabalhadora. E as características que determinam os posicionamentos políticos à direita são: a defesa das forças armadas, a livre iniciativa, os incentivos financeiros, a ortodoxia econômica tradicional, a limitação de serviços sociais, e a defesa da classe média e de grupos profissionais.

Scheffer (2016), por sua vez, faz um panorama conceitual e histórico de alguns temas relacionados aos posicionamentos da esquerda e da direita que têm incidência no Brasil. Dessa forma, os temas voltados para a esquerda brasileira são: o Estado interventor na economia, a carga tributária extensiva para financiar o Estado, a regulação do mercado, os serviços estratégicos (educação, saúde, segurança) oferecidos pelo Estado, a defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados. E os temas da direita brasileira são: o Estado mínimo na economia, a oposição à carga tributária para financiar o Estado, a autorregulação do mercado, a privatização de serviços estratégicos (educação, saúde, segurança), as ações afirmativas tidas como discriminatórias.

Atinente ao centro, conforme já salientamos, a sua existência é relativa às aproximações que estabelece com as ideias da esquerda e da direita. Para Cid (2020), o centro agrega tanto as ideias de direita, principalmente no que se refere ao papel do Estado, não como interventor da economia, mas é como regulador que permite a liberdade individual, quanto as ideias de esquerda, na medida em que deve haver uma redistribuição da prosperidade para todos estimulando a igualdade. Menezes (2020, p. 29-30) afirma que uma “ideologia de centro nunca é realmente de centro. Ela sempre tenderá para um dos lados [...], o centro nunca se encontra,

de fato, ao centro”. E Salles (2020, p. 58) argumenta que “ser uma pessoa de centro é ser um caso de fronteira entre ser uma pessoa de direita e ser uma pessoa de esquerda”.

Ressaltamos que, ao listarmos (de modo não exaustivo) alguns dos elementos que caracterizam determinadas preferências políticas, não intentamos oferecer ou estabelecer um roteiro fixo, rígido, estável, que serviria para determinar, ou mesmo mensurar, nos discursos, todo o ideário da esquerda, do centro e da direita, no contexto da República brasileira. Embora possamos relacionar as posições político-ideológicas dos presidentes pela filiação a partidos políticos, reconhecemos as limitações que essa relação engendra, principalmente porque, em se tratando de política, existem constantes mudanças de comportamentos e de ações, bem como entrelaçamentos/distanciamentos de visões e de posições ideológicas, cujas finalidades variam de acordo com circunstâncias sociopolíticas diversas.

Com isso, reiteramos que nem sempre um político mantém-se na mesma linha de valores do partido do qual é membro ou defende princípios que estão na base de seu projeto político, que não são nem negociáveis nem discutíveis, e que inspiram a sua ação. Estrategicamente, quase todos os partidos e seus membros têm em comum a busca por demonstrar serem convictos a ideias coletivamente aceitas, a saber, o respeito à democracia, à soberania popular, ao bem coletivo, à Constituição, à ação de forma ética e moral, e a repudia à corrupção, a atos ilícitos, a desvio de bens públicos.

Assim, no ato de posse presidencial, entendemos que o presidente tende a enfatizar suas respostas a diferentes problemas e temáticas, como o planejamento econômico e as políticas alternativas específicas a serem adotadas, priorizando as propostas feitas na campanha para ser coerente e honesto para com os cidadãos que o elegeram, cujas posições políticas são heterogêneas, mas que, de modo geral, têm opiniões majoritárias sobre cada questão política, como por exemplo o aumento do bem-estar, a diminuição de taxas e impostos, a redução da criminalidade e da corrupção, o auxílio financeiro do governo, a geração de empregos e o investimento em educação, saúde e segurança. Ou seja, a instância cidadã constrói um imaginário baseado em suas próprias expectativas em relação àquilo que esperam de seus representantes políticos.

Sob esse prisma, compactuamos com Tarouco (2007), para a qual a propensão é a de que as ações políticas adotadas sejam mais congruentes com o que está previsto no programa do seu partido do que com os da oposição, haja vista que, no programa, está incluído o modo de agir em relação a essas e outras categorias agrupadas no eixo esquerda-direita, como a intervenção/não intervenção do Estado, não limitação de serviços sociais/limitação de serviços sociais, ampliação de ações afirmativas para grupos desprivilegiados historicamente/

minimização de ações afirmativas. Scheeffer (2016) também constata uma estabilidade na maneira como os partidos se posicionam, de forma coerente com o que é esperado do ponto de vista político-ideológico, bem como os seus membros pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos.

Dessa forma, ao lançarmos mão das ideias que caracterizam e distinguem as preferências políticas da esquerda, do centro e da direita brasileira, bem como identificarmos o que pensamos ser as posições dos presidentes no espectro político-ideológico, nosso objetivo é verificarmos de que modo tais ideias estão expressas nos discursos de posse presidencial como aspecto a ser considerado na projeção dos *ethé* de credibilidade e de identificação. Entendemos que as preferências políticas dos presidentes, no ato de posse, podem ser acentuadas pelo modo como são tratados os temas específicos dos domínios político, econômico, social, entre outros, pela ênfase dada a esses tópicos, e pela tomada de posições sobre essas questões, por meio da linguagem, do discurso.

Por isso, entendemos que as ideias defendidas por um político de esquerda tendem a projetar imagens que possibilitem a ele uma maior identificação para com o público, na medida em que se pautam suas propostas para o atendimento às necessidades do povo, principalmente às necessidades daqueles que são menos favorecidos, demonstrando solidariedade. Já o político da direita é propenso a construir imagens de si como representante digno de crédito, pois suas propostas e medidas tendem a enfatizar a legitimidade e o poder de realizar ações políticas e econômicas necessárias para alcançar os objetivos de maneira eficiente, demonstrando competência e seriedade. E o político do centro, ao encontrar-se em uma posição intermediária no espectro, tem maior inclinação para construir imagens de si em que se alternam a busca de uma identificação com o seu público e a credibilidade de suas ações políticas.

CAPÍTULO II

O *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO

Na primeira parte deste capítulo, discutimos a noção de *ethos*, concebido não apenas como a imagem de caráter que o orador constrói de si no discurso para persuadir seu auditório (cf. ARISTÓTELES, 2005), mas como conceito articulado às cenas de enunciação (tema tratado na segunda seção), pelas quais há a incorporação de um fiador situado historicamente. A imagem do fiador é mostrada não no enunciado, embora este seja um meio verbal tangível pelo qual se pode perceber o *ethos*, mas no ato de enunciação, que abrange dados discursivos e pré-discursivos, como as representações coletivas estereotipadas prévias a respeito daquele que fala (sua vida privada e pública, sua linha de pensamento, suas ideias políticas etc.) para atender às expectativas do auditório (cf. AMOSSY, 2013a, 2013b, 2018; MAINGUENEAU, 2013b, 2015, 2020). Isso significa que o *ethos*, para a AD, não é dependente somente da materialidade do discurso, conforme se depreende do importante refinamento teórico por que passou em relação a Aristóteles e a seus seguidores. Na terceira seção, descrevemos as características não-verbais dos *ethé* de credibilidade e de identificação (cf. CHARAUDEAU, 2015), bem como preconizamos algumas características verbais possíveis para designação de tais *ethé*.

2.1 O conceito de *ethos*

A primeira elaboração conceitual de que se tem registro acerca do *ethos*, isto é, da compreensão de que o caráter do orador evidenciado em um discurso, influencia na persuasão, remete aos estudos empreendidos por Aristóteles em sua *Retórica*, fundamentalmente no campo da oralidade. A antiga e clássica arte da oratória é considerada como um livro de regras que munia os oradores no que tange às estratégias lógicas (silogismo, entimema, analogia etc.) necessárias para garantir a adesão do auditório ou do juiz em relação à defesa de uma ideia, à persuasão, bem como servia de base para a construção de seus discursos.

Em vista disso, Aristóteles (2005) considera que o cumprimento efetivo da persuasão fundamenta-se em três provas técnicas (*tekhnê; pisteis*): no domínio da razão, situa-se o *logos*; e, no domínio da emoção, encontram-se o *ethos* e o *pathos*. Pormenorizado no primeiro capítulo do segundo livro da *Retórica*, o *ethos* (do grego *ἦθος*) é voltado para o orador, e está relacionado à impressão de honestidade, de caráter moral, que ele mostra de si próprio no discurso. Ademais, o orador é considerado como digno de fé no discurso quando utiliza

técnicas variadas para que o auditório perceba nele aspectos de prudência (*phrónesis*), de simplicidade sincera ou virtuosa (*áretê*), e de amabilidade (*eunóia*).

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que essa confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Assim, já na teoria do estagirita, o *ethos* aristotélico é uma categoria intrínseca da argumentação. Para ele, é estritamente pelo e no discurso que se persuade, em que é possível ao orador formular uma imagem de si de acordo com as expectativas do público. Via de regra, o carácter e a confiança que o orador expressa discursivamente são produtivos na persuasão, principalmente porque tais atributos tendem a ser correlacionados à moral e à ética, aspectos eficazes na impressão de si. Outrossim, Wisse (1989, p. 30) aponta que o ‘intelecto’ também permite tornar o orador digno de confiança, visto que o *ethos*, “[...] ‘carácter’, inclui qualidades morais e intelectuais²⁴”.

Adotando o conceito aristotélico de *ethos*, Barthes (1985, p. 119. Grifos do autor)²⁵, por sua vez, considera-o como uma ‘realidade psicológica’, como um atributo do orador, em que este mostra traços de carácter ao auditório, pouco importando, no entanto, a sua sinceridade, no intuito de causar boa impressão: “são seus *ares*, [...] o orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, ele diz: eu sou isso, eu não sou aquilo”.

Sabe-se que a ideia aristotélica de que a imagem do orador se constrói no discurso é basilar para as teorias do discurso contemporâneas que se dedicam a analisar esse fenômeno retórico em um escopo discursivo. Por ser de tradição eminentemente filosófica, a Retórica não se preocupa em aspectos outros que são importantes para a constituição de imagens de si, como as cenas de enunciação, e a opinião coletiva do público sobre o orador que precede a sua fala, por exemplo. É nesse sentido que o conceito de *ethos* retórico foi inserido na AD, que descreve e interpreta, entre outros, os elementos linguísticos do discurso, do ato de enunciação, “[...] dos quais se extrai uma regulamentação” (AMOSSY, 2013a, p. 10), na construção de uma imagem de si.

²⁴ No inglês: “[...] ‘character’, it comprises both moral and intellectual qualities”. (Tradução nossa).

²⁵ No francês: “[...] ce sont ses *airs*. [...] l’orateur énonce une information et *en même temps* il dit: je suis ceci, je ne suis pas cela”. (Tradução nossa).

Dessa forma, nos discursos de posse presidencial que intentamos analisar não desconsideramos o pressuposto aristotélico de que os políticos constroem imagens de si com o intuito de persuadir. No decorrer da análise, refletiremos sobre a construção da argumentação com base no caráter do orador, sem aprofundar, no entanto, sobre as expectativas do auditório, e as estratégias argumentativas, nem o modo lógico-formal como o discurso se organiza.

Assim, uma das primeiras menções ao conceito de *ethos* retórico nos estudos da linguagem deve-se a Ducrot (1987), que o utiliza sob uma perspectiva semântico-pragmática. Ao afirmar que o orador constrói uma imagem de si na enunciação, o autor aponta determinados traços linguísticos, como a fluência, a entonação, a escolha de palavras, os argumentos, para tal construção.

Não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos [...] (DUCROT, 1987, p. 189).

Essa ‘aparência’ (*ethos*) é mostrada no discurso, mas não significa que seja determinada somente por marcas específicas presentes na superfície linguística do discurso. Na formação etótica, é importante observar alguns elementos anteriores ao momento da fala, como a situação comunicativa e a ideia prévia que o público tem sobre aquele que fala, bem como sobre o que e como se fala, tal como o assunto, a entonação, a gesticulação, entre outros.

Sob esse viés, Amossy (2018, p. 90), que elabora um quadro teórico do *ethos* em torno da apresentação de si, considera que a sua construção, no discurso, funda-se também em dados pré-discursivos, preexistentes, como a ideia que o público faz do locutor²⁶ antes mesmo que ele tome a palavra, levando em consideração a sua categoria social, profissional e institucional, a sua vida pública e familiar, a sua posição política e ideológica, o seu posicionamento perante temas controversos, “[...] mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa”. Esses dados prévios são externos ao discurso, ressalte-se.

No jogo da interação política, a propósito, o locutor, atento a essas circunstâncias externas (situação concreta da enunciação, disposição e realidades sociais diversas do público, gênero de discurso), pode condicionar o seu dizer à situação de comunicação, mesmo que parcialmente, para satisfazer a condição de aceitabilidade de seu alocutário. Ao mesmo tempo, tal locutor deixa traços tangíveis que podem ser identificados, ora nas marcas linguísticas, ora

²⁶ Amossy (2013b) entende o locutor como sinônimo de um enunciador tanto de uma fala oral quanto escrita.

na situação de enunciação na qual está inserido, ora na conjunção dessas instâncias. “É, afinal, a imagem que o locutor constrói, deliberadamente ou não, em seu discurso, que constitui um componente de força ilocutória” (AMOSSY, 2018, p. 89). A respeito desta questão, a autora afirma, ainda, que a “[...] argumentação se situa no quadro de um dispositivo de enunciação em que o locutor deve adaptar-se ao seu alocutário, ou mais exatamente, à imagem que ele projetou” (AMOSSY, 2008, p. 15)²⁷.

Por nos inserirmos no quadro de uma Análise do Discurso que propõe parâmetros teórico-metodológicos que vão além do nível linguístico do discurso, compactuamos com a ideia de que a formação do *ethos* leva em conta também o imaginário social, as representações coletivas, os estereótipos, isto é, os dados pré-discursivos, endossados dentro de um modelo cultural e histórico, no qual os interlocutores estão inseridos. Mas é preciso ressaltar que esses dados prévios ao discurso, para além de motivar a formação do discurso, estão circunscritos no próprio texto e, por isso, é possível reconhecer a sua regularidade, uma vez que a imagem de si que o locutor projeta no discurso “[...] necessita dos dados situacionais, [...] e pode se construir na materialidade do discurso a partir de todos os meios verbais ligados à enunciação, à interação e ao gênero” (AMOSSY, 2018, p. 93).

Com base nessa perspectiva teórica, consideramos as condições socio-históricas de produção dos discursos e o espectro político-ideológico dos presidentes, no ato de posse, como dados pré-discursivos fundamentais para a análise dos discursos. Isso se justifica porque acreditamos que o momento histórico e as ideias da esquerda, do centro ou da direita, no discurso, podem ser relacionados ao estabelecimento de um determinado tipo de *ethos*, haja vista que condicionam e influenciam o dizer do locutor, sujeito historicamente e politicamente situado, dotado de convicções político-ideológicas por sua filiação partidária. Assim, não nos furtamos de destacar, quando da análise do *corpus*, tudo o mais que envolver os atos de enunciação instaurados, e que possa ser causa da elaboração de um tipo de ‘*ethé* de credibilidade e/ou de identificação’ (cf. CHARAUDEAU, 2015).

Nessa mesma linha de raciocínio, Maingueneau (2013b, p. 71) afirma que a representação prévia do enunciador²⁸ antes de sua fala, ainda que o coenunciador não saiba previamente sobre o seu caráter, é relevante na projeção do *ethos* discursivo pelo “[...] simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico

²⁷ No francês: “[...] l’argumentation se situe dans le cadre d’un dispositif d’énonciation où le locuteur doit s’adapter à son allocutaire, ou plus exactement à l’image qu’il s’en fait” (Tradução nossa).

²⁸ Entendido como “sujeito produtor efetivo de um enunciado” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 197).

induz expectativas em matéria de *ethos*”. Pode-se perceber, até aqui, que essas visões sobre o *ethos* são ampliações em relação àquela postulada na Retórica, restrita ao gênero oral e à eloquência. Por isso, uma das propostas da AD é a de situar o *ethos* em um quadro essencialmente discursivo.

Dessa forma, em Maingueneau (2002), vemos que o *ethos* abrange elementos outros para além da materialidade linguística. Para o autor, o *ethos* é uma noção discursiva, interativa e híbrida. Discursiva porque se constrói na materialidade do discurso, na enunciação. Interativa porque se funda em um processo de influência sobre o outro. Híbrida porque não pode ser compreendida fora de uma situação comunicativa e de suas condições socio-históricas de produção. Sem desconsiderar, todavia, a persuasão por argumentos, o autor ultrapassa o quadro da argumentação²⁹, pois leva em consideração a incidência das imagens de si em textos escritos³⁰ que não apresentam uma predominância argumentativa em sua superfície textual.

Além da persuasão por argumentos, a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva. O processo é particularmente evidente quando se trata de discursos como o da publicidade, da filosofia, da política etc. que [...] não têm por objetivo uma adesão imediata, mas devem conquistar um público que tem o direito de ignorá-los ou de recusá-los (MAINGUENEAU, 2013b, p. 70).

Por esse trecho, podemos notar que o *ethos* é colocado como uma categoria irrestrita que pode suscitar uma reflexão que vai além do contexto linguístico na conquista de um público, que abrange o processo mais geral (e não imediato) da adesão. Por isso a consideração do *ethos* como intrínseco ao processo enunciativo, porque há o entendimento de que diversas circunstâncias subjacentes à enunciação auxiliam esse processo no momento da construção das imagens de si, as quais temos mostrado neste capítulo. Isso é muito evidente quando se trata de discursos da política, por exemplo, porque, no ambiente político, estão definidas as representações a despeito dos enunciadores, as interações, as relações de força e de poder, a circulação de ideias divergentes. Esses fatores ultrapassam ou complementam o campo da argumentação.

²⁹ Diz Maingueneau (2008a, p. 17) que, embora “[...] esse quadro seja bem diferente do da retórica antiga, parece que não chega a ser essencialmente infiel às linhas de força da concepção aristotélica”.

³⁰ A Retórica relaciona o *ethos* à eloquência em situação de fala pública, reservando-o à modalidade oral apenas. Para Maingueneau (2008a, 2013b), é preferível alargar o escopo do *ethos*, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos.

Motivado por esse pressuposto, Maingueneau (2013b) diz que o *ethos* discursivo está ligado ao ato de enunciação, e que se desdobra entre o dito e o mostrado³¹. Assim, sustentado pelo postulado de que as ideias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser³², Maingueneau (2018, p. 323. Grifos do autor) afirma que “[...] o *ethos* discursivo *mostra-se* no ato de enunciação, não é *dito* no enunciado”. Essa ideia indica uma concepção de *ethos* que não se depreende somente no dito, meio por onde é veiculado e mostrado, mas no processo de influência sobre o outro, que não pode ser compreendido fora de uma situação comunicativa e de suas condições socio-históricas de produção.

Dessa forma, o *ethos* mostra-se no ato de enunciação por meio de uma “voz” e de uma “corporalidade” historicamente especificadas em uma dada cena discursiva ou em gêneros instituídos³³. Isso não significa, necessariamente, que a materialidade do discurso deve ser desconsiderada totalmente em um estudo que pretenda analisar o *ethos* discursivo, pois é possível identificar padrões linguísticos no dizer que são indicativos de determinadas imagens de si. A relação entre *ethos* dito e *ethos* mostrado, portanto, não é opositiva.

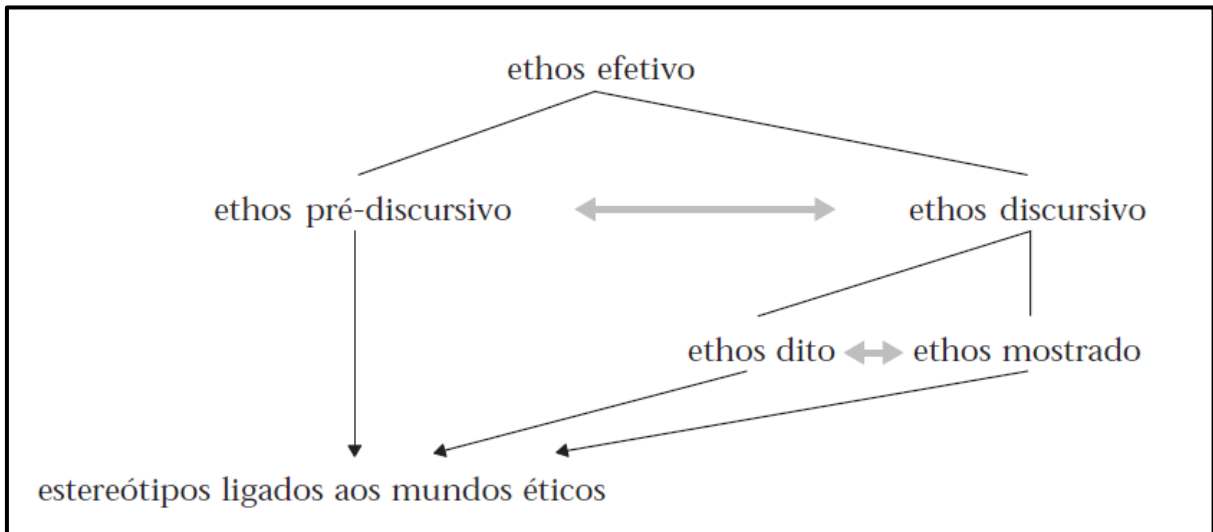
Conforme o esquema a seguir, pode-se visualizar como o *ethos* é resultante da interação de diversos fatores: “[...] *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*)” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 18).

³¹ Percebe-se a influência da teoria de Ducrot (1987) aqui, pois, em sua teoria polifônica, o autor inicia essa distinção através da oposição entre locutor-L e locutor-λ, em que L é o aquele que enuncia, fonte da enunciação, dotado de certos caracteres que mostra em seu dizer, e λ refere-se àquilo que o locutor pode dizer de si, o ser do mundo.

³² Quanto a essa relação, Charaudeau (2015, p. 118) acrescenta a recíproca que diz: “[...] as maneiras de ser comandam as maneiras de dizer, portanto, as ideias”.

³³ Maingueneau (2002) faz uma distinção entre gêneros instituídos e conversacionais. No primeiro, os parceiros, por ocuparem papéis preestabelecidos que permanecem estáveis no evento comunicativo, seguem um padrão, mais ou menos preciso, no desenvolvimento da organização textual. No segundo tipo de gênero, a construção do texto não obedece a fortes restrições macroestruturais.

Figura 02 – *Ethos* efetivo



Fonte: Maingueneau (2008a, p. 19).

Na Figura 02, acima, destaca-se também a relação e o papel da estereotipagem ligada aos mundos éticos. Amossy (2013b, p. 125) diz que a “noção de estereótipo [...] desempenha papel essencial no estabelecimento do *ethos*, [...] que consiste em passar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado”. É por essa relação com a *doxa*, isto é, com modelos culturais preexistentes e representações partilhadas coletivamente, que o *ethos* do enunciador legitima-se diante de seus enunciatários.

Ademais, ao articular corpo e discurso para além da oposição entre oral e escrito, inscrevendo o *ethos* na problemática da incorporação, Maingueneau (2013b) também explica o processo de sua construção na enunciação a partir dos termos “voz” ou “vocalidade”, “corpo” ou “corporalidade”, “tom”, “fiador”, e “cena de enunciação”. Esses termos são metafóricos e remetem à peça de teatro, onde os sujeitos (atores) envolvidos estão mais conscientes de que desempenham um papel imposto previamente. O papel escolhido pelo enunciador, ressalte-se, depende das “[...] circunstâncias que envolvem as condições de produção do discurso, levando-se em conta as expectativas do co-enunciador” (MAINGUENEAU, 1997, p. 45).

Por conceber o *ethos* como uma oposição transversal entre o oral e o escrito, Maingueneau (2020, p. 14) afirma que é possível falar que todo texto escrito tem uma “voz” específica, isto é, tem uma “instância subjetiva [que] se manifesta por meio de um corpo enunciante historicamente especificado”. Esse é o motivo pelo qual a “voz” possibilita relacionar o discurso escrito à fonte enunciativa ou “corpo” do enunciador. O “corpo” não é a dimensão física associada ao enunciador, mas refere-se à dimensão discursiva, pois constrói-se por meio do discurso. Essa formação, por sua vez, está ligada ao “tom”, dimensão vocal daquele

que enuncia, que emerge da “vocalidade”³⁴. O “tom”³⁵ é uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo, e está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade. O caráter corresponde a um conjunto de traços “psicológicos” atribuídos à figura do enunciador pelo coenunciador, em função do modo de falar daquele³⁶. A corporalidade remete a uma representação do corpo do enunciador, uma instância subjetiva do discurso que, por sua vez, exerce o papel de “fiador” na formação discursiva.

Para Charaudeau (2015), uma vez que a visão que a sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos, a proposição de que o *ethos* tem um “corpo” trata-se de uma representação social ou mundo ético. É nesse sentido, portanto, que um destinatário constrói (incorpora) a imagem do “fiador”, dotado de propriedades físicas (corporalidade) e psicológicas (caráter), com base em indícios textuais de diversas ordens, através de uma maneira de dizer e de ser, e a partir de um conjunto difuso de representações sociais e estereotipadas.

Dessa forma, pelo movimento do “corpo”, o destinatário incorpora um conjunto de esquemas que corresponde a uma maneira de se relacionar com o mundo (MAINGUENEAU, 2013b).

[...] a incorporação do leitor vai além de uma simples identificação com um fiador, implica um “mundo ético” do qual esse fiador é parte interessada e ao qual dá acesso. Esse “mundo ético” ativado pela leitura é um estereótipo cultural que resume um certo número de situações estereotipadas associadas a comportamentos (MAINGUENEAU, 2002, p. 8)³⁷.

Mais recentemente, ao fazer um retorno crítico à noção de *ethos*, Maingueneau (2018, p. 322), reconhecendo que “[...] esse conceito de *ethos* não permite a análise com a mesma eficácia para todos os tipos de textos”, principalmente aqueles produzidos na e para a *internet*, propõe atribuir a esse conceito as dimensões categorial, experiencial e ideológica. Para ele, a dimensão categorial trata dos papéis que o enunciador exerce, sejam discursivos ou extradiscursivos. Ao primeiro, liga-se o dizer. O segundo é de natureza variada (político, médico, solteiro). A dimensão experiencial, por sua vez, recobre as características

³⁴ Para Maingueneau (1997), “tom” e o que é dito (voz) são igualmente importantes e inseparáveis.

³⁵ Maingueneau (2013b) argumenta a plasticidade de tal termo de valer tanto para o escrito quanto para o oral.

³⁶ Maingueneau (1997, p. 47) afirma que “não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada”.

³⁷ No francês: “[...] l’incorporation du lecteur va au-delà d’une simple identification à un personnage garant, elle implique un « monde éthique » dont ce garant est partie prenante et auquel il donne accès. Ce « monde éthique » activé à travers la lecture est un stéréotype culturel qui subsume un certain nombre de situations stéréotypiques associées à des comportements”. (Tradução nossa).

sociopsicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e de mundo ético. A dimensão ideológica do *ethos*, afinal, diz respeito a um posicionamento dentro de um campo.

Desse modo, nos discursos de posse presidencial, o papel social do enunciador é o de presidente eleito da República historicamente especificado, que, como tal, configura sua fala ao evento comunicativo ao qual se insere, isto é, à cena de enunciação ‘ato de posse presidencial’. Considerando também o percurso e a experiência de cada enunciador no campo político, é possível perceber a incorporação da imagem do “fiador”, através da *doxa*. E pela filiação a uma legenda política no ato de posse, o enunciador tende a assumir uma posição no eixo esquerda-centro-direita do espectro político-ideológico, posição essa passível de ser identificada, discursivamente, pelo modo como ele trata os temas de interesse político, social, econômico.

Ademais, outra característica do *ethos*, em Maingueneau (2013b), está no fato de que a sua eficácia envolve a enunciação, sem estar, necessariamente, explícito no enunciado, isto é, envolve as cenas enunciativas, as quais tratamos na sequência.

2.2 O *ethos* como parte constitutiva das cenas de enunciação

Maingueneau (2008b), ao propor uma “semântica global”, isto é, um modelo que integra as dimensões que constituem o discurso (intertextualidade, vocabulário, temas etc.), reserva um lugar determinante para a enunciação e para o enunciador. Segundo o autor, é o próprio discurso que define o estatuto que “o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer” (MAINGUENEAU, *op. cit.*, p. 87). Mas, ao mesmo tempo em que o enunciador confere a si uma dada posição institucional e marca sua relação com um saber, ele mostra um modo de enunciação, isto é, uma certa maneira de dizer que autoriza a construção de uma imagem de si.

Essas considerações relacionam-se à ideia de que, em função da formação discursiva na qual se inscreve, o enunciador poderá jogar com as coerções e as condições implicadas pelo gênero de discurso, tais como as que determinam os momentos, os lugares de enunciação específicos, os temas abordáveis, a legitimidade do lugar que ocupam os interlocutores no processo enunciativo, o reconhecimento do conjunto das condições de exercício implicitamente relacionado a um gênero. Dessa maneira, o enunciador pode “realizar escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que se lhe oferecem” (MAINGUENEAU, 1997, p. 39), ou seja, pode escolher as cenografias pelas quais deseja enunciar de maneira mais ou menos livre.

No entanto, é preciso destacar que, mesmo que o enunciador possa jogar com tais coerções para construir imagens de si, ele não é considerado um ponto de origem estável que “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas

[...] é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado (MAINGUENEAU, 2013b, p. 75).

Dessa forma, pode-se entender em que sentido a noção de *ethos* desenvolve-se como articulada à cena de enunciação: o enunciador, entre outros lugares, enuncia a partir de um “[...] espaço instituído definido pelo gênero do discurso, e também sobre a dimensão construtiva do discurso, que, ao se colocar em cena, instaura seu próprio espaço de enunciação” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 95).

Maingueneau (2015) escolhe o termo cena em oposição às noções de “situação de enunciação”, por ser de ordem estritamente linguística, e de “situação de comunicação”, por sua tendência a descrever a atividade de fala em uma abordagem sociológica daquilo que é exterior. Para ele, a cena da enunciação tem a

[...] vantagem de poder referir ao mesmo tempo um *quadro* e um *processo*: ela é, ao mesmo tempo, um espaço bem delimitado no qual são representadas as peças, [...] e as sequências das ações, verbais e não verbais que habitam esse espaço. [...] De fato, o discurso pressupõe certo quadro, definido pelas restrições do gênero, mas deve também gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação (MAINGUENEAU, 2015, p.117. Grifos do autor).

Pode-se perceber, assim, que o quadro do discurso, no qual se desenrola a enunciação, não é um espaço estável ou já construído, mas resulta de um processo que implica uma situação de enunciação, um lugar e um momento da enunciação, um *ethos*, um enunciador e um co-enunciador, isto é, uma cena de enunciação. Por essa razão a cena enunciativa é pressuposta pelo discurso, no sentido de que este, para ser enunciado, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente, e que deve validá-la por sua própria enunciação. O *ethos*, como se nota, é um dos elementos que participam dessa cena.

Por não ser um bloco compacto, a cena de enunciação integra e faz interagir três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia (cf. MAINGUENEAU, 1997, 2008c, 2010, 2013a, 2013b, 2015), as quais tratamos a seguir.

2.2.1 A cena englobante

A cena englobante corresponde ao “tipo de discurso”, resultante do recorte de um setor da atividade social (política, filosófica, religiosa, publicitária etc.) caracterizável por uma rede de gêneros de discurso. Essa cena direciona o(a) ouvinte-leitor(a) a interpretar tal tipo de discurso. A cena englobante política, por exemplo, implica uma situação em que um “cidadão”, ocupando o lugar de exercício político, dirige-se a outros “cidadãos”, ocupando o lugar fora do exercício político, para tratar de temas de interesse coletivo (MAINGUENEAU, 2013b, 2015).

Nesse caso particular de enunciação, a partir da cena englobante que preestabelece um tipo de discurso, os interlocutores já estão cientes de seus papéis sociais, dos lugares que ocupam, e da situação de enunciação estabelecida. Outrossim, aquele que fala pode enunciar um determinado tipo de discurso de maneiras diferentes para alcançar objetivos diversos (persuadir, conclamar, justificar, criticar), de acordo com as possibilidades enunciativas que se lhe convém a cena caracterizada por um gênero de discurso.

No que diz respeito especificamente à cena englobante no discurso político, objeto desta dissertação, consideramos conveniente relacioná-la ao que Charaudeau (2015) chama de “contrato de comunicação política”. Esse contrato é resultante de um dispositivo que estrutura e organiza a situação de comunicação política de acordo com os lugares ocupados pelos interlocutores, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade, e as condições materiais em que se desenvolve a troca linguageira. Tal dispositivo engloba três instâncias que se distinguem entre si pelo lugar que ocupam quando da “fabricação” do discurso político: o lugar de governança é ocupado pela instância política e seu duplo antagonista, a instância adversária; no lugar de opinião, encontra-se a instância cidadã; e no lugar de mediação está a instância midiática.

Assim, a instância política, sendo o lugar da governança, da gestão de poder em um grupo social, da autoridade e credibilidade, confere aos atores políticos legitimidade para “poder fazer” (decidir e agir) e para “pode fazer pensar” (manipular). O discurso dessa instância, entre outros aspectos, pauta-se em propor programas políticos, justificar decisões ou ações, criticar as ideias dos adversários, e conclamar o consenso social para obter apoio. É o lugar que atribui aos atores políticos diversos *status* (chefe de Estado, de governo, deputado, senador) e diversas situações (de debate, de campanha, de discurso de posse). Em nome dessa diversidade, a instância política estabelece relações diversas com a instância cidadã, segundo a maneira como a imagina (público heterogêneo, público-cidadão, público-militante). Já a instância adversária também se encontra no lugar de governança, mas se diferencia da instância

precedente pelo fato de que está na oposição, e sendo despojada do poder de decisão, produz um discurso de crítica ao poder político vigente ao qual é contrária (CHARAUDEAU, 2015).

A instância cidadã, por sua vez, encontra-se em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo. O poder dessa instância reside na busca de um saber para poder julgar, escolher ou criticar as ações dos atores políticos, bem como questionar a sua legitimidade e credibilidade, por meio de discursos de reivindicação, de apoio, de interpelação, de sanção. Nesse sentido, a instância cidadã define-se diante da instância política em uma relação recíproca de influência, mas não de governança. Para Charaudeau (2015), a instância cidadã é heterogênea e recobre organizações e situações diversas, tais como sindicatos, corporações, grupos étnicos etc., situações de protesto, de pressões por meio de pesquisas ou de declarações nas mídias.

Por fim, a instância midiática encontra-se igualmente fora da governança, sendo o elo entre as instância política e cidadã, ao se valer de um aparato tecnológico que permite o atravessamento de informações de maneira multidirecional. Os atores dessa instância estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, ao mesmo tempo em que buscam a confiança das instâncias política e cidadã. Por isso, o discurso dessa instância encontra-se entre um enfoque de cooptação, para ganhar a fidelidade de seu público-expectador, e de credibilidade, para capturar o que está oculto nas declarações políticas, para denunciar, interpelar e acusar os poderes públicos no intuito de justificar seu lugar na construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2015).

Sob essa perspectiva, o dispositivo do contrato de comunicação política, em Charaudeau (2015), é concebido como uma forma de construir imagens de lealdade para a instância política, de protesto para a instância cidadã, e de denúncia para a instância midiática, esta última com a finalidade de legitimar as suas respectivas posições no dispositivo político. É importante destacar ainda que as instâncias cidadã e midiática são responsáveis por alçar o discurso político a relações interdiscursivas que a instância política, em si, não conseguiria, porque a produção do discurso político é pensada para as instâncias fora da governança, principalmente. Para conceder uma resposta às expectativas das instâncias cidadã e midiática, ou para justificar seus atos, o político pode utilizar estratégias diversas, entre as quais se apresenta a construção do *ethos*.

Isso significa que a relação estabelecida entre essas instâncias determina, modifica e condiciona os sentidos do discurso político, assim como a postura e o comportamento dos sujeitos políticos. É nesse sentido que a interdiscursividade é também um fator preponderante nesse processo de construção do sentido do discurso político, haja vista que, “[...] para

interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras” (MAINGUENEAU, 2015, p. 28).

É por esse viés que Charaudeau (2015, p. 16) advoga a favor de uma noção de discurso político cuja natureza e funcionamento não se volta apenas à instância política, mas “[...] se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram”. A prática social a que ele se refere, em outras palavras, diz respeito às ações exercidas pelos atores pertencentes às instâncias que também se envolvem, direta ou indiretamente, no cenário político. Tais sujeitos são legitimados socialmente e, dotados de alguma intencionalidade, debatem nos espaços de discussão, de persuasão e de decisão³⁸. É nesse espaço público fragmentado, heterogêneo, portanto, que o “discurso político circula [...] metamorfoseando-se ao sabor das influências que sofre de cada um deles” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 31).

Em sua teoria, o autor associa o discurso à política, argumentando que o discurso é constitutivo da política, sendo esta inconcebível sem aquele, porque é o discurso que motiva e dá sentido à ação, da qual depende a política. Assim, Charaudeau (2015) entende que discurso e ação, ambos componentes essenciais no campo político, são indissociáveis. Para ele, no bojo dessa relação recíproca e não simétrica, os princípios de alteridade, de influência e de regulação “[...] são fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 16). Por esse ponto de vista, o discurso político, emanado de um sujeito que constrói sua identidade e toma consciência de si somente pela existência do outro, para que este pense ou aja segundo a intenção daquele que fala, é um meio eficaz de se estabelecer relações de força, de poder, relações essas que constroem o vínculo social a partir do gerenciamento da relação entre tais sujeitos.

Ademais, esse conceito de discurso político justifica-se porque o autor defende “[...] uma concepção de poder político que resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do *debate de ideias*; [...] o do *fazer político*” (CHARAUDEAU, 2015, p. 22. Grifos do autor), nos quais está a confluência entre linguagem e ação respectivamente.

A palavra política deve se debater entre uma *verdade do dizer* e uma *verdade do fazer*, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade da discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão (ordem da

³⁸ É relevante pontuar que esses espaços também propiciam reflexões divergentes, que nem sempre resultam numa decisão consensual, tendo em vista que se apresentam ideias antagônicas resultantes do descrédito lançado ao Outro vilipendiado e de uma dicotomização que é polarizada em discursos polêmicos (cf. AMOSSY, 2017).

razão) e/ou de sedução (ordem da paixão) (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 23. Grifos do autor).

Assim, com base nessas considerações, pode-se compreender que “[...] não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza” (CHARAUDEAU, 2015, p. 40). Nesse sentido, buscamos compreender o discurso de posse presidencial como uma das situações veiculada pelo discurso político, porque é produzido em uma situação de enunciação política, por atores legitimados politicamente, ocupando o lugar da governança, bem como é integrado em uma cena englobante e em um dispositivo de comunicação política, os quais acabamos de descrever, e em uma cena genérica, que descrevemos na próxima seção.

2.2.2 A cena genérica

Segundo Maingueneau (2013a, p. 96), dizer que “a cena de um enunciado político é a cena englobante política [...] é insuficiente”, porque o coenunciador não está tratando com o político, mas com gêneros de discurso particulares. Para ele, cada gênero define os papéis dos participantes na cena do tipo político. Por exemplo, num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um candidato dirigindo-se a eleitores. Nesse sentido, a cena englobante associa-se a uma cena genérica, isto é, a um gênero de discurso já instituído, a uma instituição discursiva. Essas duas cenas definem, assim, o que o autor chama de ‘quadro cênico’ do texto, isto é, “[...] o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero de discurso” (MAINGUENEAU, *op. cit.*, p. 97).

No bojo desse ‘quadro cênico’, o gênero de discurso é entendido como dispositivo de comunicação socio-historicamente determinado, que só adquire sentido quando integrado a um tipo de discurso. Isso porque o tipo de discurso designa “[...] práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade, agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

Dessa forma, podemos conceber o pronunciamento de posse presidencial como um gênero de discurso a ser integrado em uma unidade mais complexa, constituída pela rede de gêneros decorrentes do mesmo tipo de discurso, o político. “Tipos e gêneros de discurso estão, assim, tomados por uma relação de reciprocidade: todo tipo é uma rede de gêneros; todo gênero se reporta a um tipo” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

A cena genérica diz respeito às finalidades, aos papéis dos parceiros da interação linguística, aos lugares apropriados, ao tempo, aos suportes, à composição, ao uso específico

de recursos linguísticos (MAINGUENEAU, 2015). Em relação ao gênero discurso político de posse presidencial (foco de nossa análise), pode-se dizer que as suas finalidades são diversas, como convencer, comunicar, conclamar, propor ações, informar, criticar, agradecer. Essas finalidades variam conforme os papéis sociais dos participantes da interação, que podem ser divididos em governantes, governados, formadores de opinião, comentaristas políticos, críticos políticos. Tais participantes ocupam lugares específicos no ‘contrato de comunicação política’ (cf. CHARAUDEAU, 2015), e sujeitos por normas institucionais, utilizam recursos linguísticos específicos e apropriados ao lugar, ao tempo, ao suporte, subjacentes à cena genérica.

Assim, compreendemos o discurso de posse presidencial como um evento concreto, um gênero de discurso, produzido na esfera da atividade política, tendo em vista que, entre outros aspectos, (a) envolve uma situação comunicativa determinada pela prática coletiva da política na qual se configura a elaboração e a organização do discurso; (b) autoriza e legitima os papéis sociais e políticos daqueles que pertencem às instâncias política e cidadã, um exercendo poder sobre o outro, respectivamente; (c) situa-se num espaço de afirmação de valores, crenças, críticas, advertências, posicionamentos, conclamações, expectativas; (d) é produzido no interior de um lugar físico e institucional da atividade política, que varia de acordo com o contexto político vivenciado (Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, sede de um partido etc.); (e) aborda temáticas políticas efervescentes nos momentos em que os políticos estão situados; (f) propõe-se projetos relacionados à economia, aos problemas sociais, às relações exteriores, a medidas políticas outras, que serão executados no decorrer do mandato; (g) decorre de posicionamentos políticos heterogêneos, em termos de esquerda, de centro, de direita.

No entanto, uma vez que esse espaço genérico da enunciação é relativamente estável, o locutor pode realizar escolhas entre as múltiplas possibilidades que o gênero lhe possibilita, entre as quais optar por cenografias que satisfaçam a sua intenção enunciativa, aspecto intrínseco da cena de enunciação que abordamos na sequência.

2.2.3 A cenografia

Conforme argumentamos em seções anteriores, é sabido que o ato de enunciar não se limita irrestritamente a normas genéricas instituídas, principalmente porque envolve também uma cenografia, isto é, uma encenação enunciativa construída e validada progressivamente pelo próprio discurso. Isso implica dizer que a cenografia pode variar na medida em que o ato de

enunciação assim o determinar. Maingueneau (2015, p. 123) diz que a cenografia “[...] se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar”. O enunciador, como fiador do discurso, ao organizar a situação da qual enuncia, configura e controla a enunciação de maneira mais ou menos livre. Um político que se dirige a universitários numa palestra, por exemplo, pode escolher enunciar a partir de cenografias diferentes, ora pedagógica, ora científica, ora política. Ele fia seu discurso tendo em vista uma série de fatores de ordem linguística, interativa, experiencial, social, ideológica, para justificar o próprio quadro da enunciação.

Sob esse prisma, a cenografia

[...] é construída pelo próprio texto. Não se trata simplesmente de uma moldura, de uma decoração, como se o discurso aparecesse no interior de um espaço já construído e independente dele, mas da enunciação que, por seu próprio desdobramento, institui a cena de enunciação que a legitima (MAINGUENEAU, 2010, p. 206).

Nesse sentido, o que determina a escolha das cenografias não é apenas a existência de um ambiente já instituído, imposto, portanto, “[...] mas aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70), ou seja, uma situação de enunciação dada *a priori*, que é validada por intermédio da própria enunciação. Por isso, é possível falar em várias cenografias contidas numa mesma cena de enunciação.

De modo geral, o discurso político de posse presidencial é concebido como um ato de comunicação monolucativo, pelo fato de que apenas o presidente recém empossado dirige-se a um público, pelo conteúdo de seu discurso ser inseparável da encenação de posse de presidente, enfatizada pela saudação inicial aos seus pares, por agradecimentos e conclamações àqueles que o elegeram, por proposições de ações em seu mandato, por críticas a governos de oposição predecessores. Dessa forma, são diversas as cenografias que podem ser suscitadas no discurso de posse, a partir daquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala. Ao se referir ao de governo que o antecedeu, por exemplo, um presidente pode escolher uma cenografia pela qual ele possa expressar ora indignação ou apoio em relação a ações políticas. Essas variações nas escolhas de cenografias podem ser identificadas por meio do “tom” do enunciador (cf. MAINGUENEAU, 1997; 2020), por ser uma dimensão que faz parte de um posicionamento discursivo, e pela qual se pode atribuir um conjunto de traços de caráter, de sério, de competente, de virtuoso, entre outros, à figura do enunciador, em função do seu modo de falar.

Sob esse ponto de vista, podemos compreender que “[...] a cenografia, com o *ethos* da qual ele participa, implica um processo de enlaçamento” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 71). Isso significa dizer que os conteúdos desenvolvidos e legitimados pelo enunciado e pela cenografia permitem especificar e validar as imagens que o enunciador constrói de si. No que se refere à formação de *ethé* de credibilidade e de identificação (cf. CHARAUDEAU, 2015), por exemplo, pode-se notar esse processo enunciativo quando um presidente, ao escolher cenografias diferentes para a enunciação específica de posse, propõe ações concretas para fomentar o crescimento econômico. Por meio dessa enunciação mesma, ele pode explicar seu projeto de maneira simples, para construir um *ethos* de “competente”, que sabe exatamente o que fazer e como fazer para executar tal ação. Uma vez que é nas cenografias onde efetivamente constroem-se os *ethé* que, no julgamento do orador, melhor persuadem seu público, na próxima seção apresentamos um modelo classificatório dos tipos de *ethos* no discurso político.

2.3 Uma proposta classificatória de *ethos* para o discurso de posse presidencial

Ao retomar o conceito de *ethos* para aqueles que se filiam a Aristóteles, Charaudeau (2015), por seu lado, define-o a partir de dois pontos: (i) é a imagem de que se transveste o interlocutor a partir do que diz; (ii) diz respeito tanto a indivíduos quanto a grupos.

Em relação ao primeiro ponto, o autor é enfático:

Não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Quer queiramos ou não, calculemos ou neguemos, a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos. [...] O sujeito que fala não escapa à questão do *ethos*, *a fortiori* o sujeito político (CHARAUDEAU, 2015, p. 86).

De fato, em qualquer ato de linguagem, seja na modalidade escrita ou oral, e até quando se é requerido o silêncio, um sujeito deixa entrever a sua imagem a outrem, mesmo que não tenha tal intenção; por sua vez, esse outro constrói representações prévias daquele sujeito falante (antes mesmo que ele tome a palavra, inclusive), assim como no decorrer de sua fala, que pode ou não ser correspondente com a imagem inicialmente visada. É por isso que o *ethos* visado pelo enunciador nem sempre corresponde ao *ethos* que é incorporado pelo coenunciador, antes ou durante o evento discursivo. Esse contexto evidencia, ao mesmo tempo, uma instabilidade subjacente à concepção de *ethos*, própria do quadro de enunciação, e um processo pelo qual resulta a sua construção, reflexo das relações que se estabelecem pelo discurso entre aqueles que compõem o ato de enunciação, inseridos num modelo sociocultural.

É, portanto, por esse prisma, que o teórico distingue o *ethos* pré-construído (pré-discursivo) e o construído (discursivo)³⁹, afirmando que é preciso considerar esses dois aspectos quando da formação etótica, visto que a construção de uma imagem não se limita somente ao que o orador diz, mas também ao olhar do outro sobre o que é dito. “Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo em dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem” (CHARAUDEAU 2015, p. 115).

O autor, para sustentar sua posição, desdobra a identidade do sujeito em identidade social de locutor e identidade discursiva de enunciador. A primeira dá ao locutor o direito à palavra e funda sua legitimidade a partir do papel social atribuído pela situação de comunicação. Já a identidade discursiva de enunciador diz respeito aos papéis que o enunciador atribui a si na enunciação, que decorrem de forças impostas pela situação a qual está inserido e das suas escolhas.

Nesse sentido, o sujeito mostra-se ao outro “[...] com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si” (CHARAUDEAU, 2015, p. 115). O *ethos* resulta dessa dupla identidade, mas termina por se fundir em uma única, se se considerar que a imagem construída por um indivíduo, no ato de enunciação, seja correspondente ou não ao que ele é, realmente, como indivíduo. O locutor, ciente disso, pode jogar com essa dupla identidade para construir o *ethos*. O interlocutor, ciente disso, também pode construir a imagem do locutor levando em conta essa dupla identidade. É por essa razão que o destinatário nem sempre vai construir o *ethos* coincidente ao pretendido pelo locutor, porque “[...] o *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente), tampouco necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 116).

No que tange ao segundo ponto da noção de *ethos*, Charaudeau (2015, p. 117) lembra que “a identidade do sujeito passa por representações sociais” ou imaginários sociodiscursivos⁴⁰, por isso o *ethos* “apoia-se em um duplo imaginário corporal e moral ou que é um imaginário que [...] se “corporifica””. É com base numa visão global na qual grupos

³⁹ O autor faz um breve apanhado teórico para contextualizar o antagonismo entre os retóricos da Idade Clássica, como Isócrates e Cícero, adeptos à primeira noção, a de que o *ethos* preexiste ao discurso; e a filiação de Aristóteles e da Análise do Discurso, que aderem a noção discursiva de que a imagem de si é construída no ato de enunciação.

⁴⁰ Grosso modo, trata-se de um conceito relacionado à “percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2015, p. 207).

partilham aspectos similares e julgam-se ao agirem ou falarem, que se torna possível construir um *ethos* coletivo. Decorre daí o fato de o *ethos* ligar-se tanto a indivíduos quanto a grupos.

Para nós, esse ponto clarifica, mais uma vez, a compreensão de que um indivíduo pertencente a um grupo social, político, cultural, tende a defender os princípios assumidos por esse grupo. No ato de posse presidencial, por exemplo, o presidente tende a enfatizar as ideias políticas similares ao partido político do qual pertence, posicionando-se em um lugar do espectro, um dos aspectos que condiciona a projeção de imagens de si no discurso.

Considerando o postulado de que, no discurso do tipo político, o sujeito deve ser, ao mesmo tempo, crível e suporte de identificação à sua pessoa, Charaudeau (2015) formula duas categorias de *ethos*: o de credibilidade (fundado no discurso da razão) e o de identificação (fundado no discurso do afeto).

Charaudeau (2015, p. 118) constrói essas categorias preferencialmente baseado em elementos não-verbais (tom da voz, gestos, maneiras de falar) e no conteúdo das propostas expressadas pelo sujeito falante, o que o leva a constatar que “não se pode dizer que existam marcas específicas do *ethos*”. Esse ponto elucidada o posicionamento teórico do autor francês de não admitir que “[...] os meios verbais ligados à enunciação” (AMOSSY, 2018, p. 93) são também traços pelos quais se pode construir uma eficaz imagem de si. Por isso, em sua classificação, é esporádica a menção a elementos linguísticos que caracterizam o *ethos* no discurso político.

De fato, não há categorias linguísticas específicas à apreensão do *ethos*, uma vez que, como fenômeno discursivo que subjaz da enunciação, qualquer elemento de ordem linguística (vocabulário, estrutura gramatical, relações entre frases, tópicos discursivos, composição textual), paralinguística (ações corporais, tom de voz, pausas), plurissemiótica (linguagem não verbal, como imagens estáticas ou em movimento, sons) pode ser pertinente à sua construção (SOUSA; NOBRE, 2020).

É importante destacar ainda que a formulação dessas categorias de *ethé* remete a um *corpus* específico de discursos produzidos em momentos singulares da história política francesa, por determinados atores políticos, dirigidos a públicos com expectativas diversas. Considerando outra cena política, como por exemplo a atuação do presidente brasileiro no contexto da pandemia no Brasil, observa-se uma divisão antagônica no interior da instância cidadã:

De um lado, aqueles que se identificam e atribuem, de modo geral, imagens de “virtude”, de “competente” e de “sério”, “de “honesto”, de “caráter”, de “mito”, de “salvador”, de “herói nacional” etc. ao político, mesmo que os seus posicionamentos tenham sido

negativistas em relação à ciência, negligentes aos avanços da medicação e vacinação nacional contra a COVID-19, contrários e crítico ao *lockdown* e ao uso da máscara, divergentes às políticas de contenção da doença nos estados brasileiros⁴¹.

Do outro lado, aqueles que atribuem ao presidente imagens de “insensível”, “mesquinho”, “negacionista”, “lunático”, “incoerente” etc., e que veem a sua forma de agir e de se comportar política e discursivamente (tom de voz irônico, falta de decoro pelo uso recorrente de palavras de baixo calão) como uma demonstração da sua falta de “virtude”, de “competência”, de “seriedade” e de flagrante despreparo enquanto “chefe”, num contexto de calamidade pública.

Notamos, assim, que a aceitação/adesão/atribuição de tais *ethé* por esses dois grupos são demandados em uma sociedade que se identifica ou não com um tipo de comportamento, visto que “[...] o valor dessas imagens depende das culturas, isto é, dos imaginários sociais que circulam em dado momento na história dos grupos” (CHARAUDEAU, 2015, p. 89).

Esse cenário particular mostra que as alterações nas condições de produção exigem uma adequação na nomenclatura e nas características de *ethé* de credibilidade e de identificação, uma vez que “[...] as imagens, apesar de seu caráter geral, até mesmo universal, não são intercambiáveis, pois correspondem, cada qual, a um momento da história de um país, de uma personalidade e de um povo” (CHARAUDEAU, 2015, p. 87). Nessa dissertação, todavia, essa adequação não será realizada porque a diferença nas condições de produção, que podem induzir/implicar à mudança no modelo/teoria de Charaudeau (2015), não incidem sobre o cenário político no qual os textos analisados aqui foram produzidos.

Por essa razão utilizamos a tipologia e nomenclatura dos *ethé* de credibilidade e de identificação propostas por Charaudeau (2015). Mas, para além de índices comportamentais, corporais, projetados pelos sujeitos, verificamos como os traços linguísticos demarcam tais índices e figuras, embora os discursos tenham caráter oral em sua origem. Não estamos propondo um esquema ou modelo que considere o *ethos* estritamente como resultado da análise textual (segmentos textuais, plano textual), tal como empreendido por Pita (2016). Pensamos que tais *ethé* (uns mais e outros menos) podem ser marcados também por aspectos de ordem linguística/verbal. Dessa forma, buscamos identificar, na análise do *corpus*, como os recursos discursivos e linguísticos são mobilizados para construir as imagens de si nos discursos.

⁴¹ Todos esses fatos, ressalte-se, agravaram ainda mais o número de mortes no país.

Como vimos, o *ethos* não se explicita no enunciado, mas “[...] na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado” (FIORIN, 2018, p. 70). Nesse sentido, entendemos que os indícios linguísticos/verbais são compósitos do enunciado, do discurso, elementos tangíveis para identificar as imagens construídas na enunciação, que podem (ou não) apresentar uma regularidade.

A seguir, apresentamos a subdivisão dos *ethé* de credibilidade em *ethos* de sério, *ethos* de virtude e *ethos* de competência, conforme Charaudeau (2015).

2.3.1 *Ethé* de credibilidade

Segundo Charaudeau (2015), a credibilidade é construída da identidade discursiva do sujeito que fala para mostrar-se e ser julgado como digno de crédito. Essa ideia segue o raciocínio aristotélico de que há mais propensão de persuadir um público quando o orador, no discurso, desvela traços de fidedignidade, de confiabilidade e de caráter. Para isso, admoesta o autor, é preciso que o orador, naquilo que diz, pensa e executa, no ambiente político, atenda a determinadas condições, a saber, de sinceridade, de *performance* e de eficácia, que variam em importância de acordo com o que está em jogo em cada situação de comunicação. A condição de sinceridade é atendida quando o político procurar dizer a verdade; a condição de *performance* obriga-o a aplicar o que ele promete; e a condição de eficácia é o modo do político provar que tem os meios necessários para fazer o que promete, cujos resultados serão positivos. No caso oposto, isto é, quando o político revela-se mentiroso, incapaz de honrar suas promessas ou de realizar seus objetivos, ele será desacreditado. É sob essa ótica que “a credibilidade repousa sobre um *poder fazer*, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (CHARAUDEAU, 2015, p. 119. Grifo do autor).

Para além dessas condições, Charaudeau (2006, 2009) descreve outras três relacionadas ao discurso político que visa persuadir, tais como a simplicidade, a credibilidade e a dramatização. A condição de simplicidade é satisfeita quando o político busca um ‘denominador comum’ das ideias do grupo heterogêneo ao qual se dirige, simplificando as ideias e o raciocínio. A condição de credibilidade leva o político a construir uma imagem de si que deve servir de suporte para a identificação do auditório. E a condição de dramatização é atendida quando o político emprega palavras e argumentos que emocionam na cena de enunciação política.

Para Charaudeau (2015), a credibilidade é fundamental no discurso político porque a persuasão tende a ser mais eficiente (tomando-se as devidas precauções quanto ao uso dessa

palavra) quando o político demonstrar ter certo poder para atender a essas condições, umas mais predominantes que outras. Para satisfazer essas condições, portanto, o político constrói para si *ethos* de sério, de virtuoso e de competente. Para ele, cada tipo de *ethos* é projetado, eminentemente, por meio de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de indícios físicos e gestuais (características não-verbais). Nessa dissertação, como já antecipamos, indicamos também as características verbais associadas a tais *ethé*, as quais apresentamos na sequência.

2.3.1.1 *Ethos de sério*

Esse *ethos* é construído por índices *corporais* e *mímicos*, que podem ser identificados pela postura corporal rígida, austera, e por uma expressão menos sorridente do político; por índices *comportamentais*, que revelam a capacidade de autocontrole diante das críticas, de frieza diante das adversidades, de prudência para não se entregar a acessos de cólera; por índices que demonstram *energia* e capacidade de trabalho pela onipresença do político em todas as linhas da vida política e social, particularmente junto àqueles que sofrem (CHARAUDEAU, 2015).

A seriedade é percebida também quando o político não se encontra em atividades frívolas, não demonstra ser brincalhão, nem ter um tom de insolente em entrevistas ou conversas, bem como não deixa transparecer que existem suspeitas de infidelidade conjugal ou de indiferença em relação à sua família (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.1.2 *Ethos de virtude*

Esse *ethos* exige que o político, como representante do povo, seja exemplar, demonstrando *sinceridade* e *fidelidade*. Para construir uma imagem virtuosa de fidelidade, é preciso constatar que o político sempre seguiu a mesma linha de pensamento e de ação, que ele é convicto quanto à posição que ocupa no espectro político-ideológico, que age inspirado nos valores, nem discutíveis nem negociáveis, que estão na base de seu projeto político (CHARAUDEAU, 2015).

Outro traço desse *ethos* é a *honestidade pessoal*, que remete à retidão e à sinceridade tanto na vida pública quanto na privada, mostrado quando o político diz o que pensa; quando não participa ou é acusado de escândalos de corrupção ou atos ilícitos; quando desvela ser

motivado, na vida política, pela defesa de um ideal coletivo e não por ambição pessoal (CHARAUDEAU, 2015).

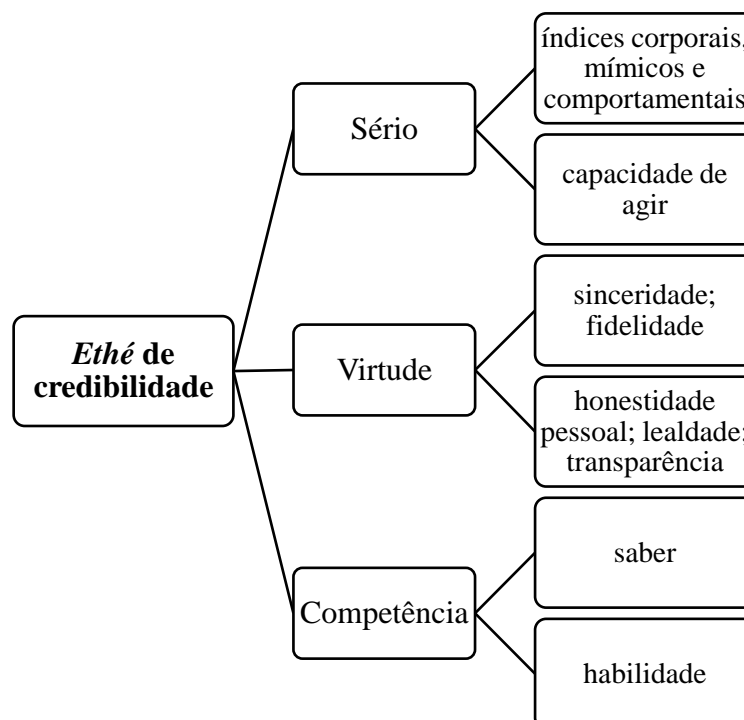
Ademais, a honestidade é expressada em termos de *lealdade*, quando há respeito à validade do julgamento e crítica do adversário, e quando se reconhece os próprios erros. De modo geral, o *ethos* de virtude é acompanhado por atitude de respeito para com o cidadão, quando o político é transparente naquilo que fala e faz, sendo direto, conciso e claro (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.1.3 Ethos de competência

Esse *ethos* exige do político, ao mesmo tempo, *saber e habilidade*, isto é, ele deve, respectivamente, demonstrar ter conhecimento profundo do universo político para exercer sua atividade, e provar que possui os meios, o poder e a experiência necessários para realizar e alcançar objetivos que beneficiem a coletividade. Ou seja, o político deve mostrar que conhece todas as estratégias, artimanhas, práticas e engrenagens, indissociáveis da vida política, e que sabe agir de maneira eficaz diante das circunstâncias que se apresentam. É pelo percurso do político que se pode julgar sua competência (CHARAUDEAU, 2015).

A figura 03, abaixo, sintetiza os *ethé* de credibilidade.

Figura 03 – Ethé de credibilidade



Fonte: organização nossa.

2.3.2 *Ethé* de identificação

Charaudeau (2015) afirma que os *ethé* de identificação, assim como os de credibilidade, são construídos com base nas expectativas e nos imaginários dos cidadãos, que atribuem valores negativos e positivos às maneiras de ser do político por meio das suas maneiras de dizer. O autor explica que toda produção de *ethos* se faz em uma relação triangular entre o “si”, o “outro” e o “terceiro ausente” (portador de uma imagem ideal de referência), na qual o “si” procura endossar essa imagem ideal, e o “outro” adere à pessoa que a ele se dirige por meio da representação de uma imagem ideal. “No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 137).

O autor acrescenta ainda que “[...] o *ethos* é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 153).

Para Charaudeau (2015), os *ethé* de identificação são extraídos do afeto social, destinados a tocar o maior número de cidadãos, uma vez que estes, mediante um processo de identificação irracional, fundam suas identidades na do político. As imagens mais recorrentes que caracterizam o *ethos* de identificação do discurso podem ser divididas entre (i) as que definem os políticos enquanto pessoas, tais como as de potência, de caráter, de inteligência e de humanidade; e (ii) as que são fundadas sobre uma relação necessária entre o “si” e o “outro”, por isso são orientadas para o cidadão, como as de chefe e de solidariedade.

2.3.2.1 *Ethos* de potência

Esse *ethos* é visto como uma energia física, uma “força da natureza”, que pode se exprimir mediante uma figura de *virilidade sexual*, quando o político tem uma reputação de viver aventuras extraconjugais, ou quando se engrandece a característica masculina para conquistar uma mulher. Ressalte-se que essa figura é produtiva quando o sistema de valores de um determinado contexto cultural dá importância a esse espírito de conquista (CHARAUDEAU, 2015).

Outras características da potência são voltadas para a exaltar o corpo como prova de verdade, para agir de modo radical em manifestações e comícios, para realizar e encenar proeza física e força pessoais, para apresentar o político como vociferador pela voz e pelo verbo,

para exercer violência verbal ao proferir insultos e ameaças aos adversários políticos, àqueles que não partilham ou defendem a mesma opinião do grupo do qual pertence, para demonstrar que o político é ativo e determinado em suas ações, de modo militar e coordenado, estando em todas as frentes e em manifestações políticas a seu favor (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.2.2 *Ethos de caráter*

Esse *ethos* está relacionado mais à força do espírito do que a do corpo. O político constrói de si essa imagem em seu discurso por meio de diversas figuras, tais como a vituperação, a advertência, a “força tranquila”, o controle de si, a coragem, o orgulho, a firmeza, e a moderação (CHARAUDEAU, 2015).

O político pode exprimir-se de maneira mais contundente (aos “berros”) para bradar, criticar, vituperar, indignar-se. A *vituperação* é controlada, calculada, embora seja fruto de indignação pessoal e de uma reação quase imediata a declarações, decisões ou comportamentos de alguém (instância adversária, partidos de oposição ao governo, imprensa, sindicatos). As variantes dessa figura são a provocação e a polêmica. A *provocação* é percebida em declarações que objetivam fazer alguém reagir, a ponto de não se saber se devem ser consideradas como um reflexo do pensamento daquele que as enuncia, tendo em vista a natureza de aparente sinceridade. Já a *polêmica* aparece, sobretudo, nos debates, pois pressupõe adversários em situação conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seu oponente, não pelo que este afirma, mas pelo questionamento da sua moralidade, do seu caráter e do seu comportamento (CHARAUDEAU, 2015).

A *advertência* é uma estratégia a qual o político pode recorrer para não provocar de modo direto, e mostrar que tem caráter. A advertência é uma modalidade enunciativa que anuncia de antemão qual é a posição do sujeito que adverte, qual o seu limite, e quais são as consequências negativas para o sujeito advertido (CHARAUDEAU, 2015).

A *força tranquila* é uma figura que evoca o tempo e a virtude da perenidade, dando a entender que uma dada posição política será exercida com uma tenacidade combativa daquele que não abandona seus compromissos e a vontade de alcançar objetivos, de vencer, a confiança em si daquele que calcula e projeta o futuro, a força protetora e serena de quem guia os governados (CHARAUDEAU, 2015).

O *controle de si* é um correlato da força tranquila, desvelado quando um político denota ser equilibrado e calmo ante circunstâncias desfavoráveis, que não se deixa levar por pequenas coisas, que não se entrega à agitação inconsequente, que não faz declarações a todo

momento, que se mantém fora da mídia, que pensa antes de agir, que toma decisões após ter ponderado os prós e os contras de uma situação (CHARAUDEAU, 2015).

A figura de *coragem*, de modo geral, dá a entender que o político a possui porque saberá enfrentar as adversidades sem enfraquecer e sem ceder à demagogia. Já o *orgulho*, segundo Charaudeau (2015), é uma figura necessária ao político porque, mesmo que ele não confesse, é uma forma de manifestar sua ambição de realizar uma grande obra, de defender os valores e a integridade identitária de seu povo, até com sacrifício. O ponto negativo (mas justificado em certos regimes políticos) dessa figura está na possibilidade de levar aquele que a possui a comportar-se de maneira impiedosa ou cruel, que não abrande seu julgamento nem suas decisões, quaisquer que sejam as circunstâncias (CHARAUDEAU, 2015).

A *firmeza* é a figura mais atenuada e mais moral do orgulho, e caracteriza-se pela atitude de reivindicação de ação efetiva daqueles que compõem a instância política, demonstrando energia e determinação inabalável para tal finalidade (CHARAUDEAU, 2015).

A *moderação* é uma figura desvelada quando um político age de modo a intermediar, conciliar, acalmar, as partes que estão em conflito, desacordo (p.ex., presidente e partidos/cidadãos/mídias etc.), ou em situações polêmicas. Essa figura pode aparecer também no curso de negociações difíceis entre diferentes parceiros sociais, para possibilitar o entendimento, para alcançar o acordo. Para isso, é preciso ter caráter forte para ser conciliador(a) em política (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.2.3 *Ethos de inteligência*

Esse *ethos* é percebido quando o político busca provocar a admiração e o respeito daqueles que o ouvem para fazê-los aderir à sua ideia, não somente em função da maneira como ele age e fala politicamente, mas também pelo que se pode apreender de seu comportamento em sua vida privada, a partir das figuras de homem honesto e culto (*honnête homme cultivé*) e de malícia ou astúcia (CHARAUDEAU, 2015).

A figura de *homem honesto e culto* deriva do capital cultural que o político possui, em decorrência de sua origem social e de sua formação acadêmica. A sua erudição é confirmada por seus comportamentos intelectivos, como escrever livros, participar de programas culturais, frequentar exposições e outras manifestações artísticas (CHARAUDEAU, 2015).

A figura da *malícia* ou *astúcia* denota um saber jogar com o ser e o parecer, quando o político demonstra saber dissimular certas intenções para realizar projetos, faz crer que tem certos objetivos para melhor atingir seus fins, valendo-se de embustes, prevê uma utilização

deformada de suas próprias declarações, e fabrica frases ambíguas que sejam passíveis de várias interpretações. Essa é uma estratégia importante à qual o político pode recorrer para alcançar seus objetivos, já que, às vezes, tem que lidar com a ação, as críticas e os questionamentos de oponentes de diferentes espécies (partidos adversários, movimentos sindicais, associações diversas etc.) sobre o seu planejamento governamental. A malícia pode ser percebida de maneira positiva se entendida como uma “habilidade” política, por exemplo, quando o orador parece dar razão ao adversário e, entretanto, toma uma decisão contrária. Essa figura será ou negativa se for percebida como uma “duplicidade”, isto é, uma forma de dissimulação ou de simulação moral, por exemplo, quando o político projetar uma imagem de virtude, mesmo estando mergulhado em negócios corruptos ou desviando bens públicos (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.2.4 *Ethos de humanidade*

Esse *ethos* é mensurado pela capacidade do político demonstrar sentimentos empáticos para com a população, por desvelar ter compaixão e alteridade para com o outro que sofre, e por confessar suas fraquezas, expondo seus gostos e suas preferências pessoais mais íntimas. A imagem de humanidade pode ser projetada pelas figuras de sentimento, da confissão, do gosto, e da intimidade.

A figura de *sentimento* é percebida quando o político a transparece somente em ocasiões de visitas aos desprovidos ou a pessoas que sofrem, em situações dramáticas (acidentes, fome, catástrofes naturais etc.) que fazem com que ele se encontre no local, dirija palavras de compaixão às vítimas, manifeste sua aflição, e prometa sua ajuda. Quando o ato político for motivado por angústia pessoal, ou for produzido em decorrência de acontecimentos dramáticos do passado (genocídios, mortos de guerra, exilados políticos etc.), pode acontecer um entrelaçamento de sentimentos, de visão e posicionamento políticos (CHARAUDEAU, 2015).

A figura da *confissão* pode surgir quando o político quer desmontar as críticas de seus adversários, reconhecendo que ele não fez o suficiente para resolver uma situação de crise, ao mesmo tempo que opina sobre o que seria uma solução ideal, para ficar subentendido que ninguém teria feito melhor, que ainda é possível fazer algo, que ele não se sente impotente. Essa figura pode ser percebida também quando o político faz um balanço de sua atividade passada e confessa não ter obtido sucesso em todas as suas frentes; quando mostra um cálculo que havia presidido a implantação de uma política contra a insegurança, por exemplo, que a persistência

dessa crise não foi um ato irresponsável; quando reconhece que um cálculo, mesmo com certa lógica, revelou-se equivocado, sendo o erro humano, inclusive os próprios adversários podiam ter-se enganado (CHARAUDEAU, 2015).

A figura do *gosto* é construída quando o político fala a respeito de suas preferências literárias, artísticas, culinárias, de vestuário, lúdicas etc. Essa figura pode igualmente transparecer por sua presença em manifestações artísticas, cerimônias festivas, por declarações quando do desaparecimento de uma personalidade do mundo artístico, por sua participação como escritor de programas de televisão literários em que mostra sua cultura ou seus gostos literários, artísticos (CHARAUDEAU, 2015).

A figura da *intimidade* é complementar a do gosto e é constituída com a cumplicidade de jornalistas e *paparazzi*, que recolhem pequenas “indiscrições” ou breves reflexões pessoais dos políticos, quase sempre transmitidas por aqueles que são próximos a eles, para serem repercutidas na mídia. Essa é uma estratégia política que possibilita apresentar tais “indiscrições” e reflexões como aquilo que o político realmente pensa e não ousa dizer em público, pois é bom para ele mostrar que pode ter reações de indignação, de cólera ou fazer confidências que supostamente revelam sua verdadeira natureza, com o intuito de causar um efeito positivo sobre a opinião (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.2.5 *Ethos de chefe*

Esse *ethos* direciona-se eminentemente para o cidadão, uma vez que “o político deve sua posição ao povo e a ele deve prestar contas” (CHARAUDEAU, 2015, p. 153), manifestando-se por meio das figuras de guia, de chefe-soberano e de comandante.

A figura de *guia supremo* surge da necessidade da existência de um ser superior capaz de guiar um grupo social em meio aos acasos do tempo, à fortuna da vida e às peripécias do mundo. Esse guia pode ter duas características, a depender da gênese: (i) ele pode ser feito de carne e osso, com qualidades que fazem dele um ser fora do comum, um herói; (ii) ele pode ser abstrato, uma voz que indica o caminho a seguir, revela um destino, que diz como obter a salvação eterna. Essa voz tem necessidade de ser figurativizada ou representada de maneira pictórica e é encarnada em um personagem mítico, cujos feitos e gestos exemplares são contados por uma narrativa. Essa figura tem como variantes o guia-pastor e o guia-profeta (CHARAUDEAU, 2015).

O *guia-pastor* é um agregador, e designa aquele (político, sábio(a), homem/mulher determinado/a) que conduz os homens (“reúne o rebanho”), o acompanha e o precede, que sabe

aonde vai e sabe se fazer seguir, que ilumina seu caminho com uma perseverança tranquila, pausada, regular, que se detém apenas em certas etapas previamente determinadas. O *guia-profeta*, por outro lado, é aquele que se considera, ao mesmo tempo, fiador do passado e ancorado em um futuro, num além, no destino dos homens. O profeta é uma palavra, uma voz, devotado a uma vida errante, à solidão, à incompreensão, decorrente de sua mensagem ser muito exigente; e ainda, ele ocupa uma posição de liderança na cena política, transpõe como um ser “inspirado”, um “visionário”, o depositário de uma fonte de inspiração misteriosa, o porta-voz de um terceiro que se encontra na onipotência do além. Nesse sentido, essa variante constrói, concomitantemente, uma imagem de “pai” e de “inspirador de espírito”, que propõe ao seu povo uma possibilidade de redenção, com a condição de que este siga o político (CHARAUDEAU, 2015).

A figura do *chefe-soberano* é identificada quando o político assume uma posição de fiador dos valores até o ponto de encarnar-se neles. Ele pode fazer isso ao proferir discursos que lembram quais são seus valores, tais como o respeito aos princípios democráticos, à soberania do povo, à identidade nacional, ao que devem ser as grandes linhas de um projeto político (celebração do povo, do país, do regime institucional etc.). Ele também pode construir uma imagem chefe pela figura de soberano quando toma uma posição acima de tudo que pode parecer conflitos estéreis, mostrando que não entra no jogo de pequenas querelas politiquês, que se recusa a polemizar quando é diretamente implicado, de maneira a se dar uma estatura de sujeito que domina a cena política, que não se rebaixa ao nível de agitadores, que não se compromete em vãs controvérsias. Em situação de disputa, os políticos procuram mostrar que o adversário não está “à altura” de pretender dirigir a nação, evidenciando quem se situa acima das contingências políticas, ora pela crítica indireta, ora pelo silêncio, ora pela fala de terceiros (CHARAUDEAU, 2015).

A figura de *comandante* é uma forma que o político utiliza para mostrar uma imagem do senhor da guerra, daquele que tem autoridade para declarar guerras em suas fronteiras, ao fazer declarações guerreiras contra inimigos próximos ou distantes, circunscritos a um país ou formando coalizão mais ou menos determinada. O comandante deve ser capaz de distinguir entre o bem e o mal, e, ao dizer-se esclarecido por uma força transcendente ou sobrenatural, indicar a via que segue para combater as forças do mal. Essa figura destina-se a construir uma imagem de “líder populista”, tendo em vista que esta é destinada a arrastar todo um povo atrás de si, em direção à sua salvação (CHARAUDEAU, 2015).

É preciso salientar que a imagem de chefe pode ser constituída também pelo ato de *arrependimento*, que implica, ao mesmo tempo, reconhecimento de uma falta cometida no

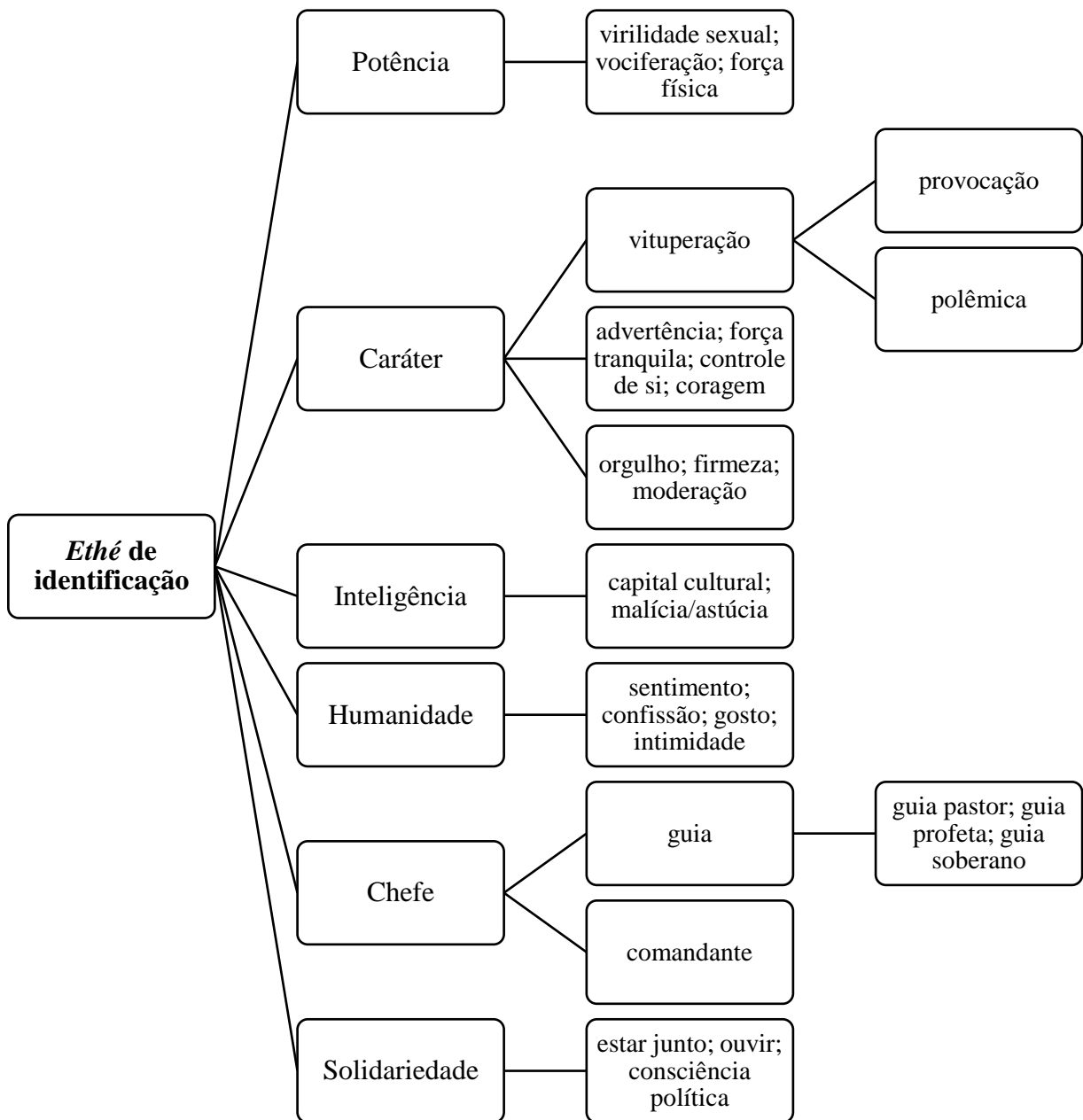
passado e pedido de perdão às vítimas. O *Eu* que declara-se arrependido coloca-se em posição de mensageiro entre a entidade culpada (país, povo, nação, Igreja etc.) e a entidade vítima. De modo contrário, a *recusa do perdão* também pode construir esse *ethos*, ainda que de maneira mais autoritária, se a falta cometida for julgada “inexpiável” ética e moralmente, o que justifica tal recusa. Ademais, não se pode confundir o ato de arrependimento com o ato de *redenção*, fundado sobre um sacrifício voluntário que faz com que seu autor carregue uma falta coletiva, mesmo que ele próprio não a tenha cometido (CHARAUDEAU, 2015).

2.3.2.6 *Ethos de solidariedade*

Esse *ethos* caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados. Essa imagem faz do político que a evoca uma pessoa atenta às necessidades e aos sofrimentos dos outros, que as partilha e se torna responsável por elas. Um político pode ser representado como solidário quando não se coloca em uma posição diferente da dos outros (mesmo que sua função política assim o faça), quando mostra que as opiniões e decisões dos membros de seu grupo são partilhadas e defendidas por ele, e quando deixa entrever que existe uma relação de reciprocidade entre seus atos e declarações. Outrossim, o político que quer parecer solidário também tem interesse em mostrar-se consciente das responsabilidades que cabem a ele próprio e a seu governo, assim como é conduzido a dizer que ouve o povo, que está atento e respeita os seus problemas, o seu sofrimento, as suas necessidades, o que denota uma ideia de que a opinião dos cidadãos é importante para as tomadas de decisões coletivas (CHARAUDEAU, 2015).

A figura 04, abaixo, sintetiza os *ethé* de identificação.

Figura 04 – *Ethé* de identificação



Fonte: organização nossa.

Nessa dissertação, entendemos que as características verbais dos *ethé* de credibilidade e de identificação podem ser evidenciadas através da seleção de recursos lexicais (palavras que constituem os enunciados), de recursos fraseológicos (dois ou mais itens lexicais cujo significado deve ser apreendido em conjunto) e de recursos gramaticais (mecanismos sintáticos dos enunciados), alinhados ao campo semântico temático de tais *ethé*, isto é, pelo que é afirmado (*ethos* dito) e pelo que é subentendido (*ethos* mostrado) do escopo desses recursos.

Finalizada a apreciação da proposta tipológica dos *ethé* passíveis à construção no discurso político (cf. CHARAUDEAU, 2015), no capítulo a seguir, apresentamos as escolhas e os procedimentos metodológicos que orientam esta pesquisa.

CAPÍTULO III

ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DO *ETHOS* EM DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL

Na primeira seção deste capítulo, descrevemos os critérios de constituição do *corpus*, justificando nossas escolhas a partir de critérios específicos. Na segunda seção, explanamos os aspectos metodológicos gerais que caracterizam o tipo de pesquisa, a abordagem empregada e os métodos utilizados.

3.1 Critérios de constituição do *corpus*

Os discursos de posse dos presidentes podem ser encontrados na página da “Biblioteca da Presidência da República”⁴², na qual todos os registros estão paginados e em formato .pdf, no “Portal da Câmara dos Deputados”⁴³, assim como na obra “Palavra de presidente”, de Bonfim (2004). Nesse sentido, delimitamos os discursos que constituem o *corpus* dessa dissertação a partir dos seguintes critérios, totalizando 5 (cinco) discursos a ser analisados:

- (i) Discursos de posse representativos para cada período político;
- (ii) Discursos proferidos por presidentes filiados a partidos políticos considerados de esquerda, de centro e de direita, no espectro;
- (iii) Discurso produzido em situação de continuidade de governo x discurso produzido em situação de ruptura.

3.1.1 Dos discursos de posse representativos para cada período

Considerando os períodos políticos da história brasileira, da Primeira República, optamos pelo discurso de posse de Hermes Rodrigues da Fonseca (1910); do Estado Getulista, separamos o discurso de Getúlio Dornelles Vargas (1930); do Período Democrático, escolhemos o discurso de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956); do Regime Militar, foi

⁴² Endereço eletrônico: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

⁴³ Endereço eletrônico: <https://www.camara.leg.br/>

selecionado o discurso de Emílio Garrastazu Médici (1969); e do período chamado Nova República, analisamos o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva (2007)⁴⁴.

Esses presidentes foram representativos nos períodos políticos em que atuaram: Hermes da Fonseca foi o primeiro militar eleito à presidência através de um pleito eleitoral democrático, e que rompeu com a política do “café com leite”; Getúlio Vargas deu um golpe de Estado; Juscelino Kubitschek se tornou uma “figura popular” por seu “Plano de Metas”; Médici é considerado o presidente mais linha dura da história política brasileira; e Lula foi o primeiro presidente eleito sendo de esquerda.

A escolha também foi orientada pelos demais critérios de seleção do *corpus*, os quais são explanados na sequência.

3.1.2 Dos discursos proferidos por presidentes filiados a partidos políticos considerados de esquerda, de centro e de direita, no espectro

Para evidenciar as posições e preferências dos presidentes no espectro político-ideológico, realizamos uma consulta biográfica no Arquivo Nacional⁴⁵, pelo qual identificamos os partidos políticos aos quais eles estavam filiados na investidura de posse. O Quadro 01, abaixo, mostra os presidentes previamente selecionados por período político e seus respectivos partidos políticos.

⁴⁴ Embora haja um distanciamento cronológico significativo do período político no qual Lula tomou posse da presidência em relação ao discurso de Médici, optamos pelo discurso de Lula porque, até então, ele havia se tornado o primeiro presidente representativo da esquerda (sua primeira eleição ocorreu em 2002, que marcou o começo do período chamado Democracia Pós-neoliberal); some-se a isso o fato de que o seu discurso aqui selecionado foi produzido em situação de continuidade de governo, outro critério para constituição do *corpus*.

⁴⁵ Fonte: [Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República \(an.gov.br\)](http://an.gov.br)

Quadro 01 – Presidentes por partido político

Presidente	Partido político
Hermes da Fonseca	Partido Republicano Conservador (PRC) ⁴⁶
Getúlio Vargas	Aliança Liberal ⁴⁷
Juscelino Kubitschek	PSD-PTB ⁴⁸
Emílio Garrastazu Médici	Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ⁴⁹
Luiz Inácio Lula da Silva	Partido dos Trabalhadores (PT) ⁵⁰

Fonte: organização do autor.

Ademais, para termos uma noção das preferências político-ideológicas dos presidentes, no ato de posse, partimos de estudos⁵¹ que analisam os seus respectivos partidos políticos. É necessário pontuar que esses partidos foram criados e atuaram em épocas diferentes. Há um extenso debate entre cientistas políticos sobre como determinar quais os modos de mensuração mais adequados para estimar as posições dos partidos no espectro político-ideológico, entre os quais se destacam a relação entre discurso e práxis nos programas

⁴⁶ Fundado em 1910, o PRC ganhou expressividade nacional por ser o partido pelo qual se elegeu Hermes da Fonseca. Entre outras ideias, o seu manifesto político defendia o desenvolvimento do poder militar nacional, a organização das escolas agrícolas e profissionais, e a criação de medidas que melhorassem as condições das classes sociais menos favorecidas (SETEMY, 2010).

⁴⁷ A Aliança Liberal constituiu-se como uma frente regional que uniu representantes políticos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Partido Democrático de São Paulo, para concorrer às eleições de 1929, tendo Getúlio Vargas como candidato (FAUSTO, 1972). Previamente à Revolução de 1930, essa coligação escreveu um programa em 1929, cuja análise será um dos parâmetros para identificarmos sua posição político-ideológica.

⁴⁸ Essa aliança firmada com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1955 foi estratégica para a vitória de Juscelino Kubitschek, interesse de ambos os partidos. Pelo fato do PSD ser sócio majoritário dessa coalizão temporária (HIPÓLITO, 2010), optamos por considerar apenas a sua posição no espectro político-ideológico, e não a do PTB.

⁴⁹ Criado em 1966 dentro do sistema bipartidário artificial instaurado pelo AI-2, e pelo AI-4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos, foi o principal partido de sustentação dos governos militares. Sendo extinto em 1979, ressurgiu em outras siglas a partir de uma série de fusões ao longo das décadas de 1980 e 1990, segundo o registro feito pelo Senado Federal (BRASIL, 2014).

⁵⁰ Criado no final da década de 1970 e início dos anos 1980 por líderes sindicais, a proposta do PT foi lutar pelos direitos e interesses do proletariado, e de grupos marginalizados e oprimidos (mulheres, negros, indígenas etc.) (REIS, 2007).

⁵¹ É preciso frisar que a grande maioria das pesquisas buscam examinar o funcionamento, a organização, a ideologia e a (form)ação de partidos políticos brasileiros contemporâneos, principalmente os criados após o regime militar, sendo poucas aquelas que se dedicam a analisar a relação das legendas com a atuação e o posicionamento político dos presidentes da República brasileira, assim como descrever o espectro político-ideológico de partidos operantes em períodos anteriores a 1985.

partidários, as declarações e as posturas assumidas pelos membros partidários na atuação parlamentar, a imagem e as percepções da opinião pública, de eleitores, a avaliação de especialistas (acadêmicos, cientistas políticos, imprensa), a composição social dos partidos, os conteúdos de documentos, programas e manifestos dos partidos.

Aqui, para identificarmos os partidos no espectro, escolhemos as pesquisas que levam em conta a análise dos programas partidários, porque o seu conteúdo

[...] claramente constitui o corpo de preferências ou intenções do partido, [...] isto equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele (TAROUÇO, 2007, p. 22).

A partir das análises do conteúdo presente nos programas, fizemos uma comparação com as principais características do eixo esquerda-centro-direita elaboradas no Capítulo I, em que sintetizamos (mas sem reduzirmos) as principais ideias políticas defendidas pela esquerda, pelo centro e pela direita no Brasil⁵².

Consultamos a obra historiográfica de Chacon (1998), na qual ele analisa, entre outros, o PRC, o PSD e a ARENA, a partir da correlação entre os discursos e a prática nos programas partidários brasileiros. Em relação à Aliança Liberal, baseamo-nos na pesquisa de Fausto (1972), ao analisar o seu programa partidário. Para identificarmos o PT, recorreremos ao trabalho de Tarouco (2007), haja vista que a autora propõe uma análise dos conteúdos dos manifestos de fundação dos partidos, isto é, seus documentos programáticos, suas propostas, suas ideias políticas, que são mobilizados para explicação das emendas à Constituição Federal de 1988.

Assim, o programa de criação do PRC indica a sua posição à direita, uma vez que, segundo Chacon (1998), esse partido, entre outras medidas, defende o equilíbrio fiscal, a valorização da moeda forte, a redução de despesas que não sejam de caráter reprodutivo, como os investimentos em serviços sociais, a livre iniciativa industrial e do comércio nacional, o desenvolvimento do poderio militar, o progresso científico e econômico pela liberdade do ensino superior, pela manutenção e desenvolvimento de escolas agrícolas e profissionais. Interessante perceber que o programa também dedica uma medida para melhorar as condições das classes sociais menos favorecidas.

⁵² Consultar também o Apêndice I nessa dissertação.

Já o programa da Aliança Liberal, de modo geral, “refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas aos grupos cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média” (FAUSTO, 1972, p. 42). Por isso, em seu programa, predominam as medidas voltadas para a defesa da ortodoxia financeira, da liberdade individual, da proteção aos servidores públicos, da reforma política, do incentivo da produção nacional em geral. Comparando tais características com o que já descrevemos na segunda seção do Capítulo I sobre as principais preferências políticas da escala esquerda-centro-direita, podemos, junto a Fausto (1972), designar a posição desse partido à direita do espectro.

Por sua vez, o programa do PSD defendia, entre outros, os seguintes princípios: equilíbrio orçamentário, liberdade de iniciativa privada no setor econômico (intervenção estatal apenas para auxiliá-la), desenvolvimento do poder militar, ampla legislação trabalhista, valorização da classe trabalhadora, projetos de seguridade social e de serviços de saúde, de habitação, exploração das riquezas naturais e organização das indústrias básicas (CHACON, 1998). Nota-se que o PSD busca integrar, ao mesmo tempo, princípios sustentados pela esquerda e pela direita, colocando-se, assim, numa posição mais central em relação aos dois extremos ideológicos. Essa posição é uma “Terceira Via”, tendo em vista que “[...] não está no meio da direita e da esquerda, mas pretende ir além de uma e de outra” (BOBBIO, 1995, p. 39), sendo esse o motivo pelo qual não podemos estimar para qual lado do eixo esquerda-direita o PSD se aproxima mais (centro-esquerda ou centro-direita). Por isso, assim como Hipólito (2010), podemos caracterizá-lo como um partido de centro.

Sobre a ARENA, Chacon (1998), ao analisar seu programa, designa-o como sendo de direita, porque adota medidas baseadas, entre outras, na liberdade individual como forma de progresso social, político e econômico, na intervenção econômica mínima do Estado, na modernização e reequipamento das forças armadas (instituições essenciais à execução da política de segurança nacional), na concorrência privada, na organização econômica de mercado liderada por empresas privadas, e no equilíbrio econômico.

Por fim, Tarouco (2007) identifica o PT na esquerda, porque o seu programa privilegia significativamente, entre outros temas, o controle governamental na economia (controle sobre preços, salários e aluguéis etc.), isto é, a intervenção estatal no sistema econômico; a necessidade de dar assistência às minorias desprivilegiadas e oprimidas, como mulheres, idosos, jovens, negros, índios, grupos linguísticos e grupos demográficos, desempregados, deficientes, incapazes, homossexuais, imigrantes, refugiados etc.; e a valorização da classe trabalhadora, por meio da defesa de legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho (liberdade sindical, salários, salubridade, férias, direitos outros).

No Quadro 02, ordenamos os partidos na escala esquerda-centro-direita, com base nas análises dos trabalhos acima supracitados, cujo intuito é o de circunscrever os presidentes brasileiros selecionados na subseção 3.1.1 em seus respectivos espectros político-ideológicos.

Quadro 02 – Escala político-ideológica dos partidos segundo seus programas partidários

Primeira República – Hermes da Fonseca			
Autor em quem nos embasamos	Chacon (1998)		
Espectro Partido	Esquerda	Centro	Direita
PRC			X
Estado Getulista – Getúlio Vargas			
Autor em quem nos embasamos	Fausto (1972)		
Espectro Partido	Esquerda	Centro	Direita
Aliança Liberal			X
Período Democrático – Juscelino Kubitschek			
Autor em quem nos embasamos	Chacon (1998)		
Espectro Partido	Esquerda	Centro	Direita
PSD		X	
Regime Militar – Emílio Garrastazu Médici			
Autor em quem nos embasamos	Chacon (1998)		
Espectro Partido	Esquerda	Centro	Direita
ARENA			X
Nova República – Luiz Inácio Lula da Silva			
Autora em quem nos embasamos	Tarouco (2007)		
Espectro Partido	Esquerda	Centro	Direita
PT	X		

Fonte: organização elaborada pelo autor.

Entendemos que essa classificação não é única nem precisa, tendo em vista que “[...] nenhum partido se prende a uma ideologia de modo rígido demais. A fixação às mesmas políticas diante da emergência de novas situações seria uma atitude irracional” (TAROUCO,

2007, p. 23). Ao elaborar uma teoria econômica da democracia, Downs (1999) afirma que, numa situação de competição partidária, como ocorre nas eleições, por exemplo, os partidos, estrategicamente, movem-se no espectro político-ideológico formulando propostas de políticas a serem adotadas, na tentativa de agradar, ao mesmo tempo, os eleitores que se consideram de esquerda e de direita, de um modo geral, para obtenção de votos. Esse movimento no espectro é transversal, porque mais do que simplesmente ir em direção a um centro intermediário que sintetiza as ideias da díade esquerda e direita, é “um modo que se resolve em uma atenuação ou desautorização da díade mais do que em uma refutação ou em uma superação” (BOBBIO, 1995, p. 41).

No Quadro 03, abaixo, tem-se a divisão dos presidentes por período, ano e espectro políticos.

Quadro 03 – Divisão dos presidentes por período, ano e espectro político-ideológico

Código⁵³	Presidente	Era política	Ano	Espectro
HF1910	Hermes da Fonseca	Primeira República	1910	Direita
GV1930	Getúlio Vargas	Estado Getulista	1930	Direita
JK1956	Juscelino Kubitschek	Período Democrático	1956	Centro
EGM1969	Emílio Garrastazu Médici	Regime Militar	1969	Direita
LILS2007	Luiz Inácio Lula da Silva	Nova República	2007	Esquerda

Fonte: elaboração nossa.

Note-se a predominância de 3 (três) presidentes alocados à direita do espectro político-ideológico, ao passo que há 1 (um) representante do centro e 1 (um) da esquerda. É preciso destacar que somente em 2002 um político da esquerda ascendeu à presidência da República brasileira. Em períodos políticos anteriores são predominantes as eleições (diretas ou indiretas) de representantes da direita. Isso significa que sempre houve uma tendência mais à direita na política da República brasileira e, por esse motivo, os discursos escolhidos para análise buscaram representar as proporções dos lugares do espectro em que os presidentes se encontravam.

⁵³ Esse código designa as iniciais dos nomes dos presidentes e o ano de posse. Para codificação dos discursos no capítulo de análise, utilizamos essa notação particular, mais o número da ocorrência do discurso selecionada: leia-se (LIL2007.3), por exemplo, como a terceira ocorrência do discurso de Lula.

3.1.3 Do discurso produzido em situação de continuidade de governo x discurso produzido em situação de ruptura

Levando-se em consideração nosso objetivo de averiguar de que modo os *ethé* de credibilidade e de identificação são construídos em situações de continuidade de governo, selecionamos o discurso de Lula porque foi produzido quando ele se reelegeu presidente, e o discurso de Médici porque seu governo é considerado como de manutenção de um regime político.

Pensamos que os discursos de posse produzidos em situação de continuidade de governo sejam favoráveis à constituição dos *ethé* de credibilidade, na medida em que os políticos mostram-se críveis quando apresentam as provas de que possuem saber, habilidade e competência para “poder fazer”, seja pela ênfase a ações realizadas em mandatos anteriores (no caso de Lula), seja pela defesa veemente e enfática das decisões políticas tomadas por uma instituição superior (no caso de Médici). Nessa situação específica, os políticos também tendem a mostrar-se como dignos de crédito porque atenderam às condições necessárias que os tornaram merecedores de confiança das instâncias que os credenciaram para a manutenção e continuidade do poder.

Em relação à situação de ruptura partidária, optamos pelo discurso de Hermes da Fonseca por romper com a oligarquia, e o discurso de JK porque foi eleito por um partido diferente de seu predecessor. Em tais discursos, a tendência é que os presidentes construam imagens de si que toquem o afeto da instância cidadã, ressaltando a sua identificação a partir dos valores políticos, democráticos, morais e éticos que os credenciaram à presidência; além disso, é possível que esses políticos procurem atenuar os possíveis receios quanto à ruptura com governos predecessores, por meio da garantia de ações voltadas para resolver os problemas enfrentados pelo país.

O discurso de Getúlio Vargas foi selecionado por ter sido produzido em um momento político de ruptura democrática conhecido como “Revolução de 1930”. Em seu discurso de posse, pode haver maior incidência na projeção de imagens que o apresentem como “salvador” nacional, colocando-se como o guia escolhido para restabelecer a ordem e o progresso da nação, assim como para resolver os problemas políticos, o que justificaria a sua ascensão ao governo por meios armados e “revolucionário”.

3.2 Caracterização da pesquisa

Conforme já apresentamos, nosso objetivo geral é analisar a constituição dos *ethé* de credibilidade e de identificação em discursos de posse presidencial a partir de recursos discursivos e linguísticos. Assim, entendemos que cada período da República brasileira, os contextos de continuidade e de ruptura partidária ou democrática, e as posições político-ideológicas dos presidentes no espectro são recursos discursivos que interferem, de diferentes modos, na construção desses *ethé*. Delimitamos também algumas características verbais como recursos linguísticos porque além de indicarem os posicionamentos políticos dos oradores, são meios pelos quais se pode evidenciar as imagens de si.

Em relação à abordagem, nossa pesquisa é caracterizada pelos tipos descritivo, qualitativo e explicativo, de análise de dados.

Desse modo, no decorrer da análise, descrevemos as especificidades de cada contexto sociopolítico que envolve as situações e circunstâncias de enunciação dos discursos de posse presidencial, e a ideia prévia que se tem das posições dos presidentes no espectro político-ideológico, para verificarmos como tais aspectos influenciam na construção dos *ethé* de credibilidade e de identificação.

Em relação às ocorrências linguísticas recorrentes no enunciado, interessa-nos descrever e compreender fundamentalmente o seu funcionamento na constituição dos *ethé* de credibilidade e de identificação. Conforme já salientamos no capítulo anterior, entendemos que as características verbais dos *ethé* de credibilidade e de identificação podem ser evidenciadas através da seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais alinhados ao campo semântico temático de tais *ethé*, isto é, pelo que é afirmado (*ethos* dito) e pelo que é subentendido (*ethos* mostrado) do escopo desses recursos.

Diante disso, procuramos ainda interpretar e compreender “[...] os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno” (GIL, 2008, p. 28), fatores esses discursivos e linguísticos presentes na projeção das imagens de si no discurso político de posse presidencial.

No próximo capítulo, faremos a análise dos discursos de posse presidencial, tomando como base os parâmetros metodológicos que descrevemos.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS *ETHÉ* DE CREDIBILIDADE E DE IDENTIFICAÇÃO EM DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL

Nesse capítulo, dedicamos atenção à análise dos *ethé* de credibilidade e de identificação veiculados nos 5 (cinco) discursos de posse presidencial que compõem o *corpus* dessa dissertação, considerando i) os recursos discursivos, tais como as circunstâncias históricas, sociais e políticas, que caracterizam os períodos políticos da República brasileira, e os posicionamentos e as preferências de cada presidente no espectro político-ideológico; e ii) as características verbais desses *ethé*.

Conforme explicitado anteriormente, em vistas de atender nossos objetivos de i) verificar a constituição dos *ethé* de credibilidade e de identificação em decorrência dos períodos políticos da República brasileira, ii) de evidenciar a influência das posições e preferências político-ideológicos dos oradores na projeção de tais *ethé*, e iii) de averiguar de que modo as imagens são construídas em situações de continuidade de governo e de ruptura democrática ou partidária, os discursos analisados são os de Hermes da Fonseca (1910), de Getúlio Vargas (1930), de Juscelino Kubitschek (1956), de Emílio Garrastazu Médici (1969), e de Luiz Inácio Lula da Silva (2007), respectivamente.

4.1 Construção do *ethos* no discurso de Hermes da Fonseca (1910)

Como já apresentado, a estrutura político-econômica da Primeira República é marcada por acordos estratégicos entre oligarcas mineiros e paulistas para o revezamento entre Minas Gerais (maior força política) e São Paulo (grande força econômica) na presidência da República, prática conhecida como “política do café-com-leite”, que perdurou por muito tempo nesse período político. A eleição de Hermes da Fonseca, primeiro militar eleito à presidência através de um pleito eleitoral democrático, representou tanto um rompimento com essa estrutura política já consolidada e exclusiva à elite mineira e paulista, quanto a emergência da aliança do Rio Grande do Sul com os militares no cenário político.

Esse fato histórico determina as condições de produção de seu discurso de posse, no qual se observa que a cenografia instaurada se conforma ao cotejo da representação da instância cidadã antes e depois da eleição, seguido da representação das instâncias políticas anteriores e posteriores à eleição de Hermes da Fonseca e, finalmente, com a apresentação das pautas de sua futura gestão.

Inicialmente, a instância cidadã é representada, no discurso, como “[...] desinteressada dos pleitos eleitorais, deslembadas dos seus deveres cívicos, [...] indiferente à sacração dos nomes que os interesses partidários do momento apontavam ao supremo posto” (BONFIM, 2004, p. 112). O desinteresse e a indiferença da população em pleitos eleitorais resultam das gestões anteriores dedicadas apenas ao desenvolvimento dos principais polos econômico e político do país na época: São Paulo e Minas Gerais. Em decorrência desse cenário, o orador busca mostrar uma imagem de si para afastar os receios da população quanto ao seu governo. A partir de sua eleição, Hermes da Fonseca passa a representar a instância cidadã como consciente de suas escolhas políticas, tendo em vista que “pela primeira vez, o espírito cívico do país despertou em pacífico prélio [...] a plena consciência dos seus direitos, como de seus deveres e responsabilidades” (ibid.).

Nesse sentido é que o orador faz referência às circunstâncias ditas excepcionais pelas quais ele ascendeu ao governo federal no excerto a seguir. As circunstâncias são consideradas excepcionais porque não só representam a ruptura do alinhamento político vigente e predominante na época, cujos interesses voltavam-se fatalmente para o desenvolvimento econômico das oligarquias, mas também evidenciam a tomada de consciência e de coragem cívica do povo, que decidiu pôr fim a uma conjuntura política que não atendia às suas necessidades.

Em mais de vinte anos de regime republicano, ainda ninguém ascendeu à suprema magistratura nacional em **circunstâncias tão especiais** e com maiores responsabilidades do que aquele que, pelo voto da grande maioria dos brasileiros, sobe hoje à curul presidencial. [...] Por isso, se **excepcionais são as circunstâncias em que vou ao poder**, maiores e mais graves são as responsabilidades que sobre mim pesam ao assumir a chefia do governo nacional. Mas o povo brasileiro pode estar tranqüilo: **serei digno do voto com que a nação me honrou**, cumprindo com **lealdade e firmeza** os encargos que me impõe o **alto posto que me é confiado** (HF1910.1. Grifos nossos).

Nesse trecho, nota-se que o orador procura identificar-se com a instância cidadã, ao afirmar que vai cumprir com lealdade e firmeza os encargos do alto posto que lhe é confiado, aplicando o que prometeu, para que seja digno da confiança do povo brasileiro. O presidente projeta um *ethos* de caráter pela figura de força, pois mostra-se comprometido em garantir os direitos e a soberania do povo, buscando tranquilizar o auditório de modo que se perceba nele um político consciente de suas responsabilidades, “digno do voto” e leal no cumprimento de suas promessas políticas.

Ademais, a imagem de caráter é constituída porque Hermes da Fonseca, sendo o primeiro militar ‘efetivamente eleito’ pelo escrutínio popular, demonstra que seu mandato de

será exercido de modo tenaz, ao mesmo tempo em que não abandona seus compromissos e tem vontade de alcançar e alinhar seus objetivos aos da instância cidadã.

A construção semântica de condicionalidade em “*se excepcionais são as circunstâncias [...], maiores e mais graves são as responsabilidades que sobre mim pesam*” realça o *ethos* de caráter, no sentido de que a eleição do presidente e tudo o que ela representou no sistema político constituem essas “circunstâncias excepcionais”, que implicam um maior comprometimento daquele que vai dar início à mudança no paradigma político. A frase “*mas o povo brasileiro pode estar tranquilo*” é também indício verbal que veicula esse *ethos*, uma vez que introduz o argumento do orador de que vai cumprir com lealdade e firmeza os encargos que se lhe impõe o alto posto que lhe é confiado, mesmo diante das circunstâncias, bem como define a conclusão do seu ponto de vista no enunciado, tranquilizando o povo brasileiro, que o honrou pelo voto. Por fim, note-se ainda que a seleção lexical do campo semântico assegura a confiabilidade atribuída ao orador, como em “*digno do voto*”, “*a nação me honrou*”, “*lealdade e firmeza*”, “*o alto posto que me é confiado*”.

Da instância cidadã, a cenografia do discurso de posse organiza-se a partir do cotejo da representação das instâncias políticas antes e depois da eleição de Hermes da Fonseca. Nos governos oligárquicos, a instância política era constituída por chefes do Estado que “assumiam o poder sem os ressentimentos, sem as desconfianças e sem os maus prognósticos” (BONFIM, 2004, p. 112). Por isso, o orador busca afastar essa representação negativa da instância política na qual ele está inserido, projetando imagens de si que o mostram como sereno diante das adversidades criadas durante a sua campanha, consciente de seus deveres, e solícito às leis e à soberania da população, como se vê no próximo trecho.

Não farei um governo de paixão, levando para a Presidência da República as mágoas e os ressentimentos que uma contenda áspera e, por vezes, injusta, poderia ter deixado no meu espírito, não; subo ao poder com **ânimo sereno**, disposto a **cumprir o dever que a Constituição e as leis me assinalam**, sem jamais sair do **caminho da legalidade** e da **justiça**, respeitando todos os direitos e todas as liberdades (HF1910.2. Grifos nossos).

Aqui, a imagem de chefe é projetada pela figura de chefe-soberano, tendo em vista que Hermes da Fonseca procura situar-se numa posição acima de “uma contenda áspera e, por vezes, injusta”, razão pela qual ele nega que seu governo “será movido pela paixão, mágoas e ressentimentos”.

O político constrói o *ethos* de chefe também como uma forma de ressaltar a identificação para com o povo, procurando não se mostrar passional e magoado (atributos

contraproducentes a quem sai vitorioso de uma eleição), mas sereno e consciente de seus deveres, como cumprir a “Constituição e as leis” sem precisar descer ao nível de agitadores, guiado pelo “caminho da legalidade e da justiça, respeitando todos os direitos e todas as liberdades”.

Esses atributos de Hermes da Fonseca são evidenciados também na seleção lexical, como uma forma de reforçar a imagem de chefe constituída. As palavras “*sereno*”, “*legalidade*”, “*justiça*” e “*respeito*” fazem referência a um campo semântico pelo qual se acentua a atitude prudente e virtuosa do orador com o intuito de identificar-se com a instância cidadã. Ressalte-se ainda que o uso da negação no início do trecho, como estratégia de polifonia em se rejeitar o que é esperado por seus opositores, salienta o *ethos* de chefe, pois o político demonstra que não vai agir movido pela paixão ou pelo ódio, mas de modo sereno, justo e dentro da lei.

Já ocorrência a seguir é uma amostra da imagem de virtude projetada por Hermes da Fonseca.

Farei um governo republicano, isto é, o **governo da lei**: dela jamais me afastarei, mas, dentro dela serei inflexível [...]. Serei, na frase expressiva de Quintino Bocayuva, “o **primeiro súdito da lei**” e, “superior a paixões e aos interesses de classe, de corporações ou de indivíduos, **serei o mandatário fiel da nação e o servidor abnegado e solícito do povo brasileiro**” (HF1910.3. Grifos nossos).

Nesse exemplo, vê-se que o orador recorre ao *ethos* de virtude para ressaltar a forma de governo que ele entende como ideal: “republicano”, “da lei”, “superior a paixões e interesses de classes”. Uma vez que a sua ação é inspirada em tais princípios coletivamente aceitos, nem discutíveis nem negociáveis, que estão na base de seu projeto político, o presidente constrói de si essa imagem para mostrar-se como digno de crédito, afastando de seu governo a representação negativa da população desconfiada dos possíveis problemas ocasionados pela ruptura de um sistema político já consolidado na Primeira República.

Além disso, o orador procura demonstrar de si uma imagem que o represente como “servidor solícito do povo”. Subentende-se que Hermes da Fonseca quer construir a sua credibilidade através de afirmações que realcem a sua forma de gerir conforme os interesses constitucionais e do povo, que espera um governo cujas decisões possam beneficiar o bem-comum independentemente de classe social ou de qualquer ideologia.

O *ethos* de virtude é verificado em recursos lexicais e fraseológicos constitutivos de um campo semântico que designa a fidelidade do orador à lei em relação à condução de seu governo, como se nota em “primeiro *súdito* da lei” e “mandatário *fiel* da nação”. Essa fidelidade,

traço característico da virtude, é percebida ainda na seguinte construção: “[da lei] *jamaís me afastarei, mas serei inflexível*”.

O discurso de Hermes da Fonseca investe-se também de pautas políticas e econômicas, característica retórica validada pela própria cena genérica do discurso de posse, que legitima este tipo de projeção.

No trecho a seguir, por exemplo, o presidente projeta um *ethos* de chefe pela figura de comandante.

Na medida dos recursos financeiros da República, cumpre persistir no **aparelhamento da nossa marinha**, não só pela inteira execução do plano adotado, como pelo **preparo intensivo do pessoal incumbido** [...]. No que diz respeito às forças de terra, estou ainda convencido de que, executado integralmente o plano de organização delineado na última reforma, poderemos preparar, em pouco tempo, um **exército em condições de enfrentar com o mais forte e mais disciplinado adversário** (HF1910.4. Grifos nossos).

O *ethos* de chefe é constituído porque o orador propõe medidas para favorecer as forças armadas, que devem estar preparadas para defender a integridade do povo e da nação, mostrando-se como “senhor da guerra”, como aquele que está preparado para um eventual combate, mesmo em tempos de paz. A construção desse *ethos* ratifica a confiança da instância cidadã, assegurando a sua segurança, além de ser uma forma do presidente identificar-se com o setor militar, de que este será valorizado e aprimorado, numa referência ao que foi o sistema político da primeira fase da República (República da Espada), predominantemente conduzida por militares.

Percebe-se a influência da posição à direita do espectro político-ideológico na constituição desse *ethos* porque o presidente cria um projeto voltado especificamente para modernizar e favorecer as forças militares, “na medida dos recursos financeiros da República”, priorizando o aparelhamento e o preparo massivo da marinha e do exército.

A construção do *ethos* é acentuada ainda na seleção lexical que faz menção ao campo semântico das forças armadas, como “aparelhamento da nossa *marinha*” e “um *exército* em condições de enfrentar”, além de expressões que reforçam a preparação e o poderio militar de seu governo, como em “*preparo* intensivo de pessoal incumbido” e “*enfrentar* o mais forte e disciplinado *adversário*”.

No excerto a seguir, o orador mais uma vez projeta de si uma imagem de virtude.

De acordo com as idéias expendidas no **meu manifesto eleitoral** de 26 de dezembro de 1909, cujos dizeres ratifico, **empregarei todo o meu esforço na satisfação dos múltiplos serviços de que depende o bem geral do país**, no ponto de vista moral e

material. Dentre todos esses serviços sobressaem, na **ordem moral e política**, os que dizem **respeito à justiça e à difusão do ensino** (HF1910.5. Grifos nossos).

Esse *ethos* é constituído porque o político pauta as suas propostas conforme o seu “manifesto eleitoral”, mostrando um alinhamento entre o que pensa e como age. Hermes da Fonseca destaca, entre os múltiplos serviços, aqueles que dizem respeito à justiça e à difusão do ensino. Em relação à justiça, ele defende uma reforma no direito civil, para ser compatível com as necessidades sociais da população. No que tange ao ensino, há a preocupação com a reorganização curricular, que deve formar cidadãos aptos a todas as exigências da vida social.

A imagem de virtude é verificada nos recursos fraseológicos e lexicais que remetem à orientação política baseada em ideias previamente concebidas, como em “*ideias do manifesto*”, “*ratifico*”, “*empregarei todo meu esforço*”.

É necessário destacar que virtude é construída a partir de duas condições, em momentos distintos de seu pronunciamento: i) no início, com o fito de mitigar rumores e receios quanto à ruptura com a estrutura política hegemônica, o orador desvela estar motivado por um ideal coletivo, no sentido de pautar seus esforços para concretização de serviços que beneficiem o “bem geral do país”; ii) a fim de listar as propostas de gestão, o orador age inspirado nas ideias contidas em seu manifesto eleitoral, que é basilar em todo o seu governo, demonstrando que segue a mesma linha de pensamento e de ação.

Nesse discurso, a imagem de solidariedade também é projetada, especificamente quando o político demonstra estar atento às necessidades e aos sofrimentos dos outros, principalmente dos menos privilegiados na sociedade. É o que se vê no fragmento a seguir:

Não escaparão ao meu vigilante esforço os múltiplos problemas referentes à assistência nas suas variadas modalidades, especialmente a que diz respeito aos que enlouquecem, para os quais é de grande vantagem a criação de colônias agrícolas onde, aliando ao trabalho ao máximo de liberdade, se alcançam resultados surpreendentes quanto ao restabelecimento dos enfermos, e com muito menor sacrifício dos dinheiros públicos (HF1910.6. Grifos nossos).

Nesse caso, o presidente mostra-se “solidário” ao declarar que dedicará atenção e esforço aos “múltiplos problemas referentes à assistência nas suas variadas modalidades”, entre os quais está o restabelecimento dos enfermos, especialmente dos loucos, por meio da criação de colônias agrícolas. Essa imagem é manifestada pela referência à atenção do político às necessidades e aos sofrimentos dos outros. Para Hermes da Fonseca, o meio de trabalho agrícola é um modo que exige menor sacrifício do dinheiro público para tratar os doentes e os loucos de maneira eficiente, terapêutica e saudável.

Convém destacar que o orador incentiva a promoção de um assistencialismo social em seu governo, embora seja membro de um partido de direita, cujo programa de formação incide sobre a limitação de gastos financeiros com serviços sociais, mas também sobre o desenvolvimento de escolas agrícolas. Percebe-se, assim, que ele busca articular uma demanda social da população com a defesa de um princípio do espectro político-ideológico no qual ele se posiciona.

Como indício linguístico da imagem de solidariedade, tem-se a frase “*não escaparão ao meu vigilante esforço os múltiplos problemas referentes à assistência nas suas variadas modalidades, especialmente a que diz respeito aos que enlouquecem*”, que reforça a ideia de que o político se projeta como uma pessoa atenta às necessidades e aos sofrimentos dos que mais sofrem.

No entanto, é preciso salientar que essa “solidariedade”, na realidade, pode ser entendida um pensamento que segregava, no sentido de que se institucionalizava a criação de verdadeiros “sanatórios” a céu aberto: ocorre higienização nos centros urbanos, que se veem livres não só de dementes, mas de outras minorias indesejadas, provavelmente negros, indígenas, migrantes, homossexuais, mulheres sãs na qualidade de viúvas e até mesmo esposas etc., os quais são transformados em força de trabalho. Essa realidade era permitida e talvez naturalizada, no contexto da época, em que o assistencialismo social é um eufemismo que certamente era normalizado pela elite daquela sociedade. Ademais, o presidente constrói a “solidariedade” pensando no menor custo benefício financeiro, talvez para reafirmar a identidade nacional da perfeição e da soberania. Hoje uma proposição desse tipo, travestidamente solidária, seria um ataque aos direitos fundamentais relativos à dignidade humana, principalmente daqueles que são historicamente oprimidos.

No Quadro 04, a seguir, tem-se uma síntese das imagens projetadas por Hermes da Fonseca, em seu discurso de posse.

Quadro 04 – Síntese dos *ethé* construídos no discurso de Hermes da Fonseca

<i>Ethos</i> construído	Intuito do orador/ intuito argumentativo
Caráter	Mostrar-se “digno de voto” e comprometido em garantir os direitos e a soberania do povo receoso quanto à ‘ruptura’ política do governo oligárquico.
Chefe	Atenuar receios quanto à ‘ruptura’ de governos oligárquicos; Estabelecer identificação e aliança com as forças armadas; Ratificar a confiança da instância cidadã assegurando a sua integridade e segurança.
Virtude	Atenuar receios quanto a ruptura de governos oligárquicos; Garantir ações constitucional e legalmente pautadas; Ratificar as ideias do manifesto eleitoral em prol do bem coletivo.
Solidariedade	Justificar higienização social e criação de força de trabalho agrícola.

Fonte: elaboração nossa.

4.2 Construção do *ethos* no discurso de Getúlio Vargas (1930)

O discurso de posse presidencial de Getúlio Vargas foi proferido em um momento político agitado, ocasionado pelo movimento que destituiu o então presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, em 1930. Em meio a pressão de manifestações populares e de movimentos militares, a Junta Militar, que assumira provisoriamente o governo, foi obrigada a entregar a presidência a Vargas, rompendo com a democracia republicana. Diante dos problemas e das crises que o Brasil enfrentava em vários setores políticos e econômicos, principalmente porque houve a reestruturação política do revezamento entre paulistas e mineiros na presidência da República a partir de 1914, Vargas se apresenta como revolucionário nacionalista que vai reconduzir o povo para sua verdadeira liberdade.

Essas condições sociopolíticas são determinantes para a construção de uma cenografia que apela a um discurso de justificação, por meio do qual Vargas busca legitimar a Revolução de 1930, enfatizando a sua causa e efeito para mudar a estrutura política da Primeira República, adequando-a à vontade do povo e justificando-a como forma de defender seus princípios político-ideológicos (coincidentes ou não com o programa da Aliança Liberal) e propor medidas para a reconstrução do Brasil.

No trecho abaixo, o orador relaciona o movimento revolucionário à “afirmação mais positiva” da nacionalidade, “expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro”.

O **movimento revolucionário** [...] foi a **afirmação mais positiva**, que até hoje tivemos, da nossa existência, como **nacionalidade**. Em toda nossa historia política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a **expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro**, afinal senhor de seus destinos e supremo arbitro de suas finalidades coletivas. [...] Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: — a **construção de uma Pátria nova**, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos (GV1930.1. Grifos nossos).

A imagem que se constrói é a de chefe, a partir da figura de chefe-soberano, haja vista que o político, líder do movimento que realizou a “vontade do povo brasileiro”, procura identificar-se com a instância cidadã assumindo uma posição de fiador de valores pautados no respeito à identidade nacional e à soberania do povo e almejando a construção de uma “Pátria nova”.

Destaque-se que ele constrói esse *ethos* como uma forma de catalisar a “unidade da nação”, quando na verdade sua ascensão ao poder foi fruto de um movimento antidemocrático. Discursivamente, Vargas cria uma realidade oposta à prática, e a imagem de chefe, daquele que respeita a vontade do povo, e que unificaria um país fragmentado, foi uma escolha eficaz (tanto que até hoje ele é lembrado como “pai dos pobres”).

Aqui, o *ethos* de chefe é veiculado por uma representação positiva para o que ele chama de “*movimento revolucionário*”, ao mesmo tempo em que produz um efeito de respeito à identidade nacional e à soberania do povo, como se percebe em “*a afirmação mais positiva da nossa existência*” e “*a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro*”.

No excerto a seguir, Vargas afirma que a liberdade do povo brasileiro só poderia ser restituída pela luta armada, isto é, através do golpe. Nesse caso, ele atenua a impropriedade democrática do movimento ressaltando a sua “necessidade”: “restituir a liberdade ao povo”, livrar a pátria da “camarilha que a explorava”, “abater a hipocrisia, a farsa e o embuste”, e “substituir o regime de ficção democrática”.

[...] só pelas armas seria possível **restituir a liberdade ao povo brasileiro**, **sanear o ambiente moral da Pátria**, livrando-a da camarilha que a explorava, **arrancar a mascara de legalidade** com que se rotulavam os maiores atentados á lei e á justiça - **abater a hipocrisia, a farça e o embuste**; [...] a convicção de que urgia **substituir o regime de ficção democrática**, em que vivíamos por outro de realidade e confiança (GV1930.2. Grifos nossos).

O *ethos* de chefe é construído pela crítica ao outro, tendo em vista que o orador rebaixa a instância política que o precedeu, por meio de expressões depreciativas como “camarilha que explorava”, “máscara da legalidade” e “regime de ficção democrática”, ao mesmo tempo em que se mostra como presidente que vai substituir esse regime político saturado, fragmentado, fictício por outro de “realidade e confiança”, mediante uma listagem de verbos que indicam processos de mudança: “*restituir* a liberdade do povo”, “*sanear* o ambiente moral da pátria”, “*livrar* [a pátria] da camarilha exploradora”, “*arrancar* a máscara da ilegalidade”, “*abater* a hipocrisia, a farsa e o embuste” e “*substituir* o regime de ficção democrática”.

Na verdade, essa é uma maneira de mostrar que não só os governantes, mas o regime anterior não estava “à altura” de dirigir a nação, o que justificaria a necessidade de mudança abrupta possível somente “pelas armas”. A projeção dessa imagem é uma estratégia discursiva que serve também para mostrar o presidente como fiador de valores nacionalistas: nesse caso, a liberdade do povo e a “democracia”.

Em outro momento de sua fala, o presidente continua a enfatizar a importância do que ele denomina de “movimento eminentemente nacional”.

Realizamos, pois, um **movimento eminentemente nacional**. Essa, a nossa **maior satisfação**, a nossa **maior glória** e a **base invulnerável** sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da revolução brasileira. [...] Para não defraudarmos a **expectativa alentadora do povo brasileiro**, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar á altura da missão que nos foi por ele confiada. Ela é de **iniludível responsabilidade** (GV1930.3. Grifos nossos).

Aqui, Vargas projeta de si um *ethos* de virtude, ao afirmar que o nacionalismo é a base invulnerável e “iniludível” sobre a qual seu projeto político está assentado para efetivar os objetivos da “revolução brasileira”. Nesse sentido, subentende-se que seu governo seguirá a mesma linha de pensamento (pautada nos princípios que o fizeram ascender à presidência) e de ação inspirada num ideal nacionalista, para que o povo continue a dar seu “apoio e colaboração”. Para além disso, o político demonstra uma congruência no que pensa e como age, para que o movimento do qual é líder tenha legitimidade e credibilidade.

Ademais, a imagem de virtude é projetada mais com a finalidade de reafirmar o “nacionalismo” (mais moralmente elevado, glorioso) implicado na sua ascensão ao governo, do que uma forma de afiliação às bases constitucionais e democráticas que foram “desrespeitadas”. Percebe-se isso quando ele diz que sua ação deve ser voltada fundamentalmente para “não

defraudar a expectativa do povo brasileiro”, visto que essa máxima é de “iniludível responsabilidade”.

A partir do que está dito no trecho, podem-se destacar recursos fraseológicos e gramaticais associados ao campo semântico de um nacionalismo exacerbado que demarca o *ethos* de virtude mostrado. Por exemplo, a expressão “movimento eminentemente nacional” topicaliza a radicalização do nacionalismo do orador: para ele, o “movimento” é “maior satisfação”, “maior glória” e “base invulnerável”. Já a frase “*para que o povo continue a dar apoio, devemos estar à altura da missão que foi por ele confiada*” estabelece uma condição para essa atitude nacionalista de Vargas, que é legitimar a revolução, não constitucionalmente (porque seria contraditório), mas para a instância cidadã.

Outro *ethos* que é construído no discurso de Vargas é o de competência, como se vê na sequência.

No terreno financeiro e econômico ha toda uma ordem de providencias essenciais a executar, desde a restauração do credito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas ás suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal (GV1930.4. Grifos nossos).

A competência do orador é construída, fundamentalmente, porque ele cita duas providências essenciais a serem executadas no campo econômico: a “restauração do crédito público” e o “fortalecimento das fontes produtoras”. O *ethos* de competência é constituído em uma cenografia validada em discursos de posse que permite a proposição de projetos relacionados à economia que serão executados no decorrer de seu mandato presidencial.

Nessa cenografia particular, Vargas mostra que conhece as necessidades financeiras passíveis de solução, mas principalmente, que ele sabe agir de maneira eficaz diante das circunstâncias que se apresentam, seja para fomentar o desenvolvimento da economia, seja para que o povo o apoiasse em sua causa política, que o garantisse na manutenção no poder, ainda que de forma antidemocrática.

É preciso destacar também que o político se alinha ao espectro político-ideológico da direita, porque defende o ajuste fiscal e se opõe à carga tributária como meios para fortalecer as “fontes produtoras” e, conseqüentemente, para promover a reconstrução econômica do país.

A imagem de competente é veiculada, nesse excerto, por recursos léxico-gramaticais que constroem o campo semântico pelo qual se pressupõe que o orador possui o conhecimento das especificidades econômicas do universo político no qual atua, e que sabe quais são os procedimentos para executar ações relacionadas à economia, como se percebe em

“no terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras”.

Outrossim, Vargas dedica uma parte de sua fala para listar as ideias “mais oportunas e de imediata utilidade” que compõem o seu programa de reconstrução nacional.

Resumindo as idéas centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: [...] **remodelação do Exército e da Armada**, de acôrdo com as necessidades da defesa nacional; [...] **manter uma administração de rigorosa economia**, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentarios reais; [...] **instituir o Ministério do Trabalho**, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural (GV1930.5. Grifos nossos).

Ao descrever o seu projeto político em ações concretas, o orador constrói de si uma imagem de competência, porque ele demonstra que conhece as estratégias políticas para alcançar seu principal objetivo: a reconstrução nacional.

Algumas dessas diligências, como a “remodelação do exército e da armada” e a “redução de despesas improdutivas e suntuárias” são congruentes com o seu posicionamento à direita no espectro político-ideológico. Porém, a valorização da classe trabalhadora urbana e rural pela criação do “Ministério do Trabalho” é uma atitude política característica de partidários de esquerda.

Esse entrelaçamento de ideias da direita e da esquerda é um recurso discursivo utilizado provavelmente para agradar a instância cidadã, especialmente após um golpe de estado. Nota-se, aqui, uma construção interdiscursiva determinada pelas formações ideológicas que subjazem aos princípios de ambos espectros. Essa é uma estratégia de credibilidade, pois Vargas atende a condição de eficácia, mostrando que tem os meios necessários para cumprir o que promete, levando em consideração aquilo que o povo espera de seu governo.

Nesse excerto, há recursos léxico-gramaticais pelos quais o orador mais uma vez descreve as ações concretas que propiciam a reconstrução nacional almejada. Por essa razão, cada proposta inicia-se com um verbo no infinitivo: “*remodelar* o Exército”, “*manter* uma administração de rigorosa economia”, “*instituir* o Ministério do Trabalho”.

De maneira geral, percebe-se que os *ethé*, no discurso de Vargas, são construídos de acordo com a seguinte sequência lógico-argumentativa: inicialmente ele assevera que a instância adversária foi incapaz de exercer suas funções políticas, o que justificaria a necessidade de derrubá-la pelos meios antidemocrático e armado (chamou-se de chefe); ele procura argumentar que vai manter-se fiel aos princípios nacionalistas (maior que a legalidade

constitucional) que defende para o bem maior da nação, respeitando a liberdade e a soberania do povo (chamou-se de virtuoso); por fim, ele reforça sua competência para gerir a nação (chamou-se de competente).

O Quadro 05 apresenta resumidamente as construções das imagens de si nesse discurso.

Quadro 05 – Síntese dos *ethé* construídos no discurso de Getúlio Vargas

<i>Ethos</i> construído	Intuito do orador/ intuito argumentativo
Chefe	Criar efeito de unificação de um povo após ruptura democrática.
Virtude	Justificar ruptura democrática por afiliação a um “bem” mais elevado que a constituição derrubada: o nacionalismo.
Competência	Demonstrar aptidão na condução de ações que visam a reconstrução nacional.

Fonte: elaboração nossa.

4.3 Construção do *ethos* no discurso de Juscelino Kubitschek (1956)

A eleição de JK representou um reordenamento da conturbada sucessão presidencial, após o suicídio de Vargas em 1954, além de ter sido marcada por circunstâncias políticas problemáticas, principalmente porque conspiradores da oposição queriam impedir a sua posse. JK assumiu um governo cujo setor econômico estava em crise, ocasionada principalmente pela elevação da inflação, derivada do aumento das divisas geradas pelos altos preços do café no mercado internacional, do endividamento com as importações e da ineficácia de planos econômicos de estabilização inflacionária em gestões predecessoras.

Por essa razão, JK buscou estabilizar a economia e combater a inflação através de um projeto nacional-desenvolvimentista e do Plano de Metas, que, embora tenha se traduzido em crescimento da indústria multinacional no país, do PIB nacional, do transporte, da energia, da infraestrutura, agravou a crise política e econômica decorrente de empréstimos junto ao FMI. Na verdade, tais projetos causaram a dependência externa da economia brasileira, o aumento da inflação e o desequilíbrio financeiro no governo de JK.

Ressalte-se que essa situação política instaura uma cenografia orientada tanto para o agradecimento do orador em relação aos membros do Tribunal Superior Eleitoral, porque conduziram o processo de posse de JK dentro da lei; quanto para o reconhecimento da

instabilidade político-econômica advinda de gestões anteriores, a qual requer maior responsabilidade e consciência nas tomadas de decisões, mas que sejam pautadas fundamentalmente nas leis, na Constituição, e na garantia da democracia e da soberania do povo.

No excerto abaixo, o presidente projeta de si o *ethos* de caráter.

Recebendo [...] os diplomas de Presidente e Vice-Presidente da República, experimentamos uma **sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade**. O júbilo vem de ter tido desenvolvimento pacífico e legal a crise brasileira; quanto à temerosa responsabilidade, estão na **consciência de todos os inúmeros problemas que tem de enfrentar quem vai governar este país** (JK1956.1. Grifos nossos).

JK descreve o seu sentimento paradoxal “ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade”, por receber o diploma de presidente da República. O sentimento de júbilo resulta do “desenvolvimento pacífico e legal da crise brasileira”, relacionada às tentativas da oposição de impedir a posse presidencial de JK, inibidas legalmente pelo Congresso Nacional, sem a necessidade de conflitos armados. Já a sensação de “terrível responsabilidade” diz respeito aos vários problemas políticos e econômicos advindos da instância política anterior, cuja solução passa a ser de responsabilidade do orador.

Assim, o *ethos* de caráter é construído porque o orador não só reconhece que existem “inúmeros problemas” a serem gerenciados em seu mandato, mas demonstra confiança para enfrentá-los, mesmo em circunstâncias desfavoráveis decorrentes de acontecimentos políticos que precedem a sua gestão.

A imagem de caráter é verificada em recursos lexicais alinhados ao campo semântico pelo qual o orador mostra-se consciente das responsabilidades de seu governo e dos problemas que vai enfrentar, como se percebe no uso dos termos “*terrível*”, “*temerosa*”, “*responsabilidade*”, “*crise*”, “*problemas*”, que reforçam o tom de consciência do orador em relação ao contexto político desfavorável no qual vai iniciar seu mandato presidencial.

Como forma de reafirmar a sua determinação na busca de resolver os problemas da nação, JK projeta novamente um *ethos* de caráter, como se vê no trecho a seguir.

E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o **nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvêlo, de cuidado e de trabalho**. Sentimo-nos mais do que nunca animados do **ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira** (JK1956.2. Grifos nossos).

O presidente constrói de si essa imagem a partir da figura de firmeza porque quer reunir “todos os homens de boa vontade” e “todos aqueles que colocam alto o interesse da pátria”. Essa imagem ressalta o tom de reivindicação do orador como uma forma de articular a instância cidadã e a instância política, em prol de um interesse comum: “trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira”.

Outrossim, à revelia do contexto desfavorável já apresentado, esse *ethos* é constituído na medida em que orador demonstra ânimo e determinação para alcançar tal finalidade, sinal representativo da força e do poder da nacionalidade brasileira.

A projeção do *ethos* de caráter é evidenciada por recursos lexicais e fraseológicos relacionados ao campo semântico que exprime a reivindicação e determinação de ação daqueles que compõem as instâncias política e cidadã. No trecho destacado, destacamos o emprego de “oportunidade”, “obra afirmativa da força”, “poder criador”, “desvelo”, “cuidado”, “trabalho”, “animados”, “paz”, mediante os quais se percebe o intuito de JK em construir figuras de força tranquila, controle de si e de coragem necessárias à projeção do *ethos* de caráter.

Na sequência, tem-se um excerto em que é constituída a imagem de virtude.

Sentimo-nos confortados e tranqüilos com a nossa consciência, [...] não por nos vermos alçados agora à posição de chefe de Governo, mas por têmos sido, em toda a campanha [...] **defensores da lei, homens que não deixaram de confiar um só instante nas leis de seu país.** [...] Nesta hora solene, queremos reafirmar que pretendemos construir tôda a nossa autoridade na **obediência à lei** e a nada mais aspiramos. **Da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto. Tôda nossa segurança virá sempre da lei** (JK1956.3. Grifos nossos).

O presidente ressalta seu comportamento voltado para a obediência da lei, durante a sua campanha eleitoral, para projetar de si uma imagem de defensor das leis de seu país. A lei, nesse sentido, é o princípio excelso, nem discutível nem negociável, que sempre orientou as suas ações e que sempre esteve na base de seu projeto político, razão pela qual o *ethos* de virtude é projetado.

É inquestionável que qualquer político virtuoso volte suas ações considerando a total observância da lei em qualquer mandato político. Mas, no caso de JK, essa construção foi necessária para que não se criassem dúvidas sobre a sua conduta política, de presidente que respeita os princípios constitucionais e democráticos, que age em conformidade plena com as leis que garantem a legalidade das ações políticas.

A imagem de virtude é constituída não somente como uma forma de assegurar uma gestão constitucionalmente orientada, como também serve para atenuar o cenário de

insegurança democrática oriundo da possibilidade de tentativas de golpes contra o presidente eleito – como efetivamente ocorreu em outros períodos da história do Brasil; e da instabilidade político-econômica, decorrente de gestões anteriores.

Como indícios linguísticos do *ethos* de virtude, tem-se recursos fraseológicos alinhados ao campo semântico que evidencia a convicção política do orador em agir inspirado no princípio que sempre o guiou, qual seja, a obediência às leis, como se nota em “*defensores da lei*”, “*da lei não nos afastaremos*”, e “*a nossa segurança virá sempre da lei*”.

Para além de uma gestão legalmente orientada, JK defende, em seu discurso, os valores democráticos e a soberania do povo, como se lê no excerto abaixo.

Não é apenas a nós [...] a quem consagram Vossas Excelência supremos magistrados da República Brasileira; **o que se consagra aqui, também e muito mais, é a vontade popular, fonte de toda a autoridade nas democracias. O que proclama este Tribunal é a submissão à vontade do povo; o que defende o ato de hoje é a confiança e a esperança popular na lei** (JK1956.4. Grifos nossos).

O orador constrói de si uma imagem de chefe pela figura de chefe-soberano, ao reconhecer que a sua eleição representou, na verdade, a consagração da vontade e soberania popular, “fonte de toda a autoridade nas democracias”.

Nesse sentido, ele procura assumir uma posição de fiador dos valores democráticos até o ponto de encarnar-se neles, fazendo-se submisso à vontade do povo, inclusive. Por essa razão, o presidente busca a identificação da instância cidadã pela garantia da continuidade dos valores democráticos que o levaram ao poder, em detrimento de uma imagem que o mostrasse como “anticonstitucional”.

A imagem de chefe é veiculada por recursos fraseológicos alinhados a um campo semântico referente à defesa de princípios e valores pautados no respeito à soberania e à vontade do povo, como se nota em “*vontade popular*”, “*democracias*”, “*vontade do povo*”, “*a confiança e a esperança popular na lei*”.

Como já apresentado, as condições de produção do discurso de JK determinam a cenografia do discurso baseada na felicitação por sua posse, na exaltação aos magistrados do TSE que impediram as ações conspiratórias da oposição, e no reforço à sua conduta fundamentada nas leis, na Constituição e nos princípios democráticos. Em razão disso, é inexistente a referência a ideias que refletem o posicionamento do presidente no espectro político-ideológico, fato que possibilita a construção de um discurso aparentemente neutro e superficial. Essa ausência de alinhamento provavelmente não seria tolerada em um

representante de esquerda ou de direita, tendo em vista que a proeminência dicotômica é sempre subjacente na construção de seus discursos.

Na sequência, reunimos os *ethé* construídos no discurso de JK no Quadro 06.

Quadro 06 – Síntese dos *ethé* construídos no discurso de Juscelino Kubitschek

<i>Ethos</i> construído	Intuito do orador/ intuito argumentativo
Caráter	Reconhecer e gerenciar os problemas advindos de governos anteriores; Reivindicar às instâncias política e cidadã uma determinação na busca em resolver os problemas da nação.
Virtude	Assegurar uma gestão constitucional e legalmente orientada.
Chefe	Garantir os valores democráticos que o levaram ao poder.

Fonte: elaboração nossa.

4.4 Construção do *ethos* no discurso de Emílio Garrastazu Médici (1969)

A posse presidencial de Médici foi uma formalização oficial da escolha do “Comando Supremo” das Forças Armadas para manutenção dos militares à frente do governo federal, tendo em vista a continuação do golpe político-militar instaurado em 1964, histórica e politicamente controverso. Desde seu início, tal período foi marcado mais pela repressão, pela censura aos meios de comunicação, por perseguições e torturas a pessoas contrárias a esse sistema, do que pela pretensão de reinstaurar a ordem social, retomar o crescimento econômico, conter o avanço do comunismo e da corrupção, principais razões que o justificaram.

Embora a imagem histórica que se tenha do Brasil, no regime militar, seja a de “país retrógrado e opressor”, o controle massivo dos discursos das mídias na época ajudaram a forjar uma nação democrática, à revelia do recrudescimento de atos políticos antidemocráticos. Essa nação foi construída também por discursos políticos que legitimaram a necessidade de uma mudança política para garantir a ordem social.

Essas circunstâncias condicionam a cenografia pela qual o orador justifica a continuidade do Regime Militar: defesa da ordem social, renovação da nação e da democracia. Note-se ainda o tom religioso e disciplinar de Médici, pela repetição ao “credo” e a estrutura sintáticas como “homem do campo”, “homem de família”, “homem do povo”, “homem da lei”, “homem de fé”, “homem da revolução”, “homem sem fronteiras” etc., que dá ao seu discurso

um caráter, ao mesmo tempo, messiânico e autoritário. Nesse sentido, o orador se coloca como a única alternativa para solucionar os problemas do país (“sou a oferta e a aceitação”), restando à população apenas aceitar e submeter-se ao seu julgo; ele busca também identificar-se com o povo, dar credibilidade ao regime militar e fundamentar suas ações políticas.

No trecho a seguir, o político militar constrói de si um *ethos* de competência.

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que **tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação.** [...] E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz levando ao campo a **escola adequada**; ali plantando a **assistência médica** e a **previdência rural**, a **mecanização**, o **crédito** e a **semente**, o **fertilizante** e o corretivo, a pesquisa genética e a **perspectiva de comercialização** (EGM1969.1. Grifos nossos).

O presidente se considera “homem do campo” porque tem como intuito levar a escola adequada ao campo; implementar assistência médica, previdência rural, mecanização; fornecer crédito, semente, fertilizante; auxiliar com pesquisa genética e perspectiva de comercialização. A partir dessas medidas concretas para promover uma “revolução” no setor primário, o orador mostra-se como pessoa preocupada com as necessidades (alimentação, abastecimento) da população rural, na tentativa de integrá-la ao processo de desenvolvimento nacional.

Essa estratégia discursiva auxilia na projeção de uma imagem de competência, tendo em vista que se presta também como uma forma do político demonstrar que possui os meios necessários para realizar e alcançar os objetivos que devem beneficiar a coletividade rural; que conhece as estratégias e práticas indissociáveis da vida política; e que sabe como agir diante das circunstâncias que se apresentam diante de si e de seu governo.

A imagem de competência é mostrada por recursos fraseológicos e lexicais relativos ao campo semântico pelo qual o orador ressalta sua linha de ação política visando o desenvolvimento nacional associado principalmente ao setor primário da agricultura, pressuposto em “*desenvolvimento nacional*”, “*escola adequada*”, “*previdência rural*”, “*mecanização*”, “*semente*”, “*fertilizante*”, “*perspectiva de comercialização*”.

No fragmento abaixo, é constituído um *ethos* de caráter pela figura da força tranquila.

Homem de meu tempo, tenho pressa. [...] Sei que nos últimos anos avançamos no fortalecimento das instituições econômicas, edificando, não só a estrutura, mas a mentalidade de planejamento, programação e orçamentação. Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e esse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam,

que **urge acelerar o processo**; [...] **penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer** (EGM1969.2. Grifos nossos).

O político faz referência à metodologia implantada nos governos militares anteriores, a qual ocasionou avanços em instituições econômicas, não apenas na estrutura, mas principalmente na “mentalidade de planejamento, programação e orçamentação”. Ainda assim, ele argumenta a favor da aceleração do processo de crescimento pensando na posteridade, “no século que vai nascer”.

Médici projeta de si uma imagem de caráter ao mostrar-se preocupado e confiante em criar projetos políticos pensando na geração futura. Outrossim, ele demonstra uma força protetora em relação à instância cidadã. O *ethos* de caráter é evidenciado por recursos gramaticais que remetem ao campo semântico pelo qual o político projeta o futuro, subentendido nas frases “*acelerar o processo de crescimento*”, “*penso nas vidas que virão*”, “*penso nas dores futuras*”, “*penso no século que vai nascer*”. Saliente-se que a repetição do verbo “*pensar*”, na primeira pessoa, é um indício que designa a preocupação e a força protetora de Médici em relação à população futura.

No exemplo a seguir, a imagem de virtude é constituída.

Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no **ímpeto renovador e inovador de seus ideais**. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. [...] **Homem da lei e do regulamento, creio no primado do Direito**. E, porque homem da lei, é que **pretendo velar pela ordem jurídica** (EGM1969.3. Grifos nossos).

Nesse trecho, pode-se perceber que o político tem a revolução militar como “incontestável”, razão pela qual acredita no “ímpeto renovador e inovador de seus ideais”. Essa é uma amostra de que a ação política do presidente tem como inspiração os princípios e valores defendidos pelas forças armadas e militares, já que é um “Homem da Revolução”.

O político, ao demonstrar que a sua ação política tem congruência com a linha de pensamento que defende, tem o intuito de ressaltar a importância da intervenção militar na estrutura política. Por exemplo, quando ele diz que pretende “velar pela ordem jurídica”, quer-se atenuar a ruptura democrática, bem como justificar o principal motivo da continuidade de militares no governo: a restauração/renovação da ordem social.

O *ethos* de virtude é veiculado por recursos lexicais e fraseológicos que aludem ao campo semântico da disciplina, tais como “*lei*”, “*regulamento*”, “*primado do Direito*” e “*ordem jurídica*” reforçam efeito de legalidade atribuído ao golpe, assim como a imagem de virtude aos ideais que estimularam a intervenção militar.

Em relação ao *ethos* de chefe, vemos a sua construção, na sequência, a partir da figura de chefe-soberano.

Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (EGM1969.4. Grifos nossos).

Essa imagem é projetada na medida em que Médici assume uma posição de fiador da “plenitude do regime democrático”, principal “aspiração nacional”, fazendo referência aos valores que defende e que são integrantes de seu projeto político: o respeito aos princípios democráticos e à soberania do povo. Em decorrência disso, ele afirma que é necessário “consolidar e dignificar o sistema representativo”, de modo que sejam respeitadas a “pluralidade dos partidos” e a “garantia dos direitos fundamentais do homem”.

No trecho acima, o orador ressalta a revogação do AI-2, que havia promulgado a extinção do pluripartidarismo e a implantação do bipartidarismo, ainda que o poder tenha continuado com os militares até 1985. Na verdade, Médici constrói uma aparência democrática para identificar-se com o povo e atender aos interesses do golpe, tendo em vista que, na prática, o seu governo coibiu massivamente a representação política através da pluralidade de partidos. Percebe-se aqui que o *ethos* é uma construção para causar boa impressão daquele que fala, “pouco importando, no entanto, a sua sinceridade” (BARTHES, 1985, p. 119).

A imagem de chefe, conjuntamente à construção do *ethos* de virtude, é verificada ainda em recursos fraseológicos que evidenciam o campo semântico pelo qual se enfatiza a defesa de valores considerados, pelo orador, como fundamentais para a consolidação política do país, valores esses que respeitem a democracia e a soberania do povo, como se nota em “*regime democrático*”, “*aspiração nacional*”, “*consolidar e dignificar o sistema representativo*”, “*garantia dos direitos*”.

Na sequência, tem-se o excerto no qual o político militar constrói de si um *ethos* de chefe com base na figura de guia-profeta.

E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus, [...] creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos, [...] creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente. E, porque o creio, e porque o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, **sou oferta e aceitação**. [...] E, **com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio** (EGM1969.5. Grifos nossos).

Essa imagem é constituída porque o orador se projeta como o “ungido”, isto é, o depositário de uma fonte de inspiração divina, já que, “homem de fé”, ele é “oferta e aceitação”, cuja missão, “com a ajuda de Deus e dos homens”, seria encarnar os valores e crenças partilhadas no espaço social onde está inserida a instância cidadã.

O *ethos* de guia-profeta é determinado também pelo posicionamento de Médici à direita no espectro político-ideológico, cuja intenção consiste em atender aos apelos fortemente assentados na religiosidade, na moral e na integridade da família tradicionalista brasileira. Justamente porque a “religião está à direita” (BOBBIO, 1995, p. 77), o orador e todos os outros presidentes militares, ao assumirem o poder, reafirmam a importância de conceitos como família, religião e moral – em um viés mais cristão tradicional. Para Fleck (2006) a religião, no Regime Militar, é entendida não só como uma das “armas” contra a possível intervenção comunista no Brasil (ateísta, esquerdista), mas representa o progresso moral e patriótico do país, o que reforça a “legitimidade” do golpe militar.

Esse *ethos* é evidenciado nos recursos fraseológicos e lexicais que constroem um campo semântico pautado na religiosidade do orador, como se percebe em “*fé*”, “*bênçãos de Deus*”, “*creio nos milagres*”, “*missão*”, “*ajuda de Deus*”. A repetição ao verbo “*crer*”, na primeira pessoa do singular, também é indício da religiosidade, já que caracteriza a fala do orador como uma oração.

Na sequência, tem-se uma síntese das imagens projetadas pelo presidente.

Quadro 07 – Síntese dos *ethé* construídos no discurso de Garrastazu Médici

<i>Ethos</i> construído	Intuito do orador/ intuito argumentativo
Competência	Assegurar autoridade no gerenciamento das ações para desenvolvimento nacional.
Caráter	Conclamar instituições que compõem o espaço sociopolítico para promover renovação e inovação; Acelerar do processo de crescimento pensando na posteridade.
Virtude	Ressaltar a importância da intervenção militar
Chefe	Revestir o regime militar de aparente democracia; Identificar-se com valores e crenças religiosas tradicionais.

Fonte: elaboração nossa.

4.5 Construção do *ethos* no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva (2007)

O primeiro mandato presidencial de Lula, de modo geral, teve como eixo estratégico primordial o enfrentamento da pobreza e da desigualdade, bem como a promoção da melhoria das condições de vida dos brasileiros. No que diz respeito à economia, houve a estabilização da inflação, a redução da dívida pública, a expansão do crédito ao consumidor e às empresas, a realização de investimentos, a geração de empregos. Além disso, entre outras ações, destacam-se a expansão do mercado de trabalho formal, o aumento da renda do trabalhador brasileiro, a inovação na indústria brasileira, o desenvolvimento social articulado com a retomada do desenvolvimento econômico na condução das políticas públicas, e a ampliação do mercado de bens de consumo de massa.

Em seu discurso de posse do segundo mandato presidencial, percebe-se que essas condições influenciam na construção de uma cenografia pela qual Lula faz uma autorreflexão política e um balanço de sua gestão anterior, listando o que mudou, o que permaneceu igual e o que ainda precisa melhorar na sua segunda gestão, apelando à memória da instância cidadã, para acentuar os motivos que credenciaram a manutenção de seu partido no poder.

No exemplo abaixo, é constituído um *ethos* de competência.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente; [...] e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na **consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites**. Sou igual no **ímpeto** e na **coragem de fazer**. Sou diferente na **experiência acumulada na difícil arte de governar** (LILS2007.1. Grifos nossos).

Nota-se Lula constrói esse *ethos* com base na experiência política acumulada no seu primeiro ciclo presidencial: ele permanece “igual” no que diz respeito ao “compromisso com o povo e o país”, e no “ímpeto e coragem”; a “diferença” de sua identidade e de sua nova gestão incide na sua “consciência madura” e no “pleno conhecimento dos limites”.

Além disso, a competência do político é enfatizada porque ele demonstra ter um conhecimento profundo do campo político para exercer sua atividade; ele tem consciência do que pode e do que não pode fazer em seu governo, tendo em vista que possui uma experiência específica na “difícil arte de governar”. O *ethos* de competência é evidenciado nas estruturas frasais em que o orador ressalta, a partir da experiência em seu governo anterior, o que mudou e o que continua igual no seu modo de agir politicamente.

No excerto a seguir, Lula projeta de si um *ethos* de virtude, a partir da figura da lealdade.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram. Quero pedir-lhes, apenas, que olhem mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo. Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos (LILS2007.2. Grifos nossos).

Essa imagem é constituída porque o orador demonstra respeito à validade do julgamento da oposição, uma das instâncias integrantes no espaço de discussão e de debate políticos. Lula entende que a instância adversária não é uma inimiga a ser derrotada numa guerra político-ideológica, mas que pode, na medida do possível, estabelecer alianças em prol de uma finalidade maior do que as convicções e preferências políticas: estar a serviço das necessidades e desejos do povo, concentrando o debate nos grandes desafios colocados para o Brasil.

O *ethos* de virtude é verificado em recursos lexicais que remetem a um campo semântico no qual o político reconhece o dever da oposição, ao mesmo tempo em que procura estabelecer alianças para beneficiar a população, como em “*convicções*”, “*papel*”, “*une*”, “*debate*” e “*serviço*”.

Na sequência, o orador constrói de si um *ethos* de caráter a partir da figura de firmeza.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça. A reforma política deve ser prioritária no Brasil. Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir (LILS2007.3. Grifos nossos).

Lula projeta de si uma imagem de caráter porque reivindica ação efetiva não só de si, mas de todos que atuam, direta ou indiretamente, nas instâncias política e cidadã para a “promoção do bem comum e da justiça”; ele demonstra também uma determinação no sentido de procurar honrar seus compromissos políticos com a perspectiva “republicana”.

Possivelmente, o presidente destaca a reforma política como “prioritária no Brasil”, em decorrência do escândalo do “Mensalão⁵⁴”, um esquema de corrupção que marcou negativamente o seu primeiro mandato. Como uma forma de atenuar a sua imagem prejudicada e a de seu partido (PT), ele reafirma a sua conduta política baseada na “ética”, por meio das reformas que pretende concluir em seu novo mandato.

O verbo “*convidar*”, na primeira pessoa do singular, é um recurso lexical que evidencia o chamamento de “*todos os senhores*” para as tomadas de decisões; o verbo modalizador deôntico “*precisar*”, na primeira pessoa do plural, reforça o comprometimento do orador de articular as reformas; já comprometimento ético, assim como a determinação de Lula, é verificado nos seguintes recursos fraseológicos: “*compromissos éticos*” e “*urgente encaminhamento*”.

No discurso de Lula, a imagem de humanidade também é construída, conforme se lê no excerto a seguir.

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na **erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego**. É melhor na **distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia**. **Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais** (LILS2007.4. Grifos nossos).

O *ethos* de humanidade é identificado na medida em que Lula mostra-se sensível às injustiças que ainda existem no Brasil. Retomando a sua primeira gestão, ele afirma que pautou suas ações para melhorar as condições de vida das “camadas mais pobres”, mas que ainda é preciso “fazer muito mais”.

De fato, o combate à fome, à pobreza e à desigualdade tornou-se prioridade no governo de Lula, cuja atuação, na condução das políticas públicas, pautou-se na conciliação das dimensões econômica e social, somado a outros fatores como o crescimento da economia, a política do salário mínimo, a geração de empregos etc. Ademais, o lançamento e a reestruturação de vários programas, como o Fome Zero, o Bolsa Família, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), o Ministério da Assistência Social (MAS), entre outros, possibilitaram eliminar pela metade a proporção da população pobre no país⁵⁵.

⁵⁴ Para entender o Mensalão, recomendamos a leitura da matéria feita para o site “Politize!”, intitulada “O que aconteceu no escândalo do Mensalão?”, disponível em: <https://bit.ly/3gUEgEk>

⁵⁵ Essas informações foram retiradas de um documento oficial que registrou todas as ações de Lula, de 2003 a 2010, cujo material encontra-se disponível na *internet*, no seguinte endereço: www.balancodegoverno.presidencia.gov.br

Essa atitude política é característica de um partidário que defende os ideais da esquerda, detidamente a expansão de políticas e serviços sociais, através de políticas públicas voltadas para a garantia da seguridade social, de serviços sociais de saúde, de habitação, de educação, de infraestrutura urbana.

A imagem de humanidade é evidenciada nos recursos fraseológicos e lexicais que potencializam um campo semântico pelo qual o orador enfatiza a necessidade de voltar suas ações para combater todo tipo de exclusão e injustiça contra a camada desfavorecida social e economicamente, como se vê em “*erradicar a fome*”, “*diminuir a desigualdade e o desemprego*”, “*distribuir renda*”, “*acesso à educação*”, “*saúde*”, “*moradia*”.

O *ethos* de solidariedade também é constituído no discurso de Lula, como se pode perceber no próximo exemplo.

Muita coisa melhorou na **garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias**; [...] um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, **posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam**. Governar para todos é meu caminho, mas **defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada** (LILS2007.5. Grifos nossos).

Essa imagem é construída porque o presidente mostra-se como pessoa comprometida e atenta às necessidades e aos direitos da instância cidadã, principalmente daqueles que são menos favorecidos, além de defender o meio ambiente. Ressalte-se ainda que o orador justifica sua atitude de estar juntos dos pobres e de lutar por seus interesses baseado na sua própria história de vida pobre. Essa ideia prévia a respeito das origens de Lula influencia na formação da imagem de solidariedade.

O posicionamento do orador à esquerda do espectro político-ideológico também determina a projeção desse *ethos*, haja vista que ele defende um Estado interventor na economia para garantir o bem-estar social, a distribuição de renda, a alimentação, a saúde, a habitação, a educação, assegurados a todo cidadão, a defesa de recursos naturais do Brasil.

A imagem de solidariedade é evidenciada nos recursos fraseológicos alinhados a um campo semântico pelo qual o político ratifica a sua posição de cuidar dos interesses daqueles que mais precisam, subentendida em “*garantia dos direitos humanos*”, “*ampliação da cidadania*”, “*valorização das minorias*”, “*brasileiros e brasileiras*”.

Na sequência, tem-se a construção do *ethos* de chefe pela figura do chefe-soberano.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, **a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.** Em outubro, **nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.** [...] Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, **tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de “distribuição de migalhas”.** Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um **povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente.** O que distribuímos - e mais do que isso: socializamos - foi cidadania. **Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país** que alguns pretenderam monopolizar. Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental (LILS2007.6. Grifos nossos).

Essa imagem é percebida nos seguintes estados de coisas: i) na ênfase à consciência política e cidadã da população, que reelegeu Lula baseada não na “sedução” de “migalhas”, mas na confiança e na identificação com um presidente que cumpriu os seus compromissos, em seu primeiro governo – aqui o político assume uma posição de fiador de valores democráticos e de respeito à soberania do povo; ii) na crítica indireta direcionada àqueles que analisaram a primeira ascensão de um representante da esquerda à presidência como um “parêntesis histórico”, fato que desqualificaria a opção popular na sua reeleição – aqui ele procura mostrar que a oposição “não conhece nem entende” o país.

Em decorrência desses estados de coisas, o *ethos* de chefe é verificado em recursos fraseológicos e lexicais alinhados a um campo semântico pelo qual o político assevera os princípios democráticos que defende, como em “*povo livre e soberano*”, “*verdadeira opinião pública*”, “*povo sem fronteiras*”, “*cidadania*”; e desfere críticas à oposição, em “*preconceitos elitistas*” e “*desqualificar a opção popular*”.

No Quadro 08, listamos os *ethé* construídos com base no intuito do orador/intuito argumentativo que os evidenciam.

Quadro 08 – Síntese dos *ethé* construídos no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva

<i>Ethos</i> construído	Intuito do orador/ intuito argumentativo
Competência	Demonstrar conhecimento profundo do campo político e consciência madura para exercer sua atividade presidencial.
Virtude	Estabelecer alianças com a instância adversária para beneficiar a coletividade.
Caráter	Reivindicar ação política efetiva de si e de seus pares.
Humanidade	Estar atento ao sofrimento dos mais pobres e oprimidos.
Solidariedade	Ratificar os direitos daqueles que são menos favorecidos.
Chefe	Reafirmar a soberania do povo na eleição presidencial; crítica indireta direcionada à oposição.

Fonte: elaboração nossa.

A pesquisa de Silva (2012), que também analisou o *ethos* no pronunciamento de posse do segundo mandato de Lula⁵⁶, mostrou que o presidente constrói imagens de si fundamentalmente para enfatizar a sua credibilidade através de sua gestão anterior, fato que o credenciou à manutenção de seu partido no poder. Assim como a autora, a nossa análise também evidencia a construção de uma cenografia pela qual Lula faz uma autorreflexão política e um balanço de seu primeiro mandato presidencial para ser julgado como digno de crédito; para isso, ele apela à memória da instância cidadã, ao listar o que mudou, o que permaneceu igual e o que ainda precisa melhorar na sua segunda gestão. Ademais, observamos que o presidente projeta, especificamente, o *ethos* de competência para ressaltar a sua credibilidade, tendo em vista a experiência política acumulada no seu primeiro ciclo presidencial, bem como o seu conhecimento profundo do campo político para exercer sua atividade, e a sua consciência do que pode e do que não pode fazer em seu governo.

No entanto, para além da ênfase em seu primeiro governo, apresentada no trabalho de Silva (2012), a nossa pesquisa revelou que Lula integra a oposição no espaço de discussão e de debate políticos, estabelecendo alianças para beneficiar a coletividade (*ethos* de virtude); ele reivindica ação efetiva de si e de seus pares para a promover o bem comum e a justiça nos moldes da perspectiva republicana (*ethos* de caráter); o político mostra-se não só sensível às injustiças que existem contra as camadas mais pobres (*ethos* de humanidade), como também o

⁵⁶ Ver a Introdução dessa dissertação.

comprometido e atento às necessidades e aos direitos daqueles que são menos favorecidos (*ethos* de solidariedade); o orador reafirma ainda a soberania do povo na sua reeleição presidencial (*ethos* de chefe).

4.6 Análise comparativa dos discursos de posse presidencial

A partir da análise do *corpus*, podem-se formular algumas considerações relativamente às especificidades/regularidades/entrecruzamentos das condições de produção dos discursos, das cenografias instauradas, das situações de continuidade de governo e de ruptura partidária ou democrática, dos espectros político-ideológicos e dos recursos linguísticos, aspectos determinantes para a construção dos *ethé* de credibilidade e de identificação em discursos de posse presidencial.

No decorrer da análise, foi possível observar que as circunstâncias sociais, econômicas e políticas de cada período político da República brasileira determinaram a construção de cenografias específicas, pelas quais foram construídos *ethé* diversos.

Constatou-se uma regularidade de que os políticos inseridos em conjunturas políticas democráticas construíram imagens de si de defensores dos valores e dos interesses do bem coletivo: JK e Lula, por exemplo, projetaram a imagem de chefe porque ambos tiveram como finalidade a garantia dos valores democráticos que os levaram ao poder, e defenderam a soberania do povo; notou-se que, em seus discursos, foi comum os usos de recursos fraseológicos e lexicais alinhados ao campo semântico referente à defesa de princípios democráticos e valores pautados no respeito à soberania e à vontade do povo. Já em relação ao político que governou num período autoritário (ruptura democrática), percebeu-se uma maior incidência na construção de uma imagem de “salvador” da ordem nacional, em que se procurou justificar e legitimar as ações que estão na base do projeto político “revolucionário”: Vargas, por exemplo, projetou de si a imagem de virtude para justificar e ressaltar a importância do movimento que o levaram à presidência.

Nos discursos de posse produzidos em situação de continuidade de governo, foi possível observar que Lula recorreu à memória da instância cidadã em relação ao seu primeiro mandato presidencial, procurando mostrar-se como “digno de crédito” e de confiança, principalmente pelo *ethos* de competência, tendo em vista a ênfase na experiência adquirida e nas ações realizadas em sua primeira gestão. Médici, por sua vez, constrói de si um *ethos* de virtude para justificar a finalidade de manter o Regime Militar no governo, qual seja, renovar a ordem social.

Nos discursos proferidos em situação de ruptura partidária, foi recorrente a construção de *ethé* pelos quais os presidentes buscaram tanto identificar-se com a instância cidadã, principalmente a partir de valores políticos, democráticos, morais e éticos; bem como atenuar os possíveis receios quanto à ruptura com governos predecessores, por meio da garantia de ações voltadas para resolver os problemas enfrentados pelo país. Dessa forma, Hermes da Fonseca projetou de si os *ethé* de virtude e de chefe, respectivamente, para assegurar que as suas ações obedecessem às leis e à Constituição, e atenuar os receios quanto à ruptura de governos oligárquicos. No caso de Juscelino Kubitschek, percebeu-se também a construção dos *ethé* de virtude e de chefe, respectivamente, mas para assegurar uma gestão constitucional e legalmente orientada, e para garantir os valores democráticos que o levaram ao poder.

Em relação ao espectro político-ideológico, foi possível verificar que o presidente posicionado à esquerda projetou de si as imagens de humanidade e de solidariedade, as quais possibilitaram uma maior identificação para com o público, na medida em que ele pautou suas propostas para o atendimento às necessidades do povo, principalmente daqueles que são menos favorecidos. Já os políticos da direita construíram *ethé* voltados para o favorecimento das forças armadas, como o de chefe projetado por Hermes da Fonseca; para a limitação dos gastos com serviços de seguridade social, como o de competência construído por Vargas; para atendimento aos apelos fortemente assentados na religiosidade, na moral e na integridade da família tradicionalista, como o de guia-pastor constituído no discurso de Médici. Por fim, constatou-se que o presidente do centro não faz referências a ideias que refletem o seu posicionamento no espectro político-ideológico, o que possibilitou a construção de um discurso aparentemente neutro e superficial, decorrente de uma cenografia baseada fundamentalmente na felicitação por sua posse, na exaltação aos magistrados do TSE que impediram as ações conspiratórias da oposição, e no reforço à sua conduta fundamentada nas leis, na Constituição e nos princípios democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procuramos responder à seguinte questão central: como os *ethé* de credibilidade e de identificação são construídos em discursos de posse presidencial com base em recursos discursivos e linguísticos? Nesse sentido, propomo-nos a analisar a construção de tais *ethé* considerando as circunstâncias históricas, sociais e políticas que caracterizam os períodos políticos da República brasileira; os posicionamentos de cada presidente no espectro político-ideológico; e as situações de continuidade de governo e de ruptura partidária ou democrática. Ademais, entendemos que as características verbais das imagens dos presidentes podem ser evidenciadas na seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais alinhados ao campo semântico temático desses *ethé*.

Sob essa perspectiva, a pesquisa orientou-se a partir dos seguintes objetivos específicos: i) verificar a constituição dos *ethé* de credibilidade e de identificação em decorrência dos períodos políticos da República brasileira; ii) evidenciar a influência das posições e preferências político-ideológicas dos oradores na projeção dos *ethé* de credibilidade e de identificação; e iii) averiguar de que modo os *ethé* de credibilidade e de identificação são construídos em situações de continuidade de governo e de ruptura partidária ou democrática.

Cada objetivo específico procurou responder, respectivamente, às seguintes questões: i) quais *ethé* de credibilidade e de identificação são mais regulares nos discursos de posse presidencial em decorrência dos períodos políticos da República brasileira? ii) de que modo as posições e preferências político-ideológicas dos oradores influenciam na projeção dos *ethé* de credibilidade e de identificação? iii) de que modo os *ethé* de credibilidade e de identificação são construídos em situações de continuidade de governo e de ruptura partidária ou democrática?

No que se refere à primeira questão, observamos que o *ethos* de virtude e o *ethos* de chefe foram recorrentes em todos os períodos políticos, mas a partir de cenografias específicas. Na Primeira República, a imagem de virtude foi construída para atenuar os receios quanto a ruptura de governos oligárquicos; para garantir ações constitucional e legalmente pautadas; e para ratificar as ideias contidas no manifesto eleitoral em prol do bem coletivo. A imagem de chefe também foi projetada para atenuar os receios da ruptura de governos anteriores, bem como para estabelecer identificação e aliança com as forças armadas; e para ratificar a confiança da instância cidadã assegurando a sua integridade e segurança.

No Estado Getulista, o *ethos* de virtude foi construído para justificar a ruptura democrática em decorrência de um nacionalismo exacerbado, e o *ethos* de chefe foi projetado

para criar o efeito de unificação de um povo após a ruptura democrática. No Período Democrático, a imagem de virtude foi constituída para assegurar uma gestão constitucional e legalmente orientada; e a imagem de chefe, para garantir os valores democráticos que levaram o presidente ao poder. No Regime Militar, o *ethos* de virtude foi construído para ressaltar a importância da intervenção militar; já o *ethos* de chefe, para revestir o golpe militar de aparente democracia, e para promover uma identificação através de valores e crenças religiosas tradicionais. Na Democracia Pós-Neoliberal, a imagem de virtude foi projetada para estabelecer alianças com a instância adversária em benefício da coletividade, e a imagem de chefe para reafirmar a soberania do povo na eleição presidencial.

Em relação à segunda questão, a pesquisa revelou que o espectro político-ideológico foi uma variável que reforçou algumas imagens de credibilidade e de identificação. Em determinados momentos de seu discurso, o presidente posicionado à esquerda do espectro pautou suas propostas para o atendimento às necessidades do povo, principalmente daqueles que são menos favorecidos, projetando-se si imagens de humanidade e de solidariedade. Os políticos da direita construíram as imagens de chefe, de competência e de guia-pastor porque defenderam, respectivamente, o favorecimento das forças armadas, a limitação dos gastos com serviços de seguridade social e o atendimento aos apelos assentados na religiosidade, na moral e na integridade da família tradicionalista. O presidente do centro, por sua vez, não fez nenhuma referência às ideias que refletem o seu posicionamento do no espectro político-ideológico, atitude justificada pela cenografia baseada na felicitação por sua posse, na exaltação aos magistrados do TSE que impediram as ações conspiratórias da oposição e no reforço à sua conduta fundamentada nas leis, na Constituição e nos princípios democráticos.

Ressalte-se que, embora os espectros político-ideológicos tenham sido previamente caracterizados nessa dissertação, percebemos que as ideias da esquerda, do centro e da direita não são necessariamente intrínsecas às condições de produção do discurso, mas são constituídas nos discursos de posse presidencial. A referência ao espectro mostrou-se uma estratégia discursiva eficaz na construção de *ethé* pelos quais os políticos procuraram dirigir-se à instância cidadã de um modo geral, principalmente por meio de propostas voltadas para ratificar a soberania e a vontade do povo. Isso explica as razões pelas quais políticos da direita, em alguns momentos de seus discursos, fizeram referências às ideias da esquerda. A cena genérica o permite esse tipo de incursão interdiscursiva. O *ethos* de competência projetado por Vargas, por exemplo, confirma que o entrelaçamento de ideias da direita e da esquerda foi um recurso pelo qual ele pretendia abrandar a tônica anticonstitucional de seu governo.

Atinente ao terceiro questionamento, essa dissertação mostrou que os *ethé* de credibilidade foram recorrentes nos discursos de posse produzidos em situação de continuidade de governo, principalmente pela ênfase na experiência adquirida e nas ações realizadas em gestão anterior (*ethos* de competência), assim como pela necessidade generalizada de manter um sistema político para renovar a ordem social do Brasil. Na situação de ruptura partidária, foi recorrente a construção de *ethé* pelos quais os presidentes buscaram identificar-se com a instância cidadã, principalmente pela defesa de valores políticos, democráticos, morais e éticos; e pela diminuição dos possíveis receios quanto à ruptura com governos predecessores, por meio da garantia de ações voltadas para resolver os problemas enfrentados pelo país. Na situação de ruptura democrática, o presidente também buscou identificar-se com o povo, mas pela legitimação de ações que estão na base de um projeto político antidemocrático.

Embora essa dissertação se justifique por verificar e interpretar esse objeto de estudo a partir de um ponto de vista longitudinal; e por aplicar de um modelo teórico já consolidado na análise do discurso em um *corpus* específico, há dois pontos que devem ser revisitados com maturidade teórico-analítica: i) considerando que o *ethos* corresponde a um momento da história de um país, de uma personalidade e de um povo, percebe-se certa incongruência na proposta classificatória para o *ethos* no discurso político, em Charaudeau (2015), quando se mudam as condições de produção dos discursos; ii) considerando que não existam marcas verbais específicas do *ethos*, percebe-se que não há uma regularidade de recursos linguísticos que demarcam as imagens projetadas no discurso político, uma vez que há uma diversidade de elementos de ordem verbal, tais como o vocabulário, a estrutura gramatical, as relações entre frases, os tópicos discursivos, a composição textual etc., que são pertinentes à construção do *ethos*, para além das marcas não verbais que não devem ser desconsideradas; estas não são exploradas nesta pesquisa por questões de ordem metodológica, pois a nossa análise pautou-se apenas no registro escrito de textos orais ou oralizados.

Assim, ressaltamos a importância de se produzir teses que proponham modelos teórico-metodológicos de *ethé* com base especificamente nas realidades políticas vivenciadas ao longo da história do Brasil, de modo que as imagens dos atores políticos possam ser evidenciadas em uma regularidade linguística, para além de características não verbais. Saliente-se ainda a pertinência de adequar a teoria de Charaudeau (2015) considerando-se a cultura e os sistemas de crença pertinentes aos grupos sociais cuja conjuntura política está em análise.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, Martins Fontes, 1974.
- AMOSSY, Ruth. Argumentation et analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], Tel-Aviv, n. 1, 2008.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: _____. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013a. p. 9-28.
- AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013b. p. 119-144.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, Ruth. O *ethos* discursivo ou a encenação do orador. In: _____. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 79-104.
- ARAÚJO, Maria P.; SILVA, Izabel P.; SANTOS, Desirree R. (Org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.
- BARTHES, Roland. **L'aventure sémiologique**. Paris: Editions du Seuil, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora UnB, 1980.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1995.
- BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONFIM, João B. B. **Palavra de presidente: os discursos de posse de Deodoro a Lula**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **Discurso de posse pronunciado pelo Dr. Getulio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da republica**. Brasília, DF, 1930. 7 p.
- BRASIL. Presidência da República. **No Tribunal Superior Eleitoral, ao receber o diploma de presidente da republica**. Brasília, DF, 1956. 3 p.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso de posse Emílio Garrastazu Médici**. Brasília, DF, 1969. 8 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Veja a íntegra do discurso de posse do presidente Lula**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Balanco de governo: 2003-2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[Home — Balanco do Governo \(presidencia.gov.br\)](http://Home — Balanco do Governo (presidencia.gov.br))> Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

CHACON, Valmireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida L.; MENEZES, Willian. (Org.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso. PPGELin. Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político. In: SHIRO, M. et al. **Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar**. Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2015.

CID, Rodrigo R. L. (Org.). **Uma ideologia de centro**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

COSTA, Nelson Barros da. O primado da prática: por uma quarta época para a análise do discurso. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas: exercícios analíticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 17-48.

COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 1-13, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DAHER, Del Carmen. Imagens de enunciador nos discursos presidenciais de 1º de maio. **Revista the ESPECIALIST**, vol. 24, nº especial, p.49-68, 2003.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FAUSTO, Boris. **Pequenos ensaios de história da República: (1889/1945)**. São Paulo, CEBRAP (Cadernos CEBRAP, n.º 10), 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERRANTE, Audrei. **Discurso político e ethos: os discursos de posse do prefeito de São Caetano do Sul**. 2011. Tese (Doutorado), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 190 f.

FIORIN, José L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2018.

FLECK, Eliane C. D. Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo regime militar. **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 231-252, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia B.; HERMANN, Jennifer. (Org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Lauro. A construção do ethos de líder em discurso presidencial. **Revista Entrepalavras**, Fortaleza, ano 4, v.4, n.2, p. 44-61, 2014.

HIPÓLITO, Lúcia. Partido Social Democrático (PSD-1945-1965). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MAFRA, Patrícia M. **Angola e Brasil – poder e discurso político: a constituição do ethos discursivo dos presidentes de Angola e do Brasil**. 2009. Dissertação (mestrado em língua portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 106 f.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP. Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. L'ethos, de la rhétorique à l'analyse du discours. **Pratiques**, n.º 113-114, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. (Orgs). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008a. p.11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: _____. **Cenas de enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008c. p. 55-73.

MAINGUENEAU, Dominique. Situação de enunciação e cena de enunciação em análise do discurso. In: _____. POSSENTI, Sírío; SOUZA-E-SILVA, Maria C. (Org.). **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 199-207.

MAINGUENEAU, Dominique. A cena de enunciação. In: _____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013b. p. 69-91.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírío Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. **Revista Letras de Hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MATTOS, Alessandro N. Esquerda ou direita? In: _____. **O livro urgente da política brasileira: um guia para entender a política e o Estado no Brasil**. Edição Amazon, 2016.

MENEZES, Luiz M. B. R. Uma ideologia de centro: réplica. In: CID, Rodrigo R. L. (Org.). **Uma ideologia de centro**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 27-41.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, v. 2. São Paulo: Cortez, 2001, p. 101- 142.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PÉREZ, Javier V. L'ethos aux temps de la colère. Analyse de l'image d'Emmanuel Macron dans son discours du 10 décembre 2018 face aux « gilets jaunes ». **Çédille, revista de estudios franceses**, n. 17, 439-478, 2020.

PITA, Sara T. O. **Ethos textual em intervenções políticas: estudo contrastivo de mensagens de final de ano portuguesas e brasileiras**. 2016. Tese (doutorado em linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 433 f.

REIS, Daniel A. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SALDANHA, Nelson N. A “Redemocratização” e a Constituição de 1946. In: _____. **História das idéias políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p. 309-320.

SALLES, Sagid. O que é ser uma pessoa de centro em política? In: CID, Rodrigo R. L. (Org.). **Uma ideologia de centro**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 58-73.

SANTOS, Adílson F. **A constituição do *ethos* retórico no discurso político do Senado Federal**. 2010. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestrado em Língua Portuguesa, São Paulo. 103 f.

SCHEEFFER, Fernando. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?** 2016. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis. 291 f.

SETEMY, Adrianna. Partido Republicano Conservador (PRC). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

SILVA, Andreia Aleixo da. **Discurso político e poder no Brasil na era neoliberal: argumentação e construção do *ethos* no manuseio do poder**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 159f.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUSA, Alisson F. A.; NOBRE, Kennedy C. *Ethé* de credibilidade e de identificação e discurso de justificação na defesa de Dilma Rousseff. **Revista DisSoL - Discurso, Sociedade E Linguagem**. Pouso Alegre (MG), ano 5, n. 9, p. 133-162, 2019.

SOUSA, Alisson F. A.; NOBRE, Kennedy C. A construção do *ethos* em discursos de posse presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995) e Luís Inácio Lula da Silva (2004). **Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação**. Ilhéus (BA), n. 20, v. 2, p. 49-79, 2020.

TAROUCO, Gabriela S. **Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. 2007. Tese (doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro. 161 f.

TAROUCO, Gabriela S.; MADEIRA, Rafael M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TOMAZ, Natália R. O.; GOUVÊA, Lúcia H. M. Um estudo do *ethos* em discursos do ex-presidente Lula. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 441-471, 2017.

VITALE, María A.; MAIZELS, Ana L. El discurso electoral de Cristina Fernández de Kirchner (2007). Un caso de *ethos* híbrido no convergente. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 2, p. 337-360, 2011.

WISSE, Jakob. **Ethos and pathos, from Aristotle to Cicero**. Amsterdam: Hakkert, 1989.

APÊNDICE

Apêndice 01 – Programas da esquerda e da direita no Brasil

Esquerda	Direita
Tarouco & Madeira (2013)	
<ul style="list-style-type: none"> - Regulação do mercado: ações contra monopólios, defesa do consumidor e pequenos negócios, encorajamento da competição econômica e da economia social de mercado. - Planejamento econômico: iniciativa do governo para criar tal plano, de modo consultivo ou indicativo. - Economia controlada: intervenção estatal no controle do sistema econômico, detidamente sobre preços, salários, aluguéis. - Expansão de serviços sociais: apoio a projetos de seguridade social e de serviços sociais de saúde, de habitação, de infraestrutura urbana, referências a problemas sociais e políticas sociais. - Valorização da classe trabalhadora: apoio a sindicatos, bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos, luta pelos direitos dos trabalhadores, liberdade sindical e salários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa das forças armadas: manutenção ou aumento de gastos militares, modernização das forças armadas, melhoria da força militar, rearmamento e autodefesa, necessidade de honrar obrigações de tratados militares, necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas, defesa do território e integridade, favorecimento de militares. - Livre iniciativa: defesa do capitalismo de livre iniciativa, de investimento individual sobre a estatal, de direitos de propriedade privada, da iniciativa ao empreendimento pessoal. - Incentivos: defesa de políticas salariais e tributárias para induzir investimento, encorajamento para novos empreendimentos, defesa de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios fiscais, apoio à pequena empresa. - Ortodoxia econômica: redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, concentração de reservas, apoio ao mercado de ações e sistema bancário, apoio à moeda forte, defesa de políticas de ajuste fiscal, de empréstimos estrangeiros, do equilíbrio fiscal, da falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma, das privatizações. - Limitação de serviços sociais: limitação do gasto com serviços e seguridade social, ajuste da Previdência.

	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa da classe média e de grupos profissionais: valorização e defesa do servidor público.
Scheeffeffer (2016)	
<ul style="list-style-type: none"> - Estado interventor na economia: defesa da presença do governo na economia para garantir bem-estar social; tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, como direito político; defesa do meio ambiente e da regulação do uso dos recursos naturais. - Carga tributária extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem. - Regulação do mercado: defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho. - Defesa de que os serviços estratégicos (educação, saúde, segurança) devem ser oferecidos pelo Estado. - Defesa de ações afirmativas para grupos desprivilegiados, discriminados, oprimidos: defesa do sistema de cotas raciais, étnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado mínimo na economia: defesa da minimização do Estado na economia, como garantia da eficiência econômica, da concorrência privada, da liberdade individual, da livre iniciativa, da autorregulação do mercado, da melhoria nas condições de vida de todos, do equilíbrio econômico, da privatização de serviços estratégicos (educação, saúde, segurança), defesa de um ponto de vista desenvolvimentista aliado à boa administração dos recursos naturais, entendimento da natureza como um recurso para satisfazer as necessidades humanas. - Oposição à carga tributária para financiar o Estado por sobrecarregar as empresas privadas e desfavorecer o crescimento econômico, por constituir uma ameaça às liberdades individuais, por inibir a concorrência privada e por ampliar inadequadamente os controles da burocracia. - Minimização de ações afirmativas: oposição ao sistema de cotas, defesa da meritocracia.

Fonte: organizado pelo autor.

Apêndice 02 – Síntese dos *ethé* de credibilidade e de identificação

<i>Ethé de credibilidade</i>
<i>Ethos de “sério”</i>
Índices <i>corporais</i> e <i>mímicos</i> (postura corporal rígida, austera, expressão menos sorridente); índices <i>comportamentais</i> (autocontrole diante das críticas, de frieza frente diante das adversidades, de prudência para não se entregar a acessos de cólera); índices que demonstram <i>energia</i> e capacidade de trabalho (onipresença em todas as linhas da vida política e social, particularmente junto àqueles que sofrem); outras características: não se envolver em atividades frívolas; não demonstrar brincadeiras; não ter um tom de insolente em entrevistas ou conversas; não deixar transparecer que existem suspeitas de infidelidade conjugal ou de indiferença em relação à sua família.
<i>Ethos de “virtuoso”</i>
Figuras de <i>sinceridade</i> e <i>fidelidade</i> (seguimento da mesma linha de pensamento e de ação, convicção da posição ocupada no espectro político-ideológico, ação inspirada nos valores, nem discutíveis nem negociáveis, que estão na base de projeto político); figura de <i>honestidade pessoal</i> (retidão e sinceridade na vida pública e privada, transparência, defesa de um ideal coletivo e não de ambição pessoal); figura de <i>lealdade</i> (respeito à validade do julgamento e crítica do adversário, reconhecimento dos próprios erros); outras características: respeito para com o cidadão; transparência naquilo que se fala e se faz; objetividade, concisão e clareza.
<i>Ethos de “competente”</i>
O <i>saber</i> (conhecimento profundo do universo político para o exercício político); a <i>habilidade</i> (possuir os meios, o poder e a experiência necessários para realizar e alcançar objetivos que beneficiem a coletividade).
<i>Ethé de identificação</i>
<i>Ethos de “potência”</i>
Figura de <i>virilidade sexual</i> (reputação de viver aventuras extraconjugais, engrandecimento da característica masculina para conquistar mulheres); outras características: exaltação do corpo como prova de verdade; ações radicais em manifestações e comícios; realização e encenação de proeza física e força pessoais; vociferação pela voz e pelo verbo; violência verbal ao se proferir insultos e ameaças aos adversários políticos; determinação nas ações, de modo militar e coordenado; participação em todas as frentes, e em manifestações políticas.
<i>Ethos de “caráter”</i>

Figura de *vituperação* (fala-se de maneira mais contundente (aos “berros”) para bradar, criticar, indignar-se), mas de maneira controlada, calculada; a *provocação* (declarações que objetivam fazer alguém reagir); a *polêmica* (negação dos argumentos do oponente pelo questionamento da sua moralidade, do seu caráter e do seu comportamento); figura de *advertência* (anuncia-se qual é a posição do sujeito que adverte, qual o seu limite, e quais são as consequências negativas para o sujeito advertido); figura da *força tranquila* (evoca-se o tempo e a virtude da perenidade, a tenacidade combativa daquele que não abandona seus compromissos e a vontade de alcançar objetivos, de vencer, a confiança em si daquele que calcula e projeta o futuro, a força protetora e serena de quem guia os governados); figura do *controle de si* (equilíbrio e calma ante circunstâncias desfavoráveis; não se deixar levar por pequenas coisas; não se entregar à agitação inconsequente; não fazer declarações a todo momento; manter-se fora da mídia; pensar antes de agir; tomar decisões após ponderar os prós e os contras de uma situação); figura de *coragem* (saber enfrentar as adversidades sem enfraquecer e sem ceder à demagogia); figura do *orgulho*, (ambição de realizar uma grande obra, de defender os valores e a integridade identitária do povo); figura de *firmeza* (reivindicação de ação efetiva daqueles que compõem a instância política, demonstrando-se energia e determinação inabalável para tal finalidade); figura da *moderação* (ação para intermediar, conciliar, acalmar, as partes que estão em conflito, desacordo, ou em situações polêmicas, no curso de negociações difíceis entre diferentes parceiros sociais).

Ethos de “inteligência”

Figura de *homem honesto e culto* (capital cultural baseado na origem social, na formação acadêmica, no ato de escrever livros, de participar de programas culturais, de frequentar exposições e outras manifestações artísticas); figura da *malícia* ou *astúcia* (dissimulação de certas intenções para realizar projetos, para melhor atingir seus fins, valendo-se de embustes, de uma utilização deformada de suas próprias declarações, da fabricação de frases ambíguas que sejam passíveis de várias interpretações).

Ethos de “humanidade”

Figura de *sentimento* (transparecer em ocasiões de visitas aos desprovidos ou a pessoas que sofrem, em situações dramáticas (acidentes, fome, catástrofes naturais etc.), dirigir palavras de compaixão às vítimas, manifestar aflição, prometer ajuda); figura da *confissão* (reconhecimento de que não se fez o suficiente para resolver uma situação de crise, ao mesmo tempo que se opina sobre o que seria uma solução ideal; faz-se um balanço de atividades passadas e se confessa não ter obtido sucesso em todas as suas frentes; mostra-se um cálculo que havia presidido a implantação de uma política, e se reconhece que tal cálculo, mesmo com certa lógica, revelou-se equivocado, admitindo-se que o erro é intrínseco do ser humano); figura do *gosto* (preferências literárias, artísticas, culinárias, de vestuário, lúdicas etc.; presença em manifestações artísticas, cerimônias festivas, declarações quando do

desaparecimento de uma personalidade do mundo artístico; participação como escritor de programas de televisão literários); figura da *intimidade* (apresentar “indiscrições” e reflexões como aquilo que se realmente pensa e não se ousa dizer em público; reações de indignação, de cólera; confidências que supostamente revelam a verdadeira natureza do político).

Ethos de “chefe”

Figura de *guia supremo* (guiar um grupo social, indicar o caminho a seguir); o *guia-pastor* (designa aquele que conduz os homens, o acompanha e o precede, que sabe aonde vai e sabe se fazer seguir, que ilumina seu caminho com uma perseverança tranquila, pausada, regular, que se detém apenas em certas etapas previamente determinadas); o *guia-profeta* (uma voz, um líder, devotado a uma vida errante, à solidão, à incompreensão, decorrente de sua mensagem ser muito exigente; ser “inspirado”, um “visionário”, depositário de uma fonte de inspiração misteriosa, porta-voz de um terceiro que se encontra na onipotência do além); figura do *chefe-soberano* (lembra-se os valores, tais como o respeito aos princípios democráticos, à soberania do povo, à identidade nacional, ao que devem ser as grandes linhas de um projeto político; toma-se uma posição acima de tudo que pode parecer conflitos estéreis, mostrando que não entra no jogo de pequenas querelas politiqueras, que se recusa a polemizar quando é diretamente implicado, de maneira a se dar uma estatura de sujeito que domina a cena política, que não se rebaixa ao nível de agitadores, que não se compromete em vãs controvérsias); figura de *comandante* (autoridade para declarar guerras contra inimigos próximos ou distantes, circunscritos a um país ou formando coalizão mais ou menos determinada; distingue-se entre o bem e o mal, para indicar a via que se segue para combater as forças do mal); o *arrepentimento* (reconhecimento de uma falta cometida no passado e pedido de perdão às vítimas); a *recusa do perdão* (julga-se uma falta “inexpiável” ética e moralmente); a *redenção* (sacrifício voluntário que faz com que seu autor carregue uma falta coletiva, mesmo que ele próprio não a tenha cometido).

Ethos de “solidariedade”

Vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados; estar atento às necessidades e aos sofrimentos dos outros, que as partilha e se torna responsável por elas; não se colocar em uma posição diferente da dos outros; mostrar que as opiniões e decisões dos membros do grupo são partilhadas e defendidas; deixar entrever que existe uma relação de reciprocidade entre atos e declarações; mostrar-se consciente das responsabilidades que cabem ao governo; desejo de ouvir o povo, que respeita os seus problemas, o seu sofrimento, as suas necessidades, que a opinião dos cidadãos é importante para as tomadas de decisões coletivas.

ANEXOS

Anexo 01 – Discurso de posse de Hermes da Fonseca (1910)

À Nação,

Em mais de vinte anos de regime republicano, ainda ninguém ascendeu à suprema magistratura nacional em circunstâncias tão especiais e com maiores responsabilidades do que aquele que, pelo voto da grande maioria dos brasileiros, sobe hoje a curul presidencial.

Venho de uma luta eleitoral extremadíssima em que, pela primeira vez, o espírito cívico do país despertou em pacífico prélio que é a afirmação a mais brilhante de que a nação entrou na posse de si mesma, com a plena consciência dos seus direitos, como de seus deveres e responsabilidades.

Até aqui os chefes do Estado têm sido eleitos sem luta; não, talvez, porque a nação estivesse, numa unanimidade manifesta, em harmonia com as soluções políticas que essas candidaturas representavam, mas, porque, desinteressada dos pleitos eleitorais, deslembadas dos seus deveres cívicos, preferia assistir indiferente à sagração dos nomes que os interesses partidários do momento apontavam ao supremo posto.

Assim eleitos, esses dignos magistrados assumiam o poder, sem os ressentimentos, sem as desconfianças e sem os maus prognósticos que uma campanha apaixonada e violenta devia deixar no ânimo de muitos dos nossos compatriotas, alguns ainda feridos pelo resultado da eleição, outros entre duvidosos e prevenidos com um governo que nasce da mais vigorosa campanha eleitoral que a Republica já viu.

Por isso, se excepcionais são as circunstâncias em que vou ao poder, maiores e mais graves são as responsabilidades que sobre mim pesam ao assumir a chefia do governo nacional.

Mas o povo brasileiro pode estar tranqüilo: serei digno do voto com que a nação me honrou, cumprindo com lealdade e firmeza os encargos que me impõe o alto posto que me é confiado.

Não farei um governo de paixão, levando para a Presidência da Republica as mágoas e os ressentimentos que uma contenda áspera e, por vezes, injusta, poderia ter deixado no meu espírito, não; subo ao poder com ânimo sereno, disposto a cumprir o dever que a Constituição e as leis me assinalam, sem jamais sair do caminho da legalidade e da justiça, respeitando todos os direitos e todas as liberdades.

Farei um governo republicano, isto é, o governo da lei: dela jamais me afastarei, mas, dentro dela serei inflexível, pois, como bem disse grande escritor da antiguidade, “não há republica onde as leis não imperam”. Serei, na frase expressiva de Quintino Bocayuva, “o

primeiro súdito da lei” e, “superior a paixões e aos interesses de classe, de corporações ou de indivíduos, serei o mandatário fiel da nação e o servidor abnegado e solícito do povo brasileiro”.

A minha qualidade de soldado, assim como não influiu para que os elementos civis do país me julgassem digno de presidir aos destinos da República, também, afirmo-o sob a fé de todo o meu passado, não será causa para que me divorcie, levando por estreito sentimento de classe, dos verdadeiros princípios republicanos e dos reais interesse da nação. Comigo não surgirá o sol do cesarismo; mas, sob a égide de um soldado, o país há de ver firmar-se de vez a mais civil das repúblicas, pela abrogação das práticas e dos hábitos contrários ao regime e de tudo que tem servido para deturpar o espírito e a inteligência da Constituição de 24 de Fevereiro.

De acordo com as idéias expendidas no meu manifesto eleitoral de 26 de dezembro de 1909, cujos dizeres ratifico, empregarei todo o meu esforço na satisfação dos múltiplos serviços de que depende o bem geral do país, no ponto de vista moral e material.

Dentre todos esses serviços sobrelevam, na ordem moral e política, os que dizem respeito à justiça e à difusão do ensino.

Uma das maiores preocupações dos países policiados deve ser a boa e pronta distribuição da justiça; e, se este é um dever primordial nos velhos países de formação completa, mais imperioso ele se apresenta em nações novas como a nossa, sobre as quais paira incessantemente a desconfiada vigilância dos países de imigração, isto é, daqueles donde importamos o ouro e os braços de que carecemos para tirar do seio do nosso ubérrimo território as imensas riquezas que á jazem inexploradas ou imperfeitamente exploradas.

Mas, base essencial desse desideratum é a existência do Código Civil, prometido ao país desde a Constituição Imperial de 1824 até hoje não satisfeito, constituindo uma das maiores aspirações do povo brasileiro que, em pleno século XX, vê os seus direitos civis ainda regidos pelas velhas Ordenações do Reino que o próprio Portugal há muitos anos, desde 1867, relegou por incompatíveis comas atuais necessidades sociais.

Sujeito ao estudo do Senado da República existe, já aprovado pela Câmara do Deputados, um projeto de Código Civil que, tendo recebido a colaboração eficaz de todas corporações jurídicas do país e dos seus mais doutos juriconsultos, bem deve satisfazer às justas aspirações nacionais, ainda que não atinja a suprema perfeição, mesmo porque, como escreveram os eminentes redatores do Código de Napoleão, é “absurdo entregar-se alguém a idéias absolutas de perfeição em coisas que só são susceptíveis de bondade relativa”.

E o que sucede em relação ao direito civil quase se reproduz quanto ao direito comercial, cujas relações são regidas pelo Código de 1850 que, além de revogado em capítulos inteiros, já não está à altura das modernas necessidades sociais, que estão a exigir um Código

que atenda não só às relações decorrentes da circulação dos produtos, como da própria produção.

Mas, não basta a codificação do direito substantivo, é necessário: elevar cada vez mais o nível intelectual e moral da magistratura, melhorando não só as condições de independência dos juízes, como o critério para a sua investidura e promoção, do qual resulte o preenchimento efetivo dos requisitos de competência moral e profissional; facilitar a justiça colocando-a mais ao alcance dos jurisdicionados, sobretudo pela diminuição dos ônus que lhes são impostos; torná-la mais rápida, principalmente, nos julgamentos definitivos das causas; dar-lhe, no Distrito Federal, instalação condigna em edifício que satisfaça às mais rigorosas exigências e onde funcionem todos os serviços subordinados aos tribunais; dispor sobre a uniformização da jurisprudência, para que a igualdade perante a lei atinja ao seu fim, segundo a essência do princípio constitucional que se não restringe à inadmissibilidade de privilégios pessoais, mas, é extensivo ao reconhecimento igual do direito sempre que for idêntico o fenômeno jurídico sujeito à decisão judiciária.

Como da justiça, urge cuidar seriamente da instrução, tornando-a instrumento profícuo do nosso desenvolvimento moral e material.

Para isso, é necessário reorganizar o ensino, principalmente no sentido de: dar autonomia ao ensino secundário, libertando-o da condição subalterna de mero preparatório de ensino superior; organizá-lo de maneira a fazê-lo eminentemente prático, a fim de formar homens capazes para todas as exigências da vida social, ao mesmo tempo que aptos, caso queiram, para seguir os cursos especiais e superiores; criar programas que desenvolvam a inteligência da juventude e não que a aniquilem por uma sobrecarga de estudos exageradamente inútil e, por isso, antes nociva do que proveitosa; estabelecer a plena liberdade do ensino no sentido de qualquer indivíduo ou associação pode fundar escolas com os mesmos direitos e regalias das oficiais; e, assim autônomo o ensino secundário, exigir o exame de admissão para o ingresso aos cursos superiores; dar às escolas de ensino superior completa liberdade na organização dos programas dos respectivos cursos, nas condições de matrícula, no regime dos exames e disciplina escolar e na administração dos patrimônios que tiverem; formar professores bons e convencidos da sua eminente função, para o que é preciso interessá-lo no ensino, de maneira que não sirvam, como até aqui do título de professor para mero reclamo e melhor exploração de profissões especiais; instituir, enfim, em matéria de ensino a maior liberdade sob conveniente fiscalização: esses são, parece, os pontos capitais sobre que deva assentar uma boa e liberal organização do ensino, capaz de produzir resultados proveitosos.

Enquanto, porém, o Poder Legislativo não decretar a reforma do ensino secundário e do superior, o meu governo fará cumprir rigorosamente o atual Código sem vacilações e sem condescendências de qualquer espécie.

Particular atenção dedicarei ao ensino técnico profissional, artístico, industrial e agrícola que, ao par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporcione também instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos.

Não escaparão ao meu vigilante esforço os múltiplos problemas referentes à assistência nas suas variadas modalidades, especialmente a que diz respeito aos que enlouquecem, para os quais é de grande vantagem a criação de colônias agrícolas onde, aliando ao trabalho ao máximo de liberdade, se alcançam resultados surpreendentes quanto ao restabelecimento dos enfermos, e com muito menor sacrifício dos dinheiros públicos.

Na ordem material, as questões econômica e financeira têm a primazia sobre todas as outras. O problema econômico vai tendo o seu natural desenvolvimento, apesar das crises que, por vezes, tem afligido a produção nacional, crises que, constituindo fenômenos naturais a todos os países, mais se faziam sentir entre nós, devido não só à monocultura a que estávamos entregues, como à deficiência de meios de transportes para as mercadorias produzidas no país. Hoje, felizmente, esta situação se modifica: vamos saindo, graças á dura lição, da quase monocultura em que vivíamos e as vias de comunicação se multiplicam no país.

Ainda, é certo, a exportação limita-se quase que a dois principais artigos – o café e a borracha – , mas, a lavoura desenvolvendo-se, por outro lado, com a cultura intensiva de outros produtos, vai aliviando a corrente de importação pelo oferecimento nos mercados nacionais de consumo de muitos e importantes gêneros que ainda importávamos em grande escala.

A situação, entretanto, não é de desafogo e indispensável é que se persevere na propaganda eficaz dos produtos de exportação para assegurar-lhes novos mercados e mais aumentar-lhes o consumo, a fim de que as crises, por que têm passado, desapareçam ou se tornem de natureza a não perturbar a vida econômica da Republica.

A questão das vias de comunicação, ponto de essencial importância para o desenvolvimento econômico do país, tem, felizmente, recebido, nestes últimos tempos, um grande impulso, e pode dizer-se, em parte, o problema está resolvido.

De fato, as grandes linhas de penetração estão executadas ou em via de pronta execução, e, agora o que cumpre fazer, mesmo para não avançarmos muito no caminho das responsabilidades financeiras, é estudar e construir as pequenas linhas ou ramais de ligação, de

forma a levar aquelas linhas uma forte massa de produtos das regiões servidas pelas estradas tributárias e assim chegar-se, pelo volume de transporte, a uma tarifa eqüitativa, capaz de aliviar os produtos que já exportamos e cooperar de modo eficiente para a produção de variadíssimos gêneros que não podem sofrer pesados fretes.

Como todo país novo, não podemos fugir à necessidade de conceder relativa proteção aos produtos nacionais; mas, proteção racional, eqüitativa, que só compreenda aquelas produtos que tem origem primária na terra brasileira.

Não quer isto dizer que mais devamos atribular o consumidor com direitos protetores; antes significa que é necessário, mantido nacional regime de proteção, rever as tarifas no sentido de expurgá-las de impostos que, não consultando os interesses da verdadeira e real indústria nacional, constituem exagerados e inúteis sacrifícios para o consumidor.

Em matéria financeira, – eu já o disse no manifesto de 26 de dezembro –, julgo perigosas quaisquer inovações precipitadas. É fato que o país anseia por chegar ao regime metálico; mas, essa aspiração só será alcançada, se formos grandemente prudentes, servindo-nos dos aparelhos que a lei de 1899 sabiamente criou e usando de severo rigor na arrecadação das rendas e nas despesas públicas, de forma a conseguir orçamentos sempre equilibrados.

Não chegaremos jamais àquele desideratum por meios artificiais ou planos de aventura a que o país não mais pode estar sujeito: a linha a seguir em tal assunto está claramente traçada na política financeira que os meus honrados antecessores adotaram depois de 1899.

Os fundos de resgate e de garantia, constituídos como atualmente ou fortalecidos por outros recursos; a retirada da circulação do papel moeda, de acordo com a lei de 1899 e a redução das despesas públicas ao estrito necessário: eis os únicos elementos com que devemos contar para, assegurada a estabilidade cambial pela Caixa de Conversão, chegar, ao regime definitivo da moeda conversível.

Resolvidas como se acham todas as questões de limites, fácil será a missão do governo nos assuntos que se referem às relações exteriores, cumprindo-os, tão somente, continuar a tradicional política do Brasil de boa harmonia e perfeita amizade com todos os povos, de nenhum dos quais nos afastam interesses antagônicos ou rivais.

Mas, o fato de haver sido sempre de paz e de fraternidade a política internacional do Brasil e o propósito formal de prosseguir em tão sabia política, não significam, nem impõem que nos descuremos dos legítimos meios de defesa do país.

Na medida dos recursos financeiros da República, cumpre persistir no aparelhamento da nossa marinha, não só pela inteira execução do plano adotado, como pelo

preparo intensivo do pessoal incumbido, para isto, as escolas técnicas de eletricidade, maquinistas e marujos.

Não basta, porém, a aquisição de navios de guerra, que largos sacrifícios custam à nação, é necessário, para que se conservem em condições de desempenhar o papel a que podem ser chamados um dia, que a esquadra, apesar das despesas que isso acarreta, esteja em constante movimento, pois, é no incessante labutar em alto mar, no permanente funcionamento das máquinas e nos exercícios de toda a espécie que os oficiais e tripulação se habilitarão para o perfeito desempenho de suas funções.

No que diz respeito às forças de terra, estou ainda convencido de que, executado integralmente o plano de organização delineado na última reforma, poderemos preparar, em pouco tempo, um exército em condições de enfrentar com o mais forte e mais disciplinado adversário.

A lei do sorteio, com a criação das linhas de tiro, que muito se tem desenvolvido, preparará, dentro em pouco, numerosa e excelente reserva para o Exército.

Estou certo de que, no limite das dotações orçamentárias, estabelecendo-se verbas parceladas e convenientes, poderemos, em poucos anos, pelo desenvolvimento paulatino de arsenais e fábricas, aquisição de armamentos e material bélico, constituídas as unidades táticas que pela reforma foram criadas, formar uma nação militarmente forte, sem que haja necessidade de se manterem os nosso quartéis repletos de soldados, pois que, pelos processos adotados, cada um dos nossos patrícios se transformará em cidadão-soldado.

Não sou dos que pensam que a administração deva divorcia-se da política; entendo, porém que esta não deve preterir aquela, nem entorpecer ou desviar a marcha dos altos interessantes do Estado.

O presidente no nosso regime, especialmente nas circunstâncias em que se encontra o país, não se deve arvorar em diretor da política nacional: é a nação e não ele quem faz política. Mas, como nenhum governo pode fugir à necessidade de apoiar-se em forças políticas organizadas, governarei com o partido que amparou a minha candidatura e que com as minhas idéias de administração se identificou; com ele desenvolverei as teses anunciadas no meu manifesto eleitoral e com ele procurarei corresponder à expectativa de quantos, não filiados ao partido, confiaram no meu patriotismo.

O propósito de seguir a divisa de Gambeta “governar com o seu partido para o seu país” não exclui, absolutamente, o dever que tenho de fazer justiça a todos e de pautar os meus atos pela diretriz severa do bem público.

E ser-me-á fácil a tarefa porque, soldado, só tenho uma aspiração – o cumprimento inflexível da lei; cidadão, só tenho um ideal – a estabilidade do regime e a felicidade da pátria.

Não fraquearei diante da crítica injusta ou interessada, mas, serei dócil às injunções legítimas e justificadas.

E, esforçando-me por promover o bem da pátria, terei cumprido o meu dever e tranqüila a consciência.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1910.

Hermes R. da Fonseca.

Anexo 02 – Discurso de posse de Getúlio Vargas (1930)

O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro, no Sul, Centro e Norte do País, e triunfante a 24, nesta Capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpor as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações.

Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o País. A Nação, em armas, acorria de todos os pontos do território pátrio. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às portas da Capital da República.

Não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável. À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

Mas, era bem possível que o Governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valorosos auxiliares, desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça.

Os resultados benéficos dessa atitude constituem legítima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da Revolução; poupastes à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais, e resguardastes esta maravilhosa Capital de danos incalculáveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram somente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da Revolução. Era vossa também a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça - abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E, finalmente, era vossa também a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir maduramente sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.

Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro; para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada.

Ela é de iniludível responsabilidade.

Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contemplações de qualquer espécie.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades - verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho - não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos tenazmente.

No terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as idéias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: concessão de anistia; saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificarse-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das idéias novas; nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depositos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional; reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Governo central; consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias - único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais; reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho, atualmente, rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do País e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando; instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural; promover, sem violência, a extinção

progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade; organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o País, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Como vedes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode, ainda, alargar-se em mais de um sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades.

Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à Revolução, supérfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constant.

Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panorâmica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado.

Senhores da Junta Governativa:

Assumo, provisoriamente, o Governo da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à Nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.

Anexo 03 – Discurso de posse de Juscelino Kubtschek (1956)

Recebendo das mãos de Vossa Excelência, Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, os diplomas de Presidente e Vice-Presidente da República, experimentamos uma sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade. O júbilo vem de ter tido desenvolvimento pacífico e legal a crise brasileira; quanto à temerosa responsabilidade, estão na consciência de todos os inúmeros problemas que tem de enfrentar quem vai governar este País.

Jubilosos estamos, Senhor Ministro Presidente, porque de agora em diante sabemos melhor, por uma extraordinária experiência vivida, o quanto é difícil desrespeitar a lei; aprendemos todos nós como é poderosa a força da justiça, a que todos devemos submeter, desde os mais graduados aos mais humildes.

Sentimo-nos confortados e tranqüilos com a nossa consciência, Senhor Ministro Presidente e Srs. Ministros, não por nos vermos alçados agora à posição de Chefe de Governo, mas por termos sido, em toda a campanha - cujo epílogo é a proclamação e diplomação a que este egrégio Tribunal acaba de proceder -, simplesmente mas sem desfalecimentos, defensores da lei, homens que não deixaram de confiar uma só instante nas leis de seu País.

Não duvidamos, mesmo nas horas mais difíceis, que o nosso País já estivesse amadurecido suficientemente para que as regras e fundamentos da moral e do direito resistissem a toda sorte de desregramentos da paixão. O ato de hoje, neste Tribunal, fortalece o princípio de que não vingam mais entre nós o arbítrio e de que a lei é forte. Só se podem incluir, aliás, no número dos países civilizados aqueles em que as regras do jogo político são invioláveis, depois de aceitas. Só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos de desgoverno.

Não é apenas a nós, Senhor Presidente e Srs. Membros desta alta corte, a quem consagram Vossas Excelências supremos magistrados da República brasileira; o que se consagra aqui, também e muito mais, é a vontade popular, fonte de toda a autoridade nas democracias. O que proclama este Tribunal é a submissão à vontade do povo; o que defende o ato de hoje é a confiança e a esperança popular na lei.

Nesta hora solene, queremos reafirmar que pretendemos construir toda a nossa autoridade na obediência à lei e a nada mais aspiramos. Da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto. Toda nossa segurança virá sempre da lei.

Agradeço, em meu nome e em nome do eminente companheiro Doutor João Goulart, a Vossas Excelências, Srs. Ministros, o exemplo de isenção, de imparcialidade, de

rigorosa austeridade dado ao País. O segredo do equilíbrio e do prestígio deste Tribunal, a que a civilização brasileira deve mais um grande serviço, reside em duas virtudes fundamentais - a prudência e a altivez, que caracterizam os magistrados brasileiros. São Vossas Excelências prudentes, cautelosos, invariavelmente atentos na defesa da justiça - e do direito.

Não nos cabe agradecer o ato desta hora. O que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de Vossas Excelências.

E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da Pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho, sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira.

Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de nossa missão.

Anexo 04 – Discurso de posse de Emílio Garrastazu Médici (1969)

Homens de meu País!

“Neste momento eu sou a oferta e a aceitação”.

Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem a humildade, a união.

A oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático.

A aceitação da faixa presidencial, faço-a um ato de justiça e a confissão de minhas crenças.

Faço a justiça de proclamar o equilíbrio e a serena energia, o patriotismo e a grandeza com que se houveram os três Ministros Militares no exercício temporário da Presidência da República, que a mim transmitem, no símbolo dessa faixa, pelas mãos honradas de Sua Excelência, o Almirante AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD.

Faço a justiça de dizer, já agora ouvindo a nação, a cuja frente o destino me trouxe, faço a justiça de assinalar a total dedicação do grande Presidente COSTA E SILVA à causa pública, o empenho tanto, que se fez imolação da própria voz.

Venho como sempre fui. Venho do campo, da fronteira, da família; venho do povo, da caserna; venho da minha terra e de meu tempo.

Venho do minuano. “Este vento faz pensar no campo, meus amigos, este vento vem de longe, vem do pampa e do céu”.

Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do meu Sul, para ver, no vento, o homem do campo do todo o Brasil – o homem que ninguém vê, sem face e sem história – aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha.

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, por que assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz, levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização. E tenho a diversificação e o aumento da produção agrícola. A ampliação das áreas cultivadas e a elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma

poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento.

Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens.

Sinto por dentro aquele patriotismo aceso dos fronteiriços, que estende pontes aos vizinhos, mas não aceita injúrias nem desdéns, e não se dobra na afirmação do interesse nacional.

Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem. Creio em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta.

Homem da fronteira, conheço o peso específico de nosso País e hei de fazê-lo valer em favor do nosso povo. Fronteiriço, não sei, não vejo, não sinto, não aceito, outra posição do Brasil no mundo que não seja a posição da altivez. E sinto que esta nossa América, já na idade da razão, realizado o esforço concentrado e pertinaz de formulação de suas posições, há de receber, em breve, a solidariedade da outra América.

E creio que se pode tornar mais intenso o surto de comercialização de nossos produtos e buscar o comprador na extensão roda do mapa do mundo. E creio na contribuição de nossa gente, para o entendimento, o respeito e a paz entre os povos.

Homem de família, creio no diálogo entre as gerações e as classes, creio na participação. Creio que a grandeza do Brasil depende muito mais da família que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar. E, por que assim o creio, é que buscarei fortalecer as estruturas de governos municipais e sub-regionais, provendo as comunidades do interior do saneamento básico indispensável à proteção da unidade familiar, pedra angular da sociedade.

Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. E, por que assim o creio, e por que o sinto amadurecido para a tarefa global, é que buscarei ouvi-lo sempre.

Homem do povo, olho e vejo o trabalhador de todas as categorias e sinto que, normalizada a convivência entre empregados e patrões e consolidada a unificação da previdência social, nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura, que assegure o real aumento do salário e não o reajustamento enganador.

Homem do povo, conheço a sua vocação de liberdade, creio no poder fecundante da liberdade.

Homem da caserna, creio nas virtudes da disciplina, da ordem, da unidade de comando. E creio nas messes do planejamento sistematizado, na convergência de ações, no estabelecimento das prioridades. E, por que assim o creio, é que tudo farei por coordenar, integrar e totalizar nossos esforços – tantas vezes supérfluos, redundantes, contraditórios, dispersivos – em uma tarefa global, regida por um grande plano diretor.

Homem da caserna, creio nos milagres da vontade.

E, por que o creio, convoco a vontade coletiva, a participação de todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento, para que ninguém se tenha espectador e todos se sintam agentes do processo.

Homem de minha terra, creio nas potencialidades e na viabilidade econômica e social de meu País. Creio no desenvolvimento com, fenômeno global, interiorizado primeiro na alma de cada homem, para poder ganhar, então, a alma da terra toda.

Creio na função multiplicadora da empresa, e, por que assim o creio, buscarei fortalecê-la – sobretudo a empresa nacional – encontrando formas e processos de baratear-lhe os custos de produção para que se fortifique e mais produza. E me empenharei no sentido da utilização racional e efetiva do território brasileiro, na vivificação das estruturas municipais, na atenuação dos desequilíbrios regional!

Homem de meu tempo, tenho pressa. Sei que, no ano 63, antes da Revolução, nosso crescimento era nenhum e que a inflação se aproximava de cem por cento. Sei que hoje nosso crescimento oscila entre 6 e 7% e que a inflação decresce, já agora em nível de alguma estabilidade. Sei que nos últimos anos avançamos no fortalecimento das instituições econômicas, edificando, não só a estrutura, mas a mentalidade de planejamento, programação e orçamentação.

Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e esse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam, que urge acelerar o processo; que “o minuano, para enganar a miséria, geme e dança pela rua”; que penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer.

Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz.

Homem de meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, por que o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor

formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica humanizada.

Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, reparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro.

Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, por que a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. E, depois de aceito o desafio econômico, eis à nossa frente o desafio tecnológico.

Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos.

E, para isso, convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à empresa, e brado ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.

Homem da lei e do regulamento, creio no primado do Direito. E, por que homem da lei, é que pretendo velar pela ordem jurídica. E, homem de pés no chão, sinto que, nesta hora, a ordem jurídica se projeta em dois planos. Vejo O plano institucional, destinado a preservar as conquistas da Revolução, vejo o plano constitucional, que estrutura o Estado e assegura o funcionamento orgânico dos Poderes. Estou convencido de que é indispensável a coexistência dessas duas ordens jurídicas, expressamente reconhecida pela Constituição, fundada no imperativo da segurança nacional, e coerente enquanto for benéfica à defesa da democracia e à realização do bem comum.

Homem da lei, sinto que a plenitude do regímen democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Creio em que os partidos políticos valem como forças vivas que atuam sobre a vida nacional, quando a dinâmica das idéias prevalece sobre a pequenez dos interesses. E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja, não só o sustentáculo deste Governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com pensamento revolucionário.

E espero da oposição que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo.

Homem da lei, creio imperioso dotar o Brasil de novos códigos que reflitam os progressos da ciência jurídica, a atualização dos institutos e as inquietudes de um povo em desenvolvimento.

E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens.

E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos! E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira. Creio na alma generosa da mocidade. Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro.

E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá na década de 70, a nossa hora.

E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente.

E, por que o creio, e por que o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação.

E aceito, neste símbolo do Governo da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias – a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente.

E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.

Anexo 05 – Discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2007)

“Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida - a de assumir a presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.

Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora. Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos. E assim o será no Governo que se inicia. Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente - para melhor - na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso país é diferente - para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos. Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo. E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois? Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros. Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio-ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.

Os organismos internacionais - especialmente a ONU - não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras, Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do

povo. Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha.

Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa. Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.

Ouçõ as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência. Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular. Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou.

Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos. Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente. Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores, O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível - debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona. É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado. Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado. Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar.

Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças. Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma. Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país. É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado. Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper

as amarras que travam cada um destes setores. Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado. Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo. Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007. Continuaremos dando prioridade ao setor de Bio-energia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo.

O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade. Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios. Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros.

Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital - ou seja, o juro - for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.

Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito.

Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infra-estrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macro-econômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão. Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero - saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados - teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime. Por isso, obtive reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países.

Nosso governo nunca foi, nem é “populista”. Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do micro-crédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular. Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões. Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura. Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade. Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital. Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo. Na construção civil, os setores de infra-estrutura, habitação e saneamento básico.

Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo. Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional – sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio. O que outros países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos. Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB. Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização. Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.

A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades. Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas.

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades pólo do país.

Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUNI. O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população - e objeto de permanente demanda - são as da saúde e da segurança pública.

Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública - um verdadeiro flagelo nacional - crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.

Nunca o mundo viveu - como vive hoje - um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível. Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas. Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios

das sociedades democráticas. Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas. Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa. As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam.

Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça. A reforma política deve ser prioritária no Brasil. Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial. Nossa política externa - motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação - foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo. Estamos mais próximos da África - um dos berços da civilização brasileira.

Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-americana de Nações.

Senhoras e Senhores,

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.

O Brasil tem muito o que contribuir neste debate. Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações.

Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas. Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade. Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores,

Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.

A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de “distribuição de migalhas”.

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente. O que distribuímos - e mais do que isso: socializamos - foi cidadania. Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar. Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança - que esteve reprimida por décadas, séculos - expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições. O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta. Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses. Mas exige opções, alinhamentos.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por

ela livremente optaram. Quero pedir-lhes, apenas, que olhem mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo. Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço. Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte. Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver. Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar. Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar. Eu pedi amor...e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar. Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades. Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.

Muito obrigado”.